

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



Rio de Janeiro - Ano 16 - Nº 48
SETEMBRO / DEZEMBRO - 2010

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

R454

Revista Philologus / *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*. – Ano 16, N° 48, (set./dez.2010) – Rio de Janeiro: CIFEFiL. 164 p.

Quadrimestral
ISSN 1413-6457

1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CDU 801 (05)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente:

Prof. Dr. José Pereira da Silva

Vice-Diretora:

Profa. Me. Cristina Alves de Brito

Primeira Secretária:

Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça

Segundo Secretário:

Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon

Diretor de Publicações

Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva

Vice-Diretor de Publicações

Prof. Dr. José Mario Botelho

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:

José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Afrânio da Silva Garcia

Delia Cambeiro Praça

Álvaro Alfredo Bragança Júnior

José Mario Botelho

Amós Coêlho da Silva

José Pereira da Silva

Antônio Elias Lima Freitas

Nataniel dos Santos Gomes

Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha

Ruy Magalhães de Araujo

Diagramação, editoração e edição

José Pereira da Silva

Projeto de capa:

Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. EDITORIAL	05
1. A fortuna crítica da écloga V, “A quem darei queixumes namorados”, nas principais edições modernas da obra lírica de Camões – <i>Marina Machado Rodrigues</i>	07
2. A língua dos romanos utilizada e perpetuada ainda no século XXI – <i>Eliana da Cunha Lopes</i>	29
3. A questão do mecenato na Antiguidade e no Renascimento português – <i>Márcio Luiz Moitinha Ribeiro</i>	44
4. Formalidade, representação e linguagem nas academias brasílicas – <i>Marcela Verônica da Silva, Carlos Eduardo Mendes de Moraes e Jarcas Vargas Nascimento</i>	51
5. Lexemas da tradição picaresca e a sua recuperação em “A Noite e a Madrugada”, de Fernando Namora – <i>Antony Cardoso Bezerra</i>	63
6. O nome como matriz de todas as classes: uma classificatória das partes do discurso com base em gramaticalizações nominais – <i>Kilpatrick Müller Bernardo Campelo</i>	83
7. O substantivo tem gênero, o adjetivo recebe gênero por meio de flexão – <i>José Mario Botelho</i>	101
8. Objeto nulo, clítico e pronome pleno no português brasileiro – <i>Evanice Ramos Lima Barreto</i>	112
9. Panorama histórico da língua grega – <i>Nilsa Areán-García</i>	124
10. Toponímia da amazônia ocidental brasileira: marcas da cultura dos primeiros desbravadores na nomenclatura geográfica acriana – <i>Alexandre Melo de Sousa</i>	135
11. Variação linguística: um estudo sobre o nível de conscientização dos alunos – <i>Terezinha Toledo Melquíades de Melo, Lucia Furtado de Mendonça Cyranka e Maria Diomara da Silva</i>	149
12. Fundamentos históricos do português – <i>José Pereira da Silva</i> ...	160
13. Uma nova e atual gramática histórica da língua portuguesa – <i>Marcela Cockell</i>	162

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 48 da *Revista Philologus*, com 164 páginas, onze artigos e duas resenhas, produzidas pelos seguintes professores, filólogos e/ou linguistas: Alexandre Melo de Sousa (p. 135-148), Antony Cardoso Bezerra (p. 63-82), Carlos Eduardo Mendes de Moraes (p. 51-62), Eliana da Cunha Lopes (p.29-43), Evanice Ramos Lima Barreto (p. 112-123), Jarbas Vargas Nascimento (p. 51-62), José Mario Botelho (p. 101-111), José Pereira da Silva (p. 160-161), Kilpatrick Müller Bernardo Campelo (p. 83-100), Lucia Furtado de Mendonça Cyranka (p. 149-159), Marcela Cockell (162-163), Marcela Verônica da Silva, (p. 51-62), Márcio Luiz Moitinha Ribeiro (p. 44-50), Maria Diomara da Silva (p. 149-159), Marina Machado Rodrigues (p. 07-28), Nilsa Areán-García (p. 124-134) e Terezinha Toledo Melquíades de Melo (p. 149-159).

Além das duas resenhas, que informam sobre a primeira edição dos livros lançados sobre a história da língua portuguesa, por Geraldo Mattos e José Mario Botelho (impresso e digital) e por José Pereira da Silva, foram publicados neste número onze interessantes artigos. Lendo-os, você verá que:

O 1º artigo descreve o percurso de transmissão da égloga V, de Luís de Camões, “A quem darei queixumes namorados”;

O 2º artigo mostra a utilidade da língua latina nos dias atuais, em especial, na linguagem da propaganda, demonstrando-o com diversas expressões latinas;

O 3º artigo demonstra que o mecenato não esteve presente apenas na Grécia e na Roma antigas, mas também no período renascentista português;

O 4º artigo mostra que o próprio texto do *Estatuto da Academia Brasílica dos Renascidos* exemplifica a formalidade, a representação e a prática da linguagem retórica que ela propõe, conferindo-lhe perspectivas literárias, filológicas e linguísticas;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O 5º artigo investiga campos lexicais usuais na picaresca, mostrando como eles foram usados no romance *A Noite e a Madrugada*, do romancista português Fernando Namora.

O 6º artigo estuda a nominalidade, entendida ela como um feixe de categorias que serve de fundo para a constituição de todas as demais classes de palavras.

O 7º artigo demonstra que o elemento mórfico utilizado na expressão do gênero dos substantivos é lexical e que, nos adjetivos, esse elemento é flexional, com sufixos derivacionais ou desinenciais, respectivamente.

O 8º artigo mostra a incidência do uso do objeto nulo no português brasileiro, relacionando-a com o aprendizado escolar, o grau de instrução do falante, a influência da escrita e do estilo, a partir da análise de peças teatrais, letras de músicas e textos produzidos por alunos.

O 9º artigo faz um estudo panorâmico da língua grega, demonstrando sua influência nas línguas antigas e modernas.

O 10º artigo discute alguns aspectos referentes à toponímia dos seringais e colocações acrianas, num enfoque etnolinguístico.

O 11º artigo analisa o nível de conscientização que os alunos do ensino fundamental têm em relação à diversidade linguística.

Este número da *Revista Philologus* é produzido em três suportes distintos: impresso, digital e virtual. A versão digital é incluída no *Almanaque CiFEFiL* e a versão digital é disponibilizada na página própria do CiFEFiL: <http://www.filologia.org.br/revista>.

Agradecemos, antecipadamente a todos que colaborarem com as suas críticas, apontando-nos as correções e aperfeiçoamentos que deveremos ou poderemos fazer. Não é com elogios que se oferecem as melhores lições e contribuições acadêmicas, mas com críticas.

Rio de Janeiro, dezembro de 2010.

José Pereira da Silva

**A FORTUNA CRÍTICA DA ÉCLOGA V,
“A QUEM DAREI QUEIXUMES NAMORADOS”,
NAS PRINCIPAIS EDIÇÕES MODERNAS
DA OBRA LÍRICA DE CAMÕES**

Marina Machado Rodrigues (UERJ e UFF)
mr.marina@terra.com.br

RESUMO

Este estudo tem por objeto a descrição do percurso de transmissão da écloga V, “A quem darei queixumes namorados”, de Luís de Camões, nas principais edições modernas da obra lírica.

Palavras-chave: Crítica Textual. Lírica de Camões. Écloga V.

A écloga V, de Luís de Camões, “A quem darei queixumes namorados”, compõe-se de 40 estrofes de oito versos decassílabos, obedecendo a um esquema fixo, (abababcc), caracterizando a oitava heróica, o mesmo utilizado por Camões em *Os Lusíadas*. Somente 5 das 8 éclogas reunidas pela *editio princeps* integram o *corpus minimum*¹. A IV, a V e a VIII não possuem testemunho manuscrito, mas permanecem incólumes. Destas, as duas últimas apresentam um único personagem: “A quem darei queixumes namorados”, em que fala um pastor namorado e “Arde por Gualathea branca, e loura” (f. 133), enunciada pelo pastor Sereno. As demais são diálogos: a I, “Que grande variedade vão fazendo” (f. 71), entre Umbrano e Frondélio; a II, “Ao longo do sereno” (f. 81), cujos pastores são Almeno e Agrário; a III, “Passado já algum tempo que os amores” (f. 93), em que dialogam Almeno e Belisa; a IV, “Cantando por um vale docemente” (f. 100), em que falam Frondoso e Duriano; a VI, “A rústica conten-

¹ O conceito de *corpus minimum* foi enunciado por Leodegário A. de Azevedo Filho na obra *Lírica de Camões. História, metodologia e corpus*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, com base na metodologia proposta por Emmanuel Pereira Filho, que instituiu os critérios para a composição de um *corpus* mínimo, básico ou irredutível da lírica de Camões, com base em três exigências: triplo testemunho manuscrito incontroverso. Azevedo Filho propôs a flexibilização do conceito, admitindo o duplo testemunho quinhentista incontroverso para os textos camonianos, constituindo um *corpus* com 133 composições, compreendendo: sonetos, canções, éclogas, elegias em tercetos, oitavas, odes e composições em versos de redondilhas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

da desusada” (f. 115), cujo diálogo se dá entre Alicuto pescador e Agrário pastor; e a VII, “As doces cantilenas que cantavam” (f. 121), em que falam o Primeiro Sátiro e o Segundo Sátiro.

Nos comentários de Faria e Sousa (1972, II, p. 263) à écloga V, o autor faz restrições à estrutura do texto, mas observa que Virgílio e outros poetas usaram o mesmo modelo:

Introduce el P. un Pastor solo enamorado, y quexoso de los rigores de su amada. La ecloga 6. de Virgilio, es de Sileno solo; y otros las hizieron assi, mas yo confieso, que me enfadan mucho estas soledades, aunque las use el propio Virgilio, e el propio Camoens: pero por una vez todo se puede sufrir.

La voz Ecloga, no obliga, a que aya dos o tres interlocutores; pues solamente significa la explicacion, que alguno haze de sus pensamientos o de los agenos: pero ordinariamente se entiende por Ecloga el coloquio de dos, o tres y no o soliloquio de uno, que a toda verdad es seco, se es corto, y molesto se es largo. Agrada mucho mas o coloquio, o dialogo.

O insigne camonista não parece ter levado em consideração a VIII, quando afirma que “por uma única vez tudo se pode sofrer”.

1. A edição de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira (1932)

Rodrigues e Vieira reconhecem que o problema dos textos corrompidos remonta à primeira edição e que nesta, já no prefácio, se “evidencia consciência crítica notável”. Afirmando que sua edição tomou por base as duas do século XVI, nas quais “se fez sentir a influência dêsse honrado e culto letrado, Fernão Rodrigues Lobo Soropita, assaz esquecido pelos camonistas e, sem dúvida, o salvador do tesouro camoniano lírico” (p. XXVII e XXVIII).

Embora os editores de 32 garantam ter agido com semelhante lisura em relação à transmissão dos textos, creem que:

Perante a lástima de versos espedaçados no sentido, na métrica e na rima, tornados informes de má prosa, impunha-se o temeroso dever de tentar reconstituí-los, desde que fosse possível operar com o mínimo de intervenção, deste modo obtendo as mais sérias probabilidades de êxito. Na quasi totalidade de casos, bastou antepor ou transpor as próprias palavras de cada um dos versos para que se obtivesse a correção original que a cópia desbaratara (p. XXXVI).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O confronto entre RH e RI e a edição de 32 nega tal asserção. Afora a modernização da ortografia, divergências na pontuação e a regularização no uso de maiúsculas, a edição recusa as leituras mais confiáveis das edições quinhentistas. Este fato causou-nos enorme perplexidade, já que os editores de 32 não consideravam o editor seiscentista digno de crédito. Quer nos parecer que tal julgamento só valeu para as atribuições autorais, uma vez que sua “edição crítica” reproduz quase que integralmente as leituras emendadas de FS. Em raros momentos, discriminados a seguir, os editores recusaram a versão de 1685, acatando as de RH ou as de RI. Em relação às formas de época, de modo arbitrário, a edição moderniza algumas e resgata outras, já recusadas por Faria e Sousa, revelando total falta de critério. Acertadamente, mantém *emquanto* (vs. 25); *valerosas* (vs. 37); *emfim* (vs. 106); *ũa* (vs. 305). Mas propõe a modernização de outras, demonstrando desrespeito pelo *usus scribendi* do Poeta e da época.

Inexplicavelmente, a edição mantém separadas as partes do advérbio *por ventura* – grafia arcaica, século XIII, também usada por Faria e Sousa (vs. 69) – e a conj. *se não*, (vs. 72). Por outro lado, grafa *porque* ao invés de *por que* (prepos.+ pron., vs. 229). Também não regulariza o uso do hífen em *bem querer-te*.

Como se depreende de nosso confronto, a edição de 1932 não é uma edição crítica, nem no que tange à autoria, nem à leitura dos textos. Trata-se de uma cópia servil da edição de Faria e Sousa, recusando apenas 5 versos da versão seiscentista, da qual reproduz inclusive a epígrafe traduzida: “Pastor solo” (FS, II, p. 263); “Fala um só pastor” (RV, p. 195).

Modernização de formas de época

Versos	RV	RH/RI	FS
61; 231; 257	<i>Formosa</i>	<i>fermosa</i>	<i>fermosa</i>
77, 81, 92, 94, 95, 163, 197, 250, 275:	<i>Água</i>	<i>agoa</i>	<i>água</i>
99, 148	<i>formoso(s)</i>	<i>fermoso (s)</i>	<i>fermoso(s)</i>
165; 302	<i>Céu</i>	<i>céo</i>	<i>céo</i>
302	<i>Apiadou</i>	<i>apiadou</i>	<i>apiadou</i>
315	<i>Ergueu</i>	<i>ergueo</i>	<i>ergueo</i>

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Divergência de formas concorrentes (em relação à edição de FS)

Versos	RV	RH/RI	FS
48, 183	<i>Assim</i>	<i>assi</i>	<i>assi</i>
142; 284	<i>Depois</i>	<i>despois</i>	<i>despoys</i>
153	<i>Inimiga</i>	<i>inimiga</i>	<i>enemiga</i>
218	<i>Cobiçoso</i>	<i>cubiçoso</i>	<i>cubiçoso</i>

Divergência de leitura (em relação à edição de FS)

Verso	RV	RH, RI	FS
17	<i>A vós se dem a quem junto se há dado</i>	<i>A vos se dem a quem a quem junto se há dado</i>	<i>A vós se dam a quem</i>
42	<i>E o mais do dia já era passado</i>	<i>E o mais do dia ja era passado,</i>	<i>E o mais do roxo dia era passado</i>
73	<i>Já um peito abrandara que não sente</i>	<i>Ja hum peito abrandara que não sente</i>	<i>Hum bronze já abrandara que não sente</i>
118	<i>Em vez de se alegrarem, se entristecem;</i>	<i>Em vez de se alegrarem se entristecem/entristecem,</i>	<i>Em lugar de alegrarse, se entristecem</i>
298	<i>Deu o triste pastor fim a seu pranto</i>	<i>Deu o triste pastor fim a seu canto</i>	<i>Deu o triste Pastor fim a seu canto</i>

Emendas a versos defeituosos

Versos	RV	RH	RI	FS
11	<i>Meu rudo verso; em cuja companhia</i>	<i>Meus rudos versos, em cuja companhia</i>	<i>Meu rudo verso, em cuja companhia</i>	<i>Meu rudo verso, em cuja companhia</i>
33	<i>As vãs querellas brandas e amorosas,</i>	<i>As vãs querellas bandas e amorosas,</i>	<i>As vãs querellas brandas e amorosas,</i>	<i>As vãs querellas brandas e amorosas,</i>
49	<i>Ou tu do monte Píndaso és nascida,</i>	<i>Ou tu do monte Pindaro es nascida,</i>	<i>Ou tu do monte Píndaso es nascida,</i>	<i>Ou tu do monte Píndaso es nascida,</i>
224	<i>Amor, a quem já, já ferido o tinha</i>	<i>E a amor a quem ja ferido o tinha</i>	<i>E a amor a quem ja ferido o tinha</i>	<i>Amor a quem já, já, ferido o tinha</i>
240	<i>E a mais, que pera mais he meu tormento</i>	<i>E mais, que pera mais he meu tormento</i>	<i>E a mais, que para mais he meu tormento</i>	<i>E a mais, que para mais he meu tormêto</i>
275	<i>Pôsto-que vãs por água, ferro ou fogo,</i>	<i>Posto que va por agoa, ferro ou fogo,</i>	<i>Posto que vas por agoa, ferro, ou fogo,</i>	<i>Posto que vãs por agua, ferro, ou fogo,</i>

2. A edição de Álvaro Júlio da Costa Pimpão (1944)

Já na introdução, Pimpão define os critérios para a constituição de um *corpus* camoniano, não sem antes observar, defensivamente, não se tratar a sua de uma edição crítica que, segundo juízo próprio, “seria, pelo menos, prematura, caso fosse julgada possível”. Assevera que sua edição “pretende ser, não obstante suas imperfeições (...), uma tentativa inédita de restituição da lírica de Camões” (1973, p. XI).

Justamente por não se tratar de uma edição crítica e pelo julgamento extremamente rigoroso que dispensou às edições de 1685 e 1932 no que respeita à transmissão dos textos, após confronto desta com RH - texto-base, da qual foi reproduzida inclusive a epígrafe - causam estranhamento as divergências encontradas.

O cotejo revelou que inúmeros versos foram modificados, emendados ou corrigidos sem qualquer justificativa plausível. Ora, se não se trata de uma edição crítica, acreditávamos que o Prof. Pimpão deveria reproduzir as leituras do texto-base. Contudo, já que se propôs interferir, perguntamo-nos porque teria o editor deixado passar erros tão gritantes, como no vs. 11: “Meus rudos versos, em cuja companhia”, hipermétrico na primeira edição, mas corrigido na segunda? Ou no vs. 158: “Nem campo sem ti já não floresce”, em que suprime o artigo antes de *campo*, deixando o verso hipométrico? No vs. 275, um possível erro de transcrição em RH provoca outro de concordância: “Posto que va por agoa, ferro ou fogo,”. RI corrige, trocando *va* por *vas*, seguido por Faria e Sousa, mas Pimpão segue a primeira edição. Ainda no vs. 240, RH exhibe um erro de regência (“E mais, que pera mais he meu tormento”), mantido na edição de 44, embora a 2ª edição o tivesse corrigido: “E a mais, que para mais he meu tormento”.

Também parece inexplicável, a não ser por evidente lapso, que no vs. 159 acentue o verbo *ver* na 3ª p. pl. do pres. do Indicativo - *vêm* - que no século XVI e nem nos imediatamente posteriores era acentuado.

Afora a regularização do uso de maiúsculas, mudanças na pontuação e um confuso critério usado para a atualização da ortogra-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

fia – já que ora mantém as consoantes dobradas, ora não – lamentavelmente, constata-se que a edição de 44 modernizou algumas formas linguísticas do século XVI, demonstrando desrespeito pelo *usus scribendi* da época.

No século XVI, conviviam livremente formas populares e eruditas, arcaísmos e formas reconstituídas. Como as normas gramaticais só começaram a ser fixadas nos fins daquele século, era natural que os textos das últimas décadas dos Quinhentos e início dos Seiscentos refletissem as oscilações sintáticas, fonéticas, semânticas e morfológicas. A edição de 44 revela predileção por algumas formas recorrentes no século XVI, recusando muitas vezes aquelas veiculadas pela *editio princeps*, como se demonstra nos quadros comparativos.

Dentre as edições modernas, esta é geralmente considerada uma das melhores, muito embora o editor tenha proposto emendas ao texto de base, algumas das quais em lição isolada. Quer-nos parecer que não usou consigo do mesmo rigor com que julgou seus antecessores. Mantém separadas as partes da conj. *senão* - “*se não*” (vs. 72), mas moderniza a forma do advérbio em *porventura* (vs. 69). Não regulariza o uso do hífen, em bem querer-te, grafia também adotada por RV. Prefere *porque* ao invés de *por que* (prepos.+ pron., vs. 229), inexplicavelmente, uma vez que moderniza outras tantas formas.

Modernização de formas de época

Versos	P	RH/RI	FS
25, 103, 278, 282	<i>enquanto</i>	<i>em quanto</i>	<i>em quanto</i>
77, 81,92, 94, 95, 163, 197, 250, 275	<i>água</i>	<i>agoa</i>	<i>agua</i>
106,112	<i>enfim</i>	<i>em fim</i>	-
159	<i>vêm</i>	<i>vem</i>	<i>vem</i>
165, 302	<i>céu</i>	<i>cêo,céo</i>	<i>ceo</i>
315	<i>ergueu</i>	<i>ergueo</i>	<i>ergueo</i>

Divergência de formas concorrentes

Versos	P	RH/RI	FS
3,104	<i>suspiro(s)</i>	<i>sospiro(s)</i>	<i>suspiro(s)</i>
6	<i>Devido</i>	<i>diuido</i>	<i>devido</i>
19, 25 283	<i>esprito</i> <i>Spirito</i>	<i>sprito</i> <i>spiritu</i>	<i>esprito</i> <i>esprito</i>
36, 94, 115,	<i>com</i> <i>co</i> <i>co</i>	<i>co/com</i> <i>co</i> <i>co/com</i>	<i>com</i> <i>com</i> <i>com</i>

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

250	<i>Co</i>	<i>côa/co</i>	<i>com</i>
44, 134, 319	<i>Cuidado</i>	<i>cadado</i>	<i>cuidado</i>
46	<i>Cuidando</i>	<i>cadando</i>	<i>cuidando</i>
48	<i>Dezia</i>	<i>dizia</i>	<i>dezia</i>
59	<i>Veia</i>	<i>vea</i>	-
70, 71, 150 319	<i>milhor</i> <i>milhor</i> <i>milhor</i> <i>Milhor</i>	<i>melhor</i> <i>melhor/igoal</i> <i>melhor/menos</i> <i>melhor</i>	<i>melhor</i> <i>igoal</i> <i>menos</i> -
80	<i>Pequeno</i>	<i>piqueno</i>	<i>pequeno</i>
145	<i>Despois</i>	<i>depois</i>	<i>depois</i>
146	<i>Pace</i>	<i>pasce/pace</i>	<i>pace</i>
209	<i>Leão</i>	<i>lião</i>	<i>leam</i>
217	<i>Embuscado</i>	<i>emboscado</i>	<i>emboscado</i>
218	<i>cobiçoso</i>	<i>cubiçoso</i>	<i>cubiçoso</i>
238	<i>puderam</i>	<i>poderão/podêrão</i>	<i>puderam</i>
319	<i>cuidar</i>	<i>cular</i>	-

Divergência de leitura

Versos	P	RH	RI	FS
54	<i>Ou tens de natureza tal ventura</i>	<i>E tês de natureza a tal ventura</i>	<i>E tês de natureza a tal ventura</i>	<i>Ou tens da natureza tal ventura</i>
56	<i>Tornar-te só de mármore o coração</i>	<i>Tornarte sò de marmore o coração</i>	<i>Sô de marmore tornarte o coração</i>	<i>Sò de marmor tornarte o coração</i>
63	<i>Mas suspirar por ti, mas bemquerer-te</i>	<i>Mas suspirar por ti, e bemquererte</i>	<i>Mas suspirar por ti, e bemquererte</i>	<i>Mas suspirar por ti, mas bemquerer-te</i>
96	<i>Por que com esta o fogo mais se acende</i>	<i>Por que com esta o fogo mais me acende</i>	<i>Por que com esta o fogo mais me acende</i>	<i>Por que com esta o fogo mais se acende</i>
110	<i>Na terra o laurador, e nela cansa:</i>	<i>Na terra o laurador se nella cansa,</i>	<i>Na terra o laurador se nella cança,</i>	<i>Da terra o laurador, se nella cança:</i>
114	<i>De dó de mim, se cerram e emmurhecem;</i>	<i>De dô de mĩ se cerrão e emmurchescem,</i>	<i>Com dô de mĩ se cerrão e emmurhecem,</i>	<i>Condoídas se cerram, se emmurchessem:</i>
116	<i>Perdem o cravo, o lírio, e não florecem.</i>	<i>Perdem o crauo, e lírio, e não florecem,</i>	<i>Perdem o crauo, e lírio, e não florecem,</i>	<i>Perdem o cravo, o lírio, e nam florecê.</i>
120	<i>Que mais lhes dói, que a sua, a minha pena.</i>	<i>Que mais lhedoe que a sua a minha pena.</i>	<i>Que mais lhedoe qu'a sua a minha pena.</i>	<i>Que mais lhes doe, q a sua, a minha pen.</i>
191	<i>Pois onde merecia tão grão</i>	<i>Pois onde meresci tão grão</i>	<i>Pois onde mereci tão grão</i>	<i>Onde o meu erro viste, ou</i>

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

	desvio?	desuio?	desuio?	desvario,
195	O animal mais <i>simples</i> , baixo e rudo	O animal mais <i>simple</i> , baixo e rudo	O animal mais <i>simples</i> , baixo e rudo	O <i>mais simple</i> animal, baixo, e rudo,
211	Em <i>que</i> possa empregar <i>ũa</i> afeição,	Em <i>quem</i> possa empregar <i>hũa</i> afeição,	Em <i>quem</i> possa empregar <i>hũa</i> afeição,	Em <i>quem</i> possa empregar <i>hũa</i> afeição,
238	Te puderam mover a grande espanto	Te poderão mouer a grande espanto,	Te poderão mouer a grande espanto,	Te puderam mover a grande espanto,
239	A dor, a piedade, o sentimento,	A dor, a piedade, <i>a</i> sentimento,	A dor, a piedade, <i>a</i> sentimento,	A dor, a piedade, <i>a</i> sentimento,
258	<i>Alegre</i> toda a terra vendo o dia,	<i>Alegra</i> toda a terra <i>a</i> vendo o dia,	<i>Alegre</i> toda a terra vendo o dia,	<i>Alegre</i> toda a terra vendo o dia,
295	<i>E inda</i> então será (se isto ser possa)	<i>Inda</i> então será (se isto ser possa)	<i>E inda</i> então será (se isto ser possa)	E ainda entam vereys (se isto ser possa)
309	Berrando anda em roda o <i>mesmo</i> gado	Berrando anda em roda o <i>manso</i> gado,	Berrando anda em roda o <i>manso</i> gado,	Berrando andava em roda o <i>mãso</i> gado,

Emendas a versos defeituosos

Versos	P	RH	RI	FS
33	As vãs querellas <i>brandas</i> e amorosas,	As vãs querellas <i>bandas</i> e amorosas,	As vãs querellas <i>brandas</i> e amorosas,	As vãs querellas <i>brandas</i> , e amorosas,
49	- Ou tu do monte <i>Píndaso</i> és nascida,	Ou tu do monte <i>Pindaro</i> es nascida,	Ou tu do monte <i>iúndaso</i> es nascida,	Ou tu do monte <i>Pindaso</i> es nascida,
224	E <i>amor</i> , a quem já ferido o tinha.	E <i>a amor</i> a quem ja ferido o tinha.	E <i>a amor</i> a quem ja ferido o tinha.	<i>Amor</i> a quem <i>jã</i> , <i>jã</i> ferido o tinha.

3. A edição de *Hernani Cidade* (1946)

De acordo com a introdução, seus textos basearam-se, em geral, nas leituras veiculadas pela primeira edição. Mas a epígrafe, “A Dom Antonio de Noronha”, vem acrescida da que se exhibe na edição de RV (1932): “Fala um só Pastor” que, por sua vez, já fora uma tradução da edição de Faria e Sousa: “Pastor solo”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O editor declara que nem sempre foi possível reproduzir a “lição original”, no caso, a de RH. Para tanto justifica-se, apontando as variantes, em notas de pé de página ou no final do volume, porque:

(...) na verdade, em mais de um passo a lição original é de toda a evidência defeituosa por adulterada, e quando a modificação se circunscreva a um retoque levíssimo, não pode haver escrúpulo em a fazer, tanto mais que se dá, em nota na mesma página ou nas variantes do fim do volume, a lição primitiva; e tanto mais, principalmente, quanto os próprios editores confessam o viciado das lições que nos dão, copiadas de manuscritos cheios de erros. Em segundo lugar, esta edição foi composta sobre a de 1932, o que já deixa adivinhar que, por muita cautela que houvesse nas modificações que sobre o texto corrigido e modernizado restauraram as formas das primeiras edições, uma ou outra escapou a tal restauro. (...) De qualquer modo, ou nas Variantes ou nas Notas está visivelmente marcado o que é da responsabilidade do editor. (p. L)

O confronto desta com a edição de 32 não permite a afirmação de que esta seguisse aquela. A começar pelo fato de que RV reproduziram quase que integralmente a versão de FS. A de Cidade, ao contrário, se baseia quase que na totalidade na de 1944, fato não assumido por ele, que declara ser RH seu texto-base. É importante que se destaque que só indiretamente a leitura de HC se reporta a RH e, no caso de correções a versos imperfeitos, adota quase sempre as mesmas soluções propostas por Pimpão.

Afora a regularização do uso de maiúsculas e mudanças na pontuação, também este editor mostra preferência por formas correntes no século XVI, diferentes das veiculadas pelo texto-base confesso. Coincidentemente, elegeu as mesmas que se veem na edição de 44, embora afirme que sua edição se baseia na de 32. Também, aqui, lamentavelmente, constata-se a modernização de formas linguísticas do século XVI, manifestando o mesmo desrespeito pelo *usus scribendi* da época que seu antecessor já demonstrara. Reproduz alguns erros que se exibem na edição do Prof. Pimpão, como a acentuação da forma *dêm*, por *dem* (vs. 17). Entretanto, a edição do Prof. Hernani Cidade, como a anterior, não se assume como edição crítica. Afirma ele a propósito:

Uma edição de toda a obra de Camões, destinada a esta colecção, é bem claro que não pode ter o carácter de uma edição crítica, mas também se compreende não deixe de constituir seguro ponto de partida para estudos mais aprofundados, que excedam o mero interesse estético. (1946, p. XXX)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Talvez, sob esta ótica, o editor se tenha permitido liberdades só admitidas nas verdadeiras edições críticas. Como a anterior, esta não corrige os versos 240 e 275, respectivamente: “E mais, que pera mais he meu tormento” e “Posto que va por agoa, ferro ou fogo,” e-xibidos na edição de 44.

Mantém separadas as partes do advérbio *porventura*, (*por ventura* - vs. 69), grafia do séc. XIII, do mesmo modo procedendo em relação à conj. *senão*, grafada *se não*, (vs. 72). Entretanto em relação a *porque* (prepos.+ pron., vs. 229), o editor mantém o conglomerado ao invés de separá-lo, como seria o caso. Confira-se o cotejo nos quadros comparativos.

Modernização de formas de época

Versos	HC	RH/RI	FS
25, 103, 278, 282	<i>enquanto</i>	<i>em quanto</i>	<i>emquanto</i>
77, 81, 92, 94, 95, 163, 197, 250, 275	<i>água</i>	<i>agoa</i>	<i>agua</i>
165, 302	<i>Céu</i>	<i>cêo, céo</i>	<i>ceo</i>
112	<i>enfim</i>	<i>em fim</i>	-
159	<i>vêem</i>	<i>vem</i>	<i>vem</i>
315	<i>ergueu</i>	<i>ergueo</i>	<i>ergueo</i>

Divergência de formas concorrentes

Versos	HC	RH/RI	FS
3,104	<i>suspiro(s)</i>	<i>sospiro(s)</i>	<i>suspiro(s)</i>
6	<i>Devido</i>	<i>diuido</i>	<i>devido</i>
19, 25, 283	<i>esprito</i> <i>esp'rito</i> <i>esp'rito</i>	<i>sprito</i> <i>esprito/sprito</i> <i>spiritu</i>	<i>esprito</i> <i>esprito</i> <i>esprito</i>
36, 115, 94, 250	<i>com</i> <i>co'</i> <i>com</i> <i>Com</i>	<i>co/com</i> <i>co/com</i> <i>co</i> <i>côa/</i>	<i>com</i> <i>com</i> <i>com</i> <i>com</i>
38, 183, 320, 240	<i>pera</i> <i>Pêra</i>	<i>para</i> <i>pera/para</i>	<i>para</i> <i>para</i>
44, 134, 319	<i>Cuidado</i>	<i>cudado</i>	<i>cuidado</i>
46	<i>Cuidando</i>	<i>cudando</i>	<i>cuidando</i>
48	<i>Dezia</i>	<i>dizia</i>	<i>dezia</i>
59	<i>Veia</i>	<i>vea</i>	-
69	<i>Piadade</i>	<i>piadade</i>	<i>piadade</i>
70, 71, 150, 319	<i>milhor</i> <i>milhor</i> <i>milhor</i> <i>milhor</i>	<i>melhor</i> <i>melhor/igoal</i> <i>melhor/menos</i> <i>melhor</i>	<i>melhor</i> <i>igoal</i> <i>menos</i> -

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

75	<i>decera</i>	<i>descera/decera</i>	<i>decera</i>
80	<i>pequeno</i>	<i>piqueno</i>	<i>pequeno</i>
122	<i>áspid</i>	<i>aspide</i>	<i>áspid</i>
146	<i>pace</i>	<i>pasce/pace</i>	<i>pace</i>
168	<i>produz</i>	<i>produze/produz</i>	<i>produz</i>
183	<i>assim</i>	<i>assi</i>	<i>assi</i>
209	<i>leão</i>	<i>lião</i>	<i>leam</i>
217	<i>embuscado</i>	<i>emboscado</i>	<i>emboscado</i>
218	<i>cobiçoso</i>	<i>cubiçoso</i>	<i>cubiçoso</i>
284	<i>depois</i>	<i>despois</i>	<i>depois</i>
319	<i>cuidar</i>	<i>cudar</i>	-

Divergência de leitura

Vs	HC	RH	RI	FS	P
43	Quando o pastor co' o grave mal, que sente,	Quando o pastor co grave mal que sente,	Quando o pastor co grave mal que sente,	Quando o pastor co' o grave mal, que sente,	Quando o pastor, co grave mal que sente
54	<i>Ou tens de natureza tal ventura</i>	<i>E tês de natureza a tal ventura</i>	<i>E tês da natureza a tal ventura</i>	<i>Ou tens da natureza tal ventura</i>	<i>Ou tens de natureza tal ventura</i>
59	<i>E se soltas-se a veia lagrimosa,</i>	<i>E se tocas-se a veia lacrimosa,</i>	<i>E se soltas-se a veia lagrimosa,</i>	<i>E com esta corrente lacrimosa</i>	<i>E se tocasse a veia lacrimosa</i>
63	<i>Mas suspirar por ti, e mas bem-querer-te</i>	<i>Mas suspirar por ti, e bem-querer-te,</i>	<i>Mas suspirar por ti, e bem-querer-te,</i>	<i>Mas suspirar por ti, mas bem-querer-te</i>	<i>Mas suspirar por ti, mas bem-querer-te</i>
78	<i>Torna brando um penedo duro e forte,</i>	<i>Abranda hum penedo duro e forte,</i>	<i>Torna brando hum penedo duro e forte,</i>	<i>Torna brando um penedo duro e forte,</i>	<i>Abranda um penedo duro e forte,</i>
96	<i>Por que com esta o fogo mais se acende</i>	<i>Por que com esta o fogo mais me acende</i>	<i>Por que com esta o fogo mais me acende</i>	<i>Por que com esta o fogo mais se acende</i>	<i>Por que com esta o fogo mais se acende</i>
116	<i>Perdem o cravo, o lírio, e não florecem.</i>	<i>Perdem o crauo, e lírio, e não florecem,</i>	<i>Perdem o crauo, e lírio, e não florecem,</i>	<i>Perdem o cravo, o lírio, e não florecem.</i>	<i>Perdem o cravo, o lírio, e não florecem.</i>
120	<i>Que mais lhes doi que a sua a minha pena</i>	<i>Que mais lhe doe que a sua a minha pena</i>	<i>Que mais lhe doe que a sua a minha pena</i>	<i>Que mais lhes dói, que a sua, a minha pena</i>	<i>Que mais lhes dói, que a sua, a minha pena</i>
132	<i>Ser eu de ti o pastor</i>	<i>Ser eu de ti o pasto de-</i>	<i>Ser eu de ti o pastor</i>	<i>Que era o pastor de ti</i>	<i>Ser eu de ti o pasto de-</i>

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

	mais dese- jado,	sejado,	mais dese- jado,	<i>mais dese- jado;</i>	sejado,
238	Te <i>pude- ram</i> mover a grande espanto,	Te <i>poderão</i> mouer a grande es- panto,	Te <i>pude- ram</i> mover a grande espanto,	Te <i>pude- ram</i> mover a grande espanto,	Te <i>pude- ram</i> mover a grande espanto,
247	Quem te viu, e se vê de <i>ti</i> ausen- te,	Quem te vio, e se vê de <i>si</i> ausen- te	Quem te vio, e se vê de <i>si</i> ausen- te	Quem te vio, e se vê de <i>ti</i> ausen- te,	Quem te viu, e se vê de <i>si</i> ausen- te
258	Alegre toda a <i>terra ven- do</i> o dia,	Alegre toda a <i>terra a vendo</i> o di- a,	Alegre toda a <i>terra ven- do</i> o dia,	Alegre toda a <i>terra ven- do</i> o dia,	Alegre toda a <i>terra ven- do</i> o dia,
269	Na chama <i>e</i> no ardor, no fogo e calma,	Na chama, no ardor, no fogo, e calma,	Na chama, no ardor, no fogo, e calma,	<i>Nas cha- mas, e</i> no ardor, no fogo, e calma,	Na chama, no ardor, no fogo e calma,
299	<i>Co'o</i> rosto baixo, e al- to o pensa- mento	<i>Co</i> rosto baixo, e al- to o pensa- mento	<i>Co</i> rosto baixo, e al- to o pensa- mento	<i>Com</i> rosto baixo, e alto o pensa- mento,	<i>Co</i> rosto baixo, e al- to o pensa- mento

Emendas a versos defeituosos

Versos	HC	RH	RI	FS	P
11	Meu rudo verso, em cuja com- panhia	Meus ru- dos versos, em cuja companhia	Meu rudo verso, em cuja com- panhia	Meu rudo verso, em cuja com- panhia	Meus ru- dos versos: em cuja companhia
33	As vãs querellas <i>brandas</i> e amorosas,	As vãs querellas <i>bandas</i> e amorosas,	As vãs querellas <i>brandas</i> e amorosas,	As vãs querellas <i>brandas</i> e amorosas,	As vãs querelas, <i>brandas</i> e amorosas,
49	Ou tu do monte Pín- daso és na- cida,	Ou tu do monte Pín- daro es nascida,	Ou tu do monte Pín- daso es na- cida,	Ou tu do monte Pín- daso es na- cida,	_ Ou tu do monte Pín- daso és na- cida,
224	E <i>amor</i> , a quem já fe- rido o ti- nha	E <i>a amor</i> a quem já fe- rido o ti- nha	E <i>a amor</i> a quem já fe- rido o ti- nha	<i>Amor a quem já, já, ferido o tinha</i>	E <i>amor</i> , a quem já fe- rido o tinha

4. A edição de Antônio Salgado Júnior (1963)

No prefácio, Salgado Júnior declara que sua edição, mesmo não sendo o que “pròpriamente se poderá chamar ‘crítica’ (...), exibe “características muito especiais”. A começar pela finalidade, que é a de apresentar o texto da obra camoniana ao “leitor de agora”, da forma mais acessível possível, a começar pela atualização ortográfica e à “libertação em relação a qualquer tese de natureza mais ou menos erudita e problemática” (p. XV). Devemos acrescentar que, dentre os editores modernos, SJ foi o único a estabelecer critérios para a fixação dos textos, embora nem sempre os tivesse respeitado.

O editor esclarece que sua proposta de modernização não implica uma “transformação completamente deformadora das realidades linguísticas, artísticas, estéticas, etc., duma obra cujas características de criação quinhentista não podem ser esquecidas” (p. XV). Mas, para colocar em prática tal projeto, diz ter sido necessário “partir precisamente da prévia organização duma edição mais pròpriamente chamada crítica, expurgá-la de todo o aparato crítico que não fosse completamente necessário e subordiná-la enfim às soluções consideradas aplicáveis à facilitação nas condições já referidas.”

Declara ter reproduzido os textos “na versão em que foram apresentados pelo primeiro editor que os encontrou e publicou”, acreditando que este teria procedido com mais lisura do que os posteriores, que “introduziram modificações incontroláveis ou aceitaram cegamente as modificações introduzidas” (p. XVII). Mas informa que considera a possibilidade de reconstituição textual, nos casos em que as lições oferecidas por aquelas edições não pudessem ser consideradas corretas. No caso de intervenção, assegurava ele, era fundamental que se indicasse claramente ao leitor onde se fizera necessária.

Afirma ainda SJ “não julgar lícita qualquer substituição de arcaísmo por forma moderna, qualquer alteração de concordância envelhecida, (...) qualquer modificação na sintaxe quinhentista, por pequena que seja” (XVIII) e que em sua edição as intervenções se restringiriam à pontuação e à fonética.

Após a leitura da “Introdução Geral” e do confronto do texto com as demais edições, conclui-se que: a) O editor de 63 não segue como texto-base a *editio princips*, como afirma, mas RI, da qual re-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

produz inclusive a epígrafe: “Feita do Autor na sua puerícia”; b) assim como os demais editores, modernizou grafias e formas de época (no seu caso, com o claro propósito de facilitar a leitura dos textos de Camões aos “leitores de agora), de acordo com a finalidade de sua edição. Entretanto preferiu *pera* (RH), forma arcaica, quando no texto de RI se estampava *para*; c) quanto à deriva de formas concorrentes, como os outros editores, também mostrou suas preferências, que nem sempre coincidiram com as do texto-base; d) quanto à reprodução e fidelidade, o confronto mostra claramente que também este editor apresentou leitura isolada de versos. SJ preferiu ora a leitura de RH, ora a de RI e ainda a de FS, quando julgou necessário. Corrigiu os versos defeituosos, mostrando mais coerência do que seus antecessores.

A exemplo de Pimpão, juntou as partes separadas do advérbio *porventura*, (vs. 69). Já em relação à conj. *senão* (vs. 72), manteve as partes separadas do vocábulo.

Modernização de formas de época

Versos	SJ	RH/RI	FS
25, 103, 205, 278, 282	<i>enquanto</i>	<i>em quanto</i>	<i>emquanto</i>
77, 81, 92, 94, 95, 163, 197, 250, 275	<i>água</i>	<i>agoa</i>	<i>agua</i>
112	<i>enfim</i>	<i>em fim</i>	-
165, 302	<i>céu</i>	<i>cêo/céo</i>	<i>ceo</i>
315	<i>ergueu</i>	<i>ergueo</i>	<i>ergueo</i>

Divergência de formas concorrentes

Versos	SJ	RH/RI	FS
3, 104	<i>suspiro(s)</i>	<i>sospiro(s)</i>	<i>suspiro(s)</i>
6	<i>devido</i>	<i>diuido</i>	<i>deuido</i>
19, 25	<i>esprito</i>	<i>sprito</i>	<i>esprito</i>
283	<i>esprito</i>	<i>spiritu</i>	<i>esprito</i>
31	<i>melhor</i>	<i>milhor</i>	<i>melhor</i>
38, 183, 240, 319, 320	<i>pera</i> <i>pera</i> <i>pera</i> <i>pera</i>	<i>para</i> <i>pera/para</i> <i>para</i> <i>para</i>	- <i>para</i> <i>por</i> <i>para</i>
44, 134, 319	<i>cuidado</i>	<i> cudado</i>	<i>cuidado</i>
46	<i>cuidando</i>	<i> cudando</i>	<i>cuidando</i>
48, 93, 183	<i>assim</i>	<i>assi</i>	<i>assi</i>
59	<i>veia</i>	<i>vea</i>	-
71	<i>igual</i>	<i>melhor/igoal</i>	<i>igoal</i>

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

75	<i>descera</i>	<i>descera/decera</i>	<i>decera</i>
80	<i>pequeno</i>	<i>piqueno</i>	<i>pequeno</i>
130	<i>apascentar</i>	<i>apascentar/apacentar</i>	<i>apacentar</i>
145	<i>despois</i>	<i>depois</i>	<i>depois</i>
146	<i>pasce</i>	<i>pasce/pace</i>	<i>pace</i>
156, 294	<i>continuo</i>	<i>contino/continuo</i>	<i>contino</i>
168	<i>produz</i>	<i>produze/produz</i>	<i>produz</i>
209	<i>leão</i>	<i>lião</i>	<i>leam</i>
218	<i>cobiçoso</i>	<i>cubiçoso</i>	<i>cubiçoso</i>
302	<i>apiadou</i>	<i>apiadou</i>	<i>apiadou</i>
319	<i>cuidar</i>	<i>cudar</i>	-

Divergência de leitura

Versos	SJ	RH	RI	FS	HC
7	Só vós (Senhor) famoso e excellente,	Só vós (Senhor) famoso e excellente,	Sò vós se- nhor fer- moso e ex- cellente,	Só vós, Senhor, famoso, e excellente,	
14	Que o <i>rudo</i> engenho meu me a- lumiasse,	Que o <i>rude</i> engenho meu me a- lumiasse,	Qu' o <i>rude</i> engenho meu m' alumias- se,	Que o <i>rudo</i> engenho meu me a- lumiasse,	
49	Ou tu do monte Pin- daro es nascida	Ou tu do monte Pin- daro es nascida	Ou tu do monte Pin- daro es nascida	Ou tu do monte Pin- daro es nascida	
65	Se <i>deixares</i> vencer a crueldade	Se <i>deixâ- ras</i> vencer a crueldade	Se <i>deixâ- ras</i> vencer a crueldade	Se <i>deixâ- ras</i> vencer a crueldade	
90	Que se a- cende <i>fogo</i> em casa, ou torre,	Que se a- cende <i>fogo</i> em casa, ou torre,	Que se a- cende <i>al- gum fogo</i> em casa, ou torre,	-	
96	Por que com esta o fogo mais <i>se</i> acende	Por que com esta o fogo mais <i>me</i> acende.	Por que com esta o fogo mais <i>me</i> acende.	Por que com esta o fogo mais <i>se</i> acende	
129	Naquela parte <i>aon- de</i> costum- avas	Naquella parte <i>a- donde</i> cos- tumavas	Naquella parte <i>a- donde</i> cos- tumavas	Naquella parte <i>donde</i> costumavas	
174	Farás a noite escura <i>claro di- a;</i>	Faze esta noite escura <i>em</i> claro dia	Faras a noite escura <i>em</i> claro dia	Farás a noite escura <i>claro di- a;</i>	

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

178	<i>Deste nos- so horizon- te, que, es- condido</i>	<i>Do nosso Orizante, que escondi- do</i>	<i>Do nosso Orizante, que escondi- do</i>	<i>Deste nos- so horizon- te, que, es- condido</i>	
181	E quando torna <i>vir</i> claro, e lu- zente,	E quando torna a <i>vir</i> claro e lu- zente	E quando torna a <i>vir</i> claro e lu- zente	E quando torna a <i>vir</i> claro e lu- zente,	
197	Até debai- xo de <i>água</i> o peixe mudo	Até debai- xo d' <i>agoa</i> o peixe mudo	Até debai- xo d' <i>agoa</i> o peixe mudo	Debaixo <i>da</i> <i>agua fria</i> o peixe mudo	
224	E <i>amor</i> a quem já fe- rido o ti- nha.	E a <i>amor</i> a quem ja fe- rido o ti- nha.	E a <i>amor</i> a quem ja fe- rido o ti- nha.	<i>Amor</i> a quem já, já ferido o ti- nha.	
250	<i>Coa água</i> que lhe to- ca branda- mente	<i>Côa agoa</i> que lhe to- ca branda- mente,	<i>Co agoa</i> que lhe to- ca branda- mente,	<i>Com a á- gua</i> , que lhe toca branda- mente:	
269	Na chama e no ardor, no fogo e calma,	Na chama, no ardor, no fogo, e calma,	Na chama, no ardor, no fogo, e calma,	Nas cha- mas, e no ardor, no fogo, e calma,	Na chama e no ardor, no fogo e calma,
276	Contigo em <i>toda</i> <i>parte</i> me hás de a- char;	Contigo em <i>toda a</i> <i>parte</i> m'has de achar,	Contigo em <i>toda a</i> <i>parte</i> m'has de achar,	Contigo em <i>toda a</i> <i>parte</i> me has de a- char:	
277	Que o fogo em que ar- so, e a água em que me afogo,	Que a chama que me abrasa he de tal fogo,	Que o fogo em q arso, e a agoa em q me afoge,	Que o fo- go, em qu'ardo, e a agua em que me a- fogo,	
293	Até <i>quan- do</i> te veja entrar na Glória	Atè <i>que eu</i> te veja en- trar na glo- ria,	Atè <i>que</i> <i>quando</i> te veja entrar na gloria,	Atè <i>quan- do</i> vos veja entrar na gloria,	

Emendas a versos defeituosos

Versos	SJ	RH	RI	FS
11	<i>Meu rudo ver- so</i> , em cuja companhia	<i>Meus rudos</i> <i>versos</i> , em cu- ja companhia	<i>Meu rudo ver- so</i> , em cuja companhia	<i>Meu rudo ver- so</i> , em cuja companhia

33	As vãs querel- las <i>brandas</i> e amorosas,	As vãs querel- las <i>bandas</i> e amorosas,	As vãs querel- las <i>brandas</i> e amorosas,	As vãs querel- las <i>brandas</i> e amorosas,
49	_ Ou tu do monte <i>Pindaso</i> és nascida,	Ou tu do mon- te <i>Pindaro</i> es nascida,	Ou tu do mon- te <i>Pindaso</i> es nascida,	Ou tu do monte <i>Pindaso</i> es na- cida,
224	E <i>amor</i> , a quem já ferido o tinha	E <i>a amor</i> a quem ja ferido o tinha	E <i>a amor</i> a quem ja ferido o tinha	<i>Amor a quem já, já, ferido o tinha</i>
240	E <i>a</i> mais, que pera mais he meu tormento	E mais, que pera mais he meu tormento	E <i>a</i> mais, que para mais he meu tormento	E <i>a</i> mais, que para mais he meu tormêto
275	Pôsto que <i>vas</i> por água, ferro ou fogo,	Posto que <i>va</i> por agoa, ferro ou fogo,	Posto que <i>vas</i> por agoa, fer- ro, ou fogo,	Posto que <i>vàs</i> por agua, ferro, ou fogo,

5. A edição de *Maria de Lurdes Saraiva (80/81)*

De acordo com o propósito da edição, em seus comentários ao texto, MLS tentou aclarar expressões correntes no século XVI, mas não mais acessíveis aos leitores modernos, procurando “facilitar” o acesso à leitura dos não familiarizados com a língua de Camões. Nas notas, propôs chaves de leitura para a écloga, bem como apontou as variantes existentes entre as edições quinhentistas, além de outros comentários úteis.

Como as anteriores, esta também não se pretende uma edição crítica. Do ponto de vista da transmissão textual, MLS expõe seu critério que é o de “seguir fielmente o primeiro texto publicado”. De fato, o texto-base é o de RH do qual reproduz inclusive a epígrafe. Demonstrando conhecer os inúmeros problemas relativos à transmissão dos textos pela tradição impressa, afirma ter respeitado o texto publicado na 1ª edição, com exceção de mudanças na pontuação, regularização do uso das maiúsculas e modernização da ortografia:

Respeitou-se o texto primitivo, optando por ele mesmo em alguns casos em que os editores modernos propõem novas grafias, a pretexto de que as das primeiras edições são lapso evidente. Pode o lapso ser do editor e não do texto. (...). Isto não significa que não existam erros que foram se acumulando durante as sucessivas cópias, até que os poemas vissem a letra de forma. Mas atenho-me aqui à advertência do primeiro editor: não posso localizar e corrigir erros; mas depende de mim não os acrescentar com o pretexto de novas correções. (I, p. 14-15).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Contudo, a editora nem sempre manteve a firmeza de propósitos: emendou versos, como mostra o cotejo feito, aliás, como toda a tradição impressa anterior a ela.

Por evidente falha de revisão, a edição inverte a ordem de 4 versos – no lugar do vs. 7, está o 9; no lugar do vs. 8, o 10; no lugar do vs. 9, o 7; e no lugar do vs. 10, o 8. O erro é tão grosseiro que não se pode imputá-lo à organizadora da edição, já que com tal disposição, destrói-se o esquema rimático das duas primeiras estrofes, que apresentam a seguinte ordem, respectivamente: AB/AB/AB/CD/AA/BC/BC/DD, quando o esquema canônico seria: AB/AB/AB/CC.

Quanto à modernização das formas, observa, com propriedade, que atualizar completamente a língua do século XVI “representaria por vezes o estropiar dos versos”. Preservou algumas formas de época, como *ũa* ou *minina*, que “não poderiam ser atualizadas sem prejuízo da eufonia dos versos”; também manteve, sempre que necessário, “o uso do apóstrofo, proscrito pelo moderno código ortográfico, mas indispensável para uma leitura correcta”; entretanto modernizou outras, como *água* ou *céu*, contrariando o *usus scribendi* da época, como os outros editores modernos da lírica.

A despeito da tentativa de emendar erros flagrantes, MLS deixa passar o do vs. 11 - hipermétrico em RH - corrigido em todas as outras edições, com exceção da do Prof. Pimpão, a quem a editora acompanha. MLS também ignora o erro de concordância no vs. 275, como alguns dos editores modernos. No vs. 50, troca a dissílaba *mármor* (leitura unânime) pela trissílaba *mármore*, em leitura isolada. Também reproduz erros que figuravam nas edições de 44 e 46, como a acentuação da forma *dêm*, por *dem*, no vs. 17.

Como as demais edições, não estabeleceu normas de transcrição textual, de tal forma que a modernização da grafia não segue um critério, nem mesmo o de reproduzir o texto de base, do qual discorda por vezes. Isto fica claro em relação aos dígrafos, em que ora se vê: *pace* (vs. 146) ou *crece* (vs. 156), sem o dígrafo, ao contrário da grafia encontrada em RH, ora não, como em *nascida* (vs. 49).

Como Pimpão, junta as partes separadas do advérbio *porventura*, (*por ventura* - vs. 69). Do mesmo modo procede em relação à conj. *senão* (vs. 72), ao contrário dos demais editores. Já em relação

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

a *porque* (prepos.+ pron., vs. 229), mantém o conglomerado ao invés de separá-lo, como seria o caso.

Modernização de formas de época

Versos	MLS	RH	RI	FS
25, 103, 278, 282	<i>enquanto</i>	<i>em quanto</i>	<i>em quanto</i>	<i>emquanto</i>
77, 81, 92, 94, 5,163, 197, 250, 275	<i>água</i>	<i>agoa</i>	<i>agoa</i>	<i>agua</i>
112	<i>enfim</i>	<i>em fim</i>	<i>em fim</i>	-
159	<i>vêm</i>	<i>vem</i>	<i>vem</i>	<i>vem</i>
165, 302	<i>céu</i>	<i>cêo</i>	<i>céo</i>	<i>ceo</i>
315	<i>ergueu</i>	<i>ergueo</i>	<i>ergueo</i>	<i>ergueo</i>

Divergência de formas concorrentes

Versos	MLS	RH/RI	FS
3, 104	<i>suspiro(s)</i>	<i>sospiro(s)</i>	<i>suspiro(s)</i>
6	<i>devido</i>	<i>diuido</i>	<i>deuido</i>
19, 25	<i>esprito</i>	<i>sprito</i>	<i>esprito</i>
31	<i>melhor</i>	<i>milhor</i>	<i>melhor</i>
36, 94, 115 250	<i>com</i> <i>coa</i> <i>co</i> <i>coa</i>	<i>co/com</i> <i>co</i> <i>co/com</i> <i>côa/co</i>	<i>com</i> <i>com</i> <i>com</i> <i>com</i>
44, 134, 319	<i>cuidado</i>	<i>cudado</i>	<i>cuidado</i>
46	<i>cuidando</i>	<i>cudando</i>	<i>cuidando</i>
59	<i>veia</i>	<i>vea</i>	-
80	<i>pequeno</i>	<i>piqueno</i>	
145, 284	<i>depois</i>	<i>depois</i>	<i>depois</i>
183	<i>para</i>	<i>pera</i>	<i>pequeno</i>
209	<i>leão</i>	<i>lião</i>	<i>leam</i>
218	<i>cobiçoso</i>	<i>cubiçoso</i>	<i>cubiçoso</i>
283	<i>spírito</i>	<i>spiritu</i>	<i>esprito</i>
319	<i>cuidar</i>	<i>cudar</i>	<i>cuidar</i>

Divergência de leitura

Versos	MLS	RH	RI	FS	P
50	Ou <i>mármore</i> te pariu, fermosa e dura,	Ou <i>marmorte</i> pario fermosa e dura,	Ou <i>marmorte</i> pario fermosa e dura,	Ou <i>marmorte</i> pario fermosa, e dura	ou <i>mármorte</i> pariu, fermosa e dura:
54	Ou tens de natureza <i>tal</i> ventura;	E <i>tês</i> de natureza <i>tal</i> ventura	E <i>tês</i> de natureza <i>tal</i> ventura	Ou tens <i>da</i> natureza <i>tal</i> ventura	Ou tens de natureza <i>tal</i> ventura
224	E <i>amor</i> , a quem já ferido o tinha	E <i>a amor</i> a quem ja ferido o tinha	E <i>a amor</i> a quem ja ferido o tinha	<i>Amor</i> a quem já, já ferido o ti-	E <i>amor</i> , a quem já ferido o tinha

				nha.	
258	Alegre toda a terra vendo o dia,	Alegria toda a terra a vendo o dia,	Alegre toda a terra vendo o dia,	Alegre toda a terra vendo o dia,	Alegria toda a terra vendo o dia;

Emendas a versos defeituosos

Versos	MLS	RH	RI	FS
33	As vãs querelas <i>brandas</i> e amorosas	As vãs querelas <i>bandas</i> e amorosas	As vãs querelas <i>brandas</i> e amorosas	As vãs querelas <i>brandas</i> e amorosas,
49	“Ou tu do monte <i>Pindaso</i> és nascida,	Ou tu do monte <i>Pindaro</i> es nascida,	Ou tu do monte <i>Pindaso</i> es nascida,	Ou tu do monte <i>Pindaso</i> es nascida,
224	e <i>amor</i> a quem já ferido o tinha	E <i>a amor</i> a quem ja ferido o tinha	E <i>a amor</i> a quem ja ferido o tinha	<i>Amor a quem já, já, ferido o tinha</i>
240	<i>e mais</i> , que para <i>mim</i> é meu tormento.	<i>E mais</i> , que para mais he meu tormento	E <i>a mais</i> , que para mais he meu tormento	E <i>a mais</i> , que para mais he meu tormêto

Uma vez que não há qualquer testemunho manuscrito conhecido para a écloga, a reprodução do texto da 1ª edição da lírica, *Rhythmas* (RH), de 1595, é o mais recomendável por ser esta geralmente considerada um apógrafo impresso, originado de apógrafos manuscritos, como esclarece Soropita, organizador da edição, no “Prólogo aos Leytores”, onde afirma que se emendou somente “aquilo que claramente constou ser vício de pena”:

E com isto não resta mais que lembrar, que os erros que ouer nesta impressão, não passarão por alto à quem ajudou a compilar este liuro, mas achouse que era menos incoueniente irem assi como se acharão per cõferencia de algũs liuros de mão, onde estas obras andauão espedaçadas, que não violar as composições alheas, sem certeza euidente de ser a emêda verdadeira, porque sempre aos bõos entendimentos fiqua reseruardo julgarem que não são erros do author, senão vicio do tempo, e inaduerterencia de quẽ as trasladou. (...) E por isso se não bolio em mais que soo naquilo que claramente constou ser uicio de pena, e o mais vai assi como se achou scritto, e muito differente do que ouuera de ir se Luís de Camões em sua vida o dera à impressão (...).

Tal critério editorial, que visava à isenção e fidedignidade às lições manuscritas, nem sempre foi seguido pelas edições posteriores. Ao contrário, na segunda edição, *Rimas* (RI), de 1598, no “Prólogo ao Leitor”, o espírito corretivo do editor se manifestou logo nas primeiras linhas, ao declarar que:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Depois de gastada a primeira impressão das Rimas deste excelente poeta, determinando dallo segunda vez a estampa, procurei que os erros, q̄ na outra por culpa dos originaes se cometerão, nesta se emendassem de sorte, que ficasse merecendo conhecerse de todos por digno parto do grande engenho de seu autor (...) porque certo em muitas fabulas que toca o Autor em diuersas partes, & textura dos versos, assi se introdusirão os erros de quẽ os tresladaua, que ja quasi na opinião do vulgo se tinham por proprios de Luís de Camões. & se ainda assi não ficarem na realidade de sua primeira composição, baste que em quanto pude o cõmuniquei com pessoas que o entendião, conferindo vários originaes e escolhendo delles o que vinha mais proprio ao que o Poeta queria dizer, sem lhe violar a graça, & termo particular seu, que nestas cousas importa muto.

As inúmeras divergências atestadas no cotejo da tradição impressa quinhentista admitem a hipótese de consulta a fontes manuscritas diversas, para as quais não há hoje qualquer comprovação, ou mesmo de emendas conjecturais introduzidas pelo editor das *Rimas*. O fato é que muitos versos nesta edição aparecem emendados ou “aperfeiçoados” sem qualquer justificativa. Mas o confronto com a edição de Faria e Sousa permitiu-nos aquilatar a real dimensão dos abusos cometidos por este editor e pela tradição impressa que se lhe seguiu.

Embora seja unânime o reconhecimento por toda a tradição impressa moderna da preeminência das edições quinhentistas sobre as que as sucederam, “no intuito de corrigir” os erros que passaram, essas edições, não só “corrigiram”, mas interferiram nos textos daquelas. Quer adotassem RH como texto-base, quer RI; e, em alguns casos, as leituras corrompidas de Faria e Sousa, o confronto deixou claro que todas, sem exceção, se valeram das três edições, além de incorporarem lições isoladas, favorecendo a transmissão viciosa do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Lírica de Camões. História, metodologia e corpus*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

_____. *Lírica de Camões. Éclogas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 5, tomo I, 2002.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CAMÕES, Luís de. *Rhythmas*. Lisboa: Manoel de Lyra, 1595. Ed. fac-símile do exemplar pertencente à Biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Edição comemorativa do IV centenário da morte de Luís de Camões a 10 de junho de 1980.

_____. *Rimas*. Reprodução fac-similada da edição de 1598. Estudo introdutório de Vitor Manuel de Aguiar e Silva. Universidade do Minho, 1980.

_____. *Rimas várias*. Commentadas por Manoel de Faria y Souza. Nota introdutória do Prof. F. Rebelo Gonçalves. Prefácio do Prof. Jorge de Sena. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1972, 5 t. em 2 v. Reprodução fac-similada da ed. de 1685. Edição comemorativa do IV centenário da publicação de *Os Lusíadas*.

_____. *Lírica*. Edição crítica pelo Dr. José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

_____. *Rimas*. 3. ed. Texto estabelecido e prefaciado por Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Coimbra: Atlântida, 1973. [A 1. ed. é de 1944, a 2. ed. de 1953].

_____. *Obras completas*. Prefácio e notas de Hernâni Cidade. Lisboa: Sá da Costa, 1946, 5 v.

_____. *Obra completa*. Organização, introdução, comentários e anotações de António Salgado Junior. Rio de Janeiro: Aguilar, 1963.

_____. *Lírica completa*. Prefácio e notas de Maria de Lourdes Saraiva. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980-81, 3 v. Coleção Biblioteca de Autores Portugueses.

**A LÍNGUA DOS ROMANOS
UTILIZADA E PERPETUADA AINDA NO SÉCULO XXI**

Eliana da Cunha Lopes (UFRJ)
elianalatim@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo mostrar a utilidade da língua latina nos dias atuais, em especial, na linguagem da propaganda, artifício bastante utilizado por tantas agências de publicidade que compreendem que o uso de uma língua de cultura como o latim enobrece o produto, emprestando-lhe um *sabor* diferente e aguçando a curiosidade dos consumidores. Expressões latinas como *carpe diem* popularizaram-se graças ao cinema e à propaganda. Textos dos *carmina burana* tornaram-se conhecidos pela exaustiva utilização da cantata de Carl Orff numa propaganda veiculada pelos meios de comunicação. Sabe-se que o Direito Romano influenciou as Instituições modernas; temos, como nota de erudição, por parte dos advogados, a utilização de expressões latinas, muitas vezes memorizadas sem qualquer preocupação com os aspectos estruturais da língua. A presente pesquisa, em fase de desenvolvimento, tem como finalidade despertar no falante de língua portuguesa o interesse pelo estudo da língua e da cultura que representam a base de nossa civilização.

Palavras-chave:

Língua Latina. Linguagem da Propaganda. Modernidade.

1. Introdução

O latim, língua dos romanos e relicário do pensamento de Roma e de sua brilhante civilização, pertence à grande família das línguas indo-europeias. Cumpre, porém, notar que essa língua polida dos vigorosos escritores do período áureo da literatura latina não saiu assim burilada do primitivo indo-europeu. Fruto amadurecido de uma prolongada elaboração, representa o momento de seu maior esplendor. Este momento, pois, no decurso de sua alongada história, fora precedido de vários estágios perfeitamente demarcados, e a ele se seguiram outros estágios subsequentes, que iriam culminar na formação das línguas românicas hodiernas, as quais nada mais são do que o próprio latim transformado através do tempo e do espaço- (FARIA, 1970, p. 11).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A língua portuguesa proveio do latim vulgar que os romanos introduziram na Lusitânia, região situada ao ocidente da Península Ibérica.

Pode-se afirmar, com mais propriedade, que o português é o próprio latim modificado. É lícito concluir, portanto, que o idioma falado pelo povo romano não morreu, como erradamente se assevera, mas continua a viver, transformado, no grupo de línguas *românicas* ou *novilatinas*. (COUTINHO, 1976, p. 46).

A língua portuguesa é a continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim levado à Península Ibérica pela expansão do Império Romano, no início do séc. III a. C., particularmente no processo de romanização dos povos do oeste e noroeste (lusitanos e galai-cos), processo que encontrou tenaz resistência dos habitantes originários dessas regiões (BECHARA, 1999, p. 23).

O presente trabalho tem por objetivo mostrar que o latim, idioma falado pelo povo romano, não morreu. Permanece vivo no grupo de línguas românicas as quais nada mais são do que o próprio latim transformado através do tempo e do espaço, como atestam as palavras de Ernesto de Faria, Ismael de Lima Coutinho e Evanildo Bechara nos excertos acima.

2. *O latim na modernidade como objeto da propaganda*

A língua latina transformada e burilada, desde sua origem, é utilizada, por inúmeras agências de publicidade, na linguagem da propaganda, sem medo de errar, com o objetivo de alcançar a finalidade primordial: exercer o poder de persuasão sobre os consumidores.

Ao utilizar, em seus produtos e *slogans*, um termo latino, o publicitário tem plena consciência de que está acrescentando um caráter enobrecedor e um sabor diferente que aguçará a curiosidade dos consumidores.

Segundo as palavras dos escritores acima mencionados, nenhum falante das línguas românicas pode negar que a Língua Portuguesa proveio do Latim e que, ao utilizar termos latinos em seus produtos, estes estarão imbuídos de uma visão clássica, criativa, com

um requinte de erudição.

Não haverá, por parte do consumidor persuadido, grande dificuldade, na maioria das vezes, em perceber a mensagem que a linguagem da propaganda deseja transmitir. Modernamente e sabiamente, encontramos inúmeros produtos e *slogans* escritos na nossa língua-mãe. Este fato vem comprovar o caráter de erudição que enobrecer a propaganda e o produto.

Os termos latinos estão presentes na vida das donas de casa, na vida das crianças, na literatura, na música, enfim, nos produtos conscientemente lançados com a finalidade de valorização. Estão presentes, também, na liturgia católica, nos anúncios de viagens ou de imóveis, na informática, em todos os ramos onde a linguagem da propaganda pretende obter sucesso e prestígio.

Qual consumidor, que na época dos festejos natalinos, não consumiu um produto altamente divulgado por um ator trajando roupas romanas e que exclamava: *HABEMUS CHESTER*, parodiando a igreja católica: *HABEMUS PAPAM*. Fórmula utilizada para anunciar a eleição de um novo papa.

A expressão latina *CARPE DIEM*, que significa: Aproveite o dia (de hoje), da filosofia horaciana, popularizou-se graças ao filme “Sociedade dos Poetas Mortos” e à propaganda de um perfume lançado para a juventude, onde a mensagem a ser transmitida estava eivada de vigor, saúde, disposição, vivacidade, características inerentes aos jovens: “Aproveite a vida”. Na literatura brasileira infanto-juvenil encontramos o livro: *CARPE DIEM: O crime bate à porta*, do autor Samir Thomaz. No teatro, esteve em cartaz a peça: *Consummatum est*, cujo título nos recorda as últimas palavras de Cristo na Cruz (JOÃO, 19, p. 30)



Figura 1 – Campanha publicitária do Boticário²

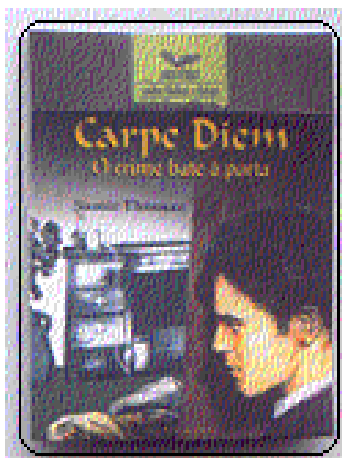


Figura 2 – capa ilustrativa do livro “Carpe Diem”.

² Todas as figuras foram retiradas dos sites das marcas ou escaneadas das embalagens. Sendo assim, não sofreram tratamento de imagem em nenhum programa específico.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Acrescentamos, ainda, o filme *A Paixão de Cristo* (The Passion of the Christ) de Mel Gibson, lançado em 2004, falado em latim e também em aramaico (dialeto hebraico falado por Jesus Cristo).

Trechos da cantata de Carl Orff “*CARMINA BURANA*” tornaram-se conhecidos pela exaustiva utilização numa propaganda da tevê.

É gratificante, para os amantes da língua latina, constatar que uma administradora de imóveis lançou seu mais importante empreendimento, em uma área nobre do Rio de Janeiro, e, para este fim utilizou os vv. 6/7 da *Bucólica I* de Virgílio, poeta do período clássico da literatura latina.



Figura 3: *Jornal do Brasil*. RJ. 15/1/1989, Classificados, p. 4

Com a finalidade de atrair o público e divulgar os feitos administrativos do governo, a Secretaria de Segurança Pública do RJ, lançou mão do voo mais alto de sua gestão. Fez decolar, para atuar como arma contra o tráfico de drogas, um dirigível ao qual deu o imponente nome: *PAX RIO*. Com este dirigível, pretendia, acreditamos, implantar no Rio a mesma *PAX ROMANA* que existiu em Roma, durante o Império de Augusto (43 a. C – 14 d. C.).

³ *O Melibeu, / um deus nos concedeu estes ócios. / Com efeito, ele será sempre um deus para mim.*



Figura 4: Jornal do Brasil. RJ. 3/9/2002, ano 112, n.148, p.1

A simplicidade da propaganda, a sugestão de tranquilidade e a segurança ao viajar pela cidade e pelo mundo são atributos garantidos na linguagem da propaganda pela agência URBI ET ORBI. Estes termos latinos foram inspirados no trecho da bênção papal que é dirigida não somente à cidade de Roma, mas também a todo o mundo: *para a cidade (urbi) e para o mundo (orbi)*.



Figura 5: Revista de domingo do Jornal do Brasil. 3/9/2002, ano 112, n. 148.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Diante de tantas propagandas, com fins lucrativos, veiculadas pelas agências publicitárias, é lícito afirmar que utilizar vocábulos latinos não amedronta os publicitários modernos e que, ao contrário do que se poderia pensar, a utilização de vocábulos latinos reforça, enobrece e dá criatividade aos produtos.

Segundo os autores citados na introdução, a língua portuguesa é a continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim. Proveio do latim vulgar que era o latim falado pelo povo romano e, introduzido por este mesmo povo na Lusitânia, hoje Portugal, e, sendo fruto amadurecido de uma prolongada elaboração, representa o momento de seu maior esplendor. Não há, por parte dos falantes de língua portuguesa, dificuldade em perceber que o limpador *optimum* (*optimus*, -a, -um) adjetivo latino, superlativo de *bonus* é muito bom, é ótimo para a higiene domiciliar, que o sorvete MAGNUM (*magnus*, -a, -um) proporcionará ao consumidor “um grande prazer”, ao ser saboreado.



Figuras 6 e 7: Campanhas publicitárias

Que se pode pensar de uma dona de casa que faz uso do sabão em pó MINERVA para lavar a roupa de seus filhos e marido? É sábia e inteligente como a deusa latina que presidia a Sabedoria. E do homem que usa meias *Lupo*, do latim *lupus*, -i (lobo), animal astuto, esperto? O nome do produto (*LUPO*) vem no ablativo singular, para sugerir que através dele é realçada a elegância masculina.



Figuras 8 e 9: Campanhas publicitárias.

Vivere é viver, aproveitar a vida. É a sua mais deliciosa fonte de bem-estar, unindo sabor e nutrição. São palavras encontradas na embalagem do biscoito *VIVERE*, facilmente entendidas pelo consumidor. *Vivere* é o infinitivo do verbo latino de 3ª conjugação (*vivo, -is, vivere, -xi, -ctum*) que significa viver, ter vida.



Figuras 10: Campanha publicitária

O vocábulo biscoito, do latim *biscoctu*, que significa “cozido duas vezes”, recebe outro valor ao lhe ser acrescentado o adjetivo de primeira classe (*bonus, -a, -um*). O biscoito BONO (ablativo singular) soa ao consumidor com um “sabor mais apetitoso”. *Bonus* significa, em primeira acepção, “bom” podendo também, dentro de um contexto, ser traduzido por corajoso; valente; nobre (de nascimento). São valores que dignificam o consumidor pela escolha do produto e atingem um dos objetivos dos publicitários que é ressaltar, com a colocação de nomes latinos em seus produtos, o valor de tradição, status e erudição de quem os adquirir, enobrecendo o próprio produto.



Figuras 11: Campanha publicitária

Todos os vocábulos latinos utilizados na linguagem publicitária fazem-nos pensar, que seu uso não é arbitrário. Há intenções subjacentes na escolha destes nomes, pois tais vocábulos são, minuciosamente, pesquisados com um único objetivo: o sucesso das vendas. Daí, o grande número de vocábulos latinos utilizados atualmente pela propaganda.

Encontramos formas latinas clássicas já arcaizadas na mente do falante de língua portuguesa. FIAT LUX que, segundo a sagrada escritura, foram palavras proferidas pelo Criador para que se fizesse a claridade. Lemos no Gênesis, o seguinte trecho: *Dixitque Deus: Fiat lux. Et facta est lux* (1,3): E Deus disse: Faça-se a luz. E a luz se fez.

Há, também, o sabonete LUX, o sabonete das estrelas (*lux, lucis*), substantivo feminino latino traduzido por luz. Este sabonete trará luz às estrelas que o utilizarem. Para que estas estrelas mantenham o seu corpo esguio e esbelto, há no mercado, o iogurte CORPUS (*corpus, -oris*) substantivo neutro latino de terceira declinação que não oferece dúvida em sua tradução.



Figuras 12, 13 e 14: Campanhas publicitárias

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Com o objetivo de proteger a mulher dinâmica, a mulher que precisa de proteção, temos o absorvente *INTIMUS*, superlativo latino, traduzido por “íntimo”, “o mais recôndito”, “o mais profundo”. Haverá nome latino mais expressivo e convincente?



Figuras 15: Campanha publicitária

Para compor mais a mulher, para lhe dar um toque mais feminino, encontramos a linha de cosméticos *PUELLA* (*puella, -ae*), substantivo feminino diminutivo, da primeira declinação, “menina”, “mulher nova,” composta de batom, esmalte, óleo capilar, brilho para os olhos, colônias e gel fixador. Para completar a beleza feminina, há os produtos da linha *NATURA* (*natura, -ae*): ação de fazer nascer, natureza.



Figura 16: slogan natura <http://www2.natura.net/NaturaMundi/src/index.asp>



Figura 17: slogan puella <http://puella.com.br/batons.html>.

Com a finalidade de manter uma vida mais saudável, mais sadia, há o pão PLUS VITA. Esta expressão deveria ser grafada *PLUS VI-TAE*, pois em latim, os advérbios de quantidade (= *plus*) constroem-se com o genitivo partitivo. Há, também, para manter uma vida mais saudável, o feijão VITA e o NOBILIS.



Figuras 18, 19 e 20: Campanhas publicitárias

Se o consumidor desejar, além de ter uma vida mais saudável, viver duplamente, ter prazer “duas vezes” deverá consumir o irresistível biscoito BIS.



Figuras 21: Campanha publicitária

Quão deliciosa não se tornará a degustação de lanches e refrigerantes numa rede de alimentação, de grande penetração na mídia,

que, na toalha da bandeja, utiliza, diversos nomes próprios de diversas origens e, dentre estes, nomes próprios de origem latina: “De onde vêm os nomes” (parte 3): *Estela*, do latim *Stella*, -ae, no que podemos acrescentar STELLA MARIS- Estrela do Mar; *Celso*, do adjetivo latino (celsus, -a, -um): elevado, excelso, soberbo; *Cornélio* (duro como um corno); *Décio*, do numeral cardinal latino **decem**, era o nome do décimo filho; *Regina*, do latim *regina*, -ae: Rainha *Silvana*, (*silva*, -ae), o que vem da floresta; *Delfim*, do substantivo (*delphin*, -inis): golfinho; *Vicente*, do verbo *vincere*; vencer, o vencedor.



Figuras 22: Campanha publicitária do Macdonald'S, parte 3.

O desodorante AXE (cujo nome provém do substantivo latino *axis*, -is), direcionado para o sexo masculino, significa “eixo”, “eixo do mundo”, “centro”. Sugere a propaganda que todo homem, ao usá-lo, se tornará o centro das atenções femininas. Ser o “eixo das atrações” é o sonho maior de qualquer indivíduo. Sorrateiramente, a linguagem da propaganda incita este sonho”.



Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Figuras 23: Campanha publicitária axé www.axe.com.br

Como se sentiria um consumidor persuadido pela propaganda ao ter conhecimento de que adquirindo um aparelho de ar condicionado SILENTIA (substantivo neutro plural) que provém do latim: *silentium, -ii*, passaria o verão num ambiente de montanha, “no silêncio, no sossego, repousando sem ruídos, na ociosidade” com mais economia, mais silêncio, mais eficiência?



Figuras 24: Manual do usuário. www.springer.com.br

A língua dos romanos, o latim, relicário do pensamento romano e de sua brilhante civilização, é utilizada como título de uma canção composta por Miguel Gustavo, e interpretada pela sambista Mart'nália no CD “Pé do meu samba”, gravado, pela cantora, em 2003, na faixa 14: “PER OMNIA SAECULA SAECULORUM, AMEN”.

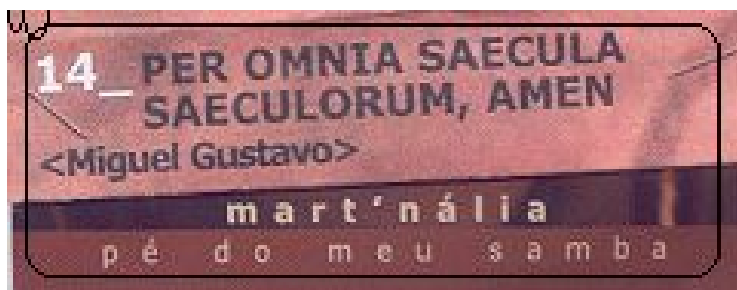


Figura 25: Encarte do CD Mart'nália Pé do meu samba

3. Considerações finais

Ao concluirmos este trabalho, ainda em fase de coleta de dados para a formação de um *corpus* maior, gostaríamos de despertar nos falantes da língua portuguesa o interesse pelo estudo de nossa língua – mãe que, nascida no Lácio (*Latium*), região habitada por grupo de pastores rudes e práticos, erguida sobre sete colinas: *Avelino, Célio, Palatino, Capitólio, Quirinal, Viminal e Esquilino*, tem, como continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, a língua portuguesa e as línguas românicas ou neolatinas, sendo hoje as principais: *o português, o espanhol, o francês, o provençal, o italiano e o romeno*.

Procuramos mostrar que a língua latina não morreu, como erradamente se poderia pensar, mas continua a viver e viver intensa e dinamicamente em várias expressões, emprestando-lhes opulência e erudição; enobrecendo, com seus vocábulos, inúmeros produtos lançados no mercado por tantas agências publicitárias que compreendem que a utilização de uma língua de cultura, como o latim, enriquece o produto e empresta-lhe um *toque* diferente e aguça, em seus consumidores, a curiosidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia* (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis. 10. ed. Tradução de David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

_____. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

GAFFIOT, F. *Dictionnaire latin-français*. Paris: Hachette, 1934.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

RIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 4. ed. Tradução de Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.

MART'NÁLIA. Pé do meu samba. Per omnia saecula saeculorum, amen. CD. BMG, 2002. Faixa 14.

MENDES, João Pedro. *Construção e arte das bucólicas de Virgílio*. Brasília: Da Universidade, 1985.

SANDMAN, Antônio José. *A linguagem da propaganda* São Paulo: Contexto, 2001.

SPALDING, Tassilo Orpheu. *Dicionário da mitologia latina*. São Paulo: Cultrix, 2001.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário latino-português*. Porto: Gráficos Reunidos, 1942.

**A QUESTÃO DO MECENATO NA ANTIGUIDADE
E NO RENASCIMENTO PORTUGUÊS**

Márcio Luiz Moitinha Ribeiro (UERJ)
marciomoitinha@hotmail.com

RESUMO

Nesta pesquisa poderemos perceber que o mecenato não esteve presente apenas na Grécia e na Roma antigas, mas encontraremos passagens de alusões políticas e de obras de encomenda também no período renascentista português, sobretudo nas obras de Henrique Caiado.

Palavras-chave: Mecenato. Virgílio. Horácio. Marcial. Henrique Caiado.

Havia na Grécia e Roma antigas como também em Portugal na época do Renascimento a divinização do imperador, este membro de uma família de sangue real era apontado “pelos deuses” para governar no mundo real dos homens. Leni Ribeiro Leite (2007) afirma no resumo de sua comunicação a respeito de Marcial e desta divinização:

Marcial foi um dos escritores que buscava, segundo ele mesmo diz em sua obra, retratar o dia a dia da capital do Império. Nesta comunicação, procuraremos mostrar como a divinização do Imperador é um tema importante nos epigramas de Marcial, servindo ao duplo propósito de conquistar favores imperiais e sustentar o projeto geral de sua obra: corroborar a construção de uma sociedade que siga preceitos rígidos de adequação à moral.

O fato é que, não só Marcial, Virgílio e Horácio em Roma, mas também Calímaco e Teócrito no período helenístico entre tantos outros poetas; e Henrique Caiado em Portugal escreveram⁴ (1) suas obras com duplo propósito: o de alcançar a benevolência e a amizade do rei para subsistência; e o de escrever para educar a sociedade. Vale lembrar que Calímaco iniciou a sua carreira como modesto professor em Elêusis, num subúrbio de Alexandria, entrementes ocupou

⁴ Calímaco e Henrique Caiado teciam encômios aos reis da época com dois escopos. Primeiramente, queriam fazer parte do círculo da amizade dos poetas ilustres e monarcas; e, depois, precisavam de patrocínio para a sobrevivência deles.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

posição de grande destaque na corte de Ptolomeu Filadelfo, onde prestou serviços para ele até aproximadamente o ano 235 a. C., quando morreu (HIME, 1989), como nos aponta Hime Gonçalves Muniz em sua tese de doutorado.

De Marcial queremos destacar o que Jean Bayet, (1965) no livro *Littérature Latine*, nos apresenta a respeito da vida sofrida do poeta acima referido:

M. Valérius Martialis était venu de Bilbilis (en Espagne, dans la province de Tarraconaise) achever sés études à Rome. Il y resta, séduit par la variété des impressions que la grande ville offrait à sa vivacité naturelle, mais y menant, pour subsister, la vie dure et humiliante du flatteur et du quémandeur: il flagorna Domitien, fit sa cour aux mêmes riches protecteurs que Stace. Il finit par y gagner, avec beaucoup de dégoûts, une mince aisance; et, par ses Épigrammes, la célébrité⁵.

Para Ettore Paratore (1983) Marcial tornou-se um *cliens*, um adulator do rei, que beirava a pobreza e a miséria, de todo o seu esforço como poeta só obteve um casebre e um pequeno terreno em Nomento:

Afinal, o que lhe sucedeu foi a condenação ao ofício ingrato de *cliens*, que o consumiu durante trinta e cinco anos em fatigantes corridas de um palácio para outro, em adulações exageradas e vãs, que deviam ser particularmente repugnantes para o seu bom gosto de poeta, numa pobreza que raiava a miséria e que o extenuou e lhe pesou no espírito, tolhendo-lhe talvez os ímpetus mais genuínos. De tanto esforço, não conseguiu obter mais que uma casinha, privada de água, no Quirinal e um pequeno terreno de pouco valor, em Nomento.

Virgílio, como todos nós sabemos, escreveu três obras monumentais: *A Eneida*, as *Bucólicas* e as *Geórgicas* (poema didático elaborado por solicitação de Mecenas). Nestas obras, há algumas alusões ao mecenato e às questões políticas da época.

⁵ "M. Valério Marcial tinha vindo de Bilbilis (na Espanha, na província de Tarraconense) para concluir seus estudos em Roma. Ele aí permaneceu, seduzido pela variedade de impressões que a grande cidade oferecia à sua vivacidade natural, porém, aí levou, para subsistir, a vida dura e humilhante de adulator e de pedinte: ele bajulou Domiciano, fez seu cortejo aos mesmos ricos protetores que Estácio. Ele terminou por aí ganhar, com muito desgosto, uma escassa comodidade; e por seus epigramas, a celebridade".

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Na *Eneida*, Virgílio⁶ faz algumas alusões ao “deus” Augusto. Este na verdade pede ao poeta mantuano que faça uma obra épica de encomenda, sendo assim o poeta tece elogios no texto épico ao seu governo em Roma. Diz Zélia Cardoso (1989):

Ele já era bastante conhecido nos meios artísticos e intelectuais de Roma quando, por solicitação de Augusto, se dispôs, em 29 a. C., a encetar a empresa gigantesca de escrever uma epopeia grandiosa que pudesse ombrear-se com os poemas homéricos.

Um pouco mais abaixo, a professora doutora e titular da USP, Zélia de Almeida Cardoso (1989): também ressalta esta questão do mecenato e da obra épica de encomenda:

Conhecendo suas qualidades e sabedor de que o poeta, como havia demonstrado nesses textos, se dispunha a funcionar como verdadeiro porta-voz da política imperial, Augusto o incumbiu dessa nova missão. Durante dez anos – de 29 a 19 a. C. –, Virgílio trabalhou na composição do novo poema, A Eneida (Aeneis). Não chegou, todavia, a dar-lhe o último polimento.

Diz Zélia de Almeida Cardoso (1989), em seu livro *Literatura latina*, sobre a 1ª *Bucólica*:

Na primeira Bucólica – que, certamente, não é a primeira na ordem de composição – temos um diálogo entre dois pastores, Melibeu e Títilo. O primeiro, deixando as terras que lhe tinham sido confiscadas, queixa-se ao segundo. Este agradece ao “deus” que lhe permitira permanecer nas suas. Essa bucólica é frequentemente considerada uma espécie de alegoria: para muitos, Títilo é a projeção de Virgílio, que exalta Otávio por ter este autorizado a devolução de uma propriedade confiscada à família do poeta. Melibeu espoliado, entretanto, também pode representar Virgílio.

Há outras alusões políticas como na IV *bucólica*, por exemplo, quando Virgílio a dedica ao cônsul Polião.

Em Horácio⁷, em algumas passagens de seus poemas, também encontramos esta questão do mecenato e de elogios ao rei. Nas *Odes*,

⁶ Sabemos que Virgílio foi deveras o épico latino por excelência, o poeta nacional do Império.

⁷ Horácio viveu na mesma época de Virgílio e tornou-se seu amigo pessoal. Sabemos que Horácio só começou a publicar as suas obras, depois de Virgílio apresentá-lo a Mecenas. Horácio escreveu um livro de *Sátiras*, os *Epodos*, quatro livros de *Odes*, dois livros de *Epístolas* e o *Cântico Secular*, conhecido em latim como *Carmen saeculare*. Há uma dissertação sobre este canto, defendida na UFRJ pelo saudoso docente da UERJ, José de Oliveira Magalhães.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

apresenta-se o Horácio que se coloca a serviço da política de Augusto. Vejamos por exemplo que no primeiro livro das *Odes*, há a seguinte passagem que assim traduzimos e que comprova o que acabamos de afirmar:

Ó Mecenas, descendente de antigos reis não só meu amparo como também minha doce glória, existem homens aos quais agrada ter reunido o pó olímpico⁸ no carro; e a baliza não tocada pelas ligeiras rodas⁹ e a nobre vitória os leva até aos Deuses senhores das terras.

Este se a turba dos inconstantes Romanos procura elevar as três grandes honras¹⁰;

Referimo-nos ao *Carmen Saeculare* numa nota acadêmica. Esta obra foi composta também com o escopo de encomenda pelos poderes públicos para ser cantado por ocasião dos jogos seculares, realizados por Augusto em 17 a. C.

Quanto a Henrique Caiado, poeta português do período renascentista, deixou o Direito e deu preferência ao seu amor às Letras, por isto seu tio suspendeu a mensalidade do poeta e deixou-o sofrer privações, contudo o rei D. Manuel I patrocinou Henrique Caiado de modo que este ficou eternamente grato ao rei e compôs em alguns de seus epigramas encômios ao monarca. Vejamos duas passagens da vida de Caiado, tiradas da obra *As Éclogas de Henrique Caiado*, de Tomás da Rosa (1965) sobre esta questão de amor e gratidão ao Rei:

Caiado dedicara-se de preferência às Letras, que o seduziam, pondo de parte a árida disciplina de Direito. Viajou depois pela Itália, satisfazendo a sua ânsia de saber, ao contato com os mais altos valores do Humanismo Italiano. Visitou, entre outros centros culturais, Roma, Ferrara e Pádua. Seu tio, ao ter conhecimento do facto, suspendeu-lhe a mensalidade. Caiado sofreu privações. E só por ordem de D. Manuel I, encetou os estudos de Direito Romano, em que, como nas Letras Humanas, primou e triunfou, vindo a doutorar-se pela Universidade de Pádua.

Um pouco mais abaixo afirma Tomás da Rosa (1965):

Caiado jamais esfriou a dedicação ao seu rei, sobretudo a D. Manu-

⁸ Diz respeito ao pó dos jogos olímpicos.

⁹ Isto é, também lhes agrada.

¹⁰ Alusão de Horácio às honras de pretor, de questor e de cônsul na Roma antiga.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

el. E em tudo procurou servir ao Humanismo português, e engrandecer Portugal com inteligência e amor.

Do Livro I dos *Epigramas de Caiado*, destacamos o de número III que trata esta questão do mecenato. Como perceberemos abaixo há encômios ao Rei Manuel. Vejamos a minha tradução¹¹:

AD EMMANUELEM REGEM

EPIGRAMMA III

Hesperiae, Rex magne, decus, quo praefide virtus
E coelo in terras conciliata venit.
Maiorum superas clarissima facta tuorum:
Aurea te redeunt principe saecla iterum.
Nigros usque tuum nomen penetravit ad Indos: 5
Vela tua Oceanus fertque, refertque Pater.
Extremique tuis parent confinia mundi
Legibus, es Regum maximus, Emmanuel.

AO REI MANUEL

EPIGRAMA III

Ó grande rei, glória da Hespéria¹², por meio de quem o valor,
comprometidamente conciliado, veio do céu à terra.
Tu superas os feitos mais ilustres de teus antepassados:
os séculos de ouro de novo retornam, sendo tu o soberano.
Teu nome chegou até mesmo junto aos trigueiros indianos: 5
o Oceano¹³ impele tuas velas¹⁴ e o Pai as traz de volta
e os limites do extremo mundo se submetem às tuas
leis, tu és o maior dos reis, ó Manuel¹⁵.

¹¹ Tradução extraída da tese de Márcio Luiz Moitinha Ribeiro, *Epigramas de Henrique Caiado: estudo e tradução do Livro I*, São Paulo, USP, 2010.

¹² As regiões do Ocidente são denominadas Hespéria.

¹³ "Oceano", personificação do deus do mar, esposo de Tétis. E o "Pai", ao qual o verso 6 se refere, serve de exemplo da antonomásia do próprio Deus Júpiter.

¹⁴ Trata-se de um exemplo de sinédoque, o autor quer dizer que navios são levados pelo Oceano às terras longínquas.

¹⁵ Vale lembrar que Caiado obteve muitos favores de seu caríssimo rei mormente financeiros.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Selecionamos uma passagem de Carlos Antônio Kalil Tannus (2007) em seu artigo, *Um olhar sobre a Literatura Novolatina em Portugal*, que vem a corroborar este costume que os reis tinham de patrocinar os poetas portugueses em seus estudos na Europa:

Encontramos também um panegírico de D. João III, em que se resalta a personalidade ativa, a prudência e agudeza de espírito, e o senso de justiça do rei, além do seu amor às Humanidades e da sua preocupação com os estudos dos seus bolseiros no Exterior ou com a qualidade do ensino na Universidade conimbricense:

Mirantur omnes tuum grauissimum iudicium atque acerrimam mentis aciem. Nam et complures adolescentes Parisiorum Lutetiam ad capiendum ingenii cultum tuo sumptu, alendos misisti et nouam hic litterarum academiam erexisti quae non modo externas omnium gentium scholas possit lacessere sed ueteres etiam Athenas in nostra haec tempora reuocare uideatur. (Panegírico de D. João III escrito por Pedro Sanches)

Eis a tradução de Carlos Tannus:

Admiram todos teu seriíssimo julgamento e a agudeza de tua mente. Com efeito, enviaste muitos jovens a Paris, a tuas expensas, para ilustrarem-se e ainda, aqui, fundaste uma nova academia que não somente pudesse congregiar os estudos de todas as nações, mas que, também, parecesse trazer de volta aos nossos tempos a velha Atenas.

Claudie Balavoine (1983) também retrata a questão do patronato, afirmando que é verdadeiro que da Florença a Ferrara, passando por Bolonha, seus apoios haviam acompanhado Caiado. Parece que eles haviam desejado que ele se tornasse poeta oficial do rei Dom Manuel.

Vale enfatizar, como afirma a autora supracitada (BALA VOINE, 1983), que em algumas élogos de Henrique Caiado, o poeta procura captar a atenção de uma poderosa família, sem que um único mecenas seja sempre visado, pois sobre esse ponto Caiado não terá com que se lamentar de uma falta de proteção. Mas, sua ambição ultrapassa a preocupação de assegurar a sua sobrevivência.

A mesma autora (BALA VOINE, 1983) também nos diz que o *idílio XVI*, de Teócrito já fazia referência ao patronato, como também a *VI éloga* de Caiado, nos versos 38 a 39. Em uma comparação atenta dessas duas coletâneas, aparecem imitações pontuais inadiáveis que engajam os contextos. Ora todo segmento do texto *do idílio XVI*, de Teócrito, proclama o papel essencial das Musas, na propaga-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ção de o renomear e de procurar a proteção oficial e generosa do “basileus” Hiéron. Teócrito garantia então duplamente a solicitação de Caiado: primeiramente, fazendo aparecer o mecenato como uma instituição tão antiga quanto necessária e num segundo momento provando que as Musas pastoris poderiam cantar também a glória dos príncipes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYET, Jean. *Littérature latine*. Paris: Armand Colin, 1965.

BALAVOINE, Claudie. *Les églogues d’Henrique Caiado ou l’humanisme portugais a la conquete de la poesie neo-latine*. Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A literatura latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

HIME, Gonçalves Muniz. *Arte e significado nos epigramas funerários de Calímaco: uma abordagem estilística*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

LEITE, Leni Ribeiro. Humano mais que profano. Leituras do sagrado na antiguidade clássica e na cultura oriental. In: *Caderno de Resumos*. III Congresso de Letras Clássicas e Orientais do Instituto de Letras da UERJ, de 07 a 10 de maio de 2007.

PARATORE, Ettore. *História da literatura latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

RIBEIRO, Márcio Luiz Moitinha. *Epigramas de Henrique Caiado: estudo e tradução do Livro I*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2010.

ROSA, Tomás da. *As éclogas de Henrique Caiado*. Separata de Humanitas. Vols. I e II da Nova Série. (Vols. V e VI da Série Contínua). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1954.

TANNUS, Carlos Antônio Kalil. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal. In: *Revista Calíope – Presença Clássica*. Número 16, Rio de Janeiro: UFRJ, Dez/2007.

**FORMALIDADE, REPRESENTAÇÃO E LINGUAGEM
NAS ACADEMIAS BRASÍLICAS**

Marcela Verônica da Silva (UNESP/Assis)

Carlos Eduardo Mendes de Moraes (UNESP/Assis)

mendesdemoraes@hotmail.com

Jarbas Vargas Nascimento (PUC-SP)

jvnf1@yahoo.com.br

RESUMO

Os Estatutos da Academia Brasileira dos Renascidos tratam dos deveres cabíveis aos membros e fornecem as bases para o entendimento de uma das agremiações mais bem organizadas do Brasil Colonial, no mesmo instante em que se tornam fundamentais para a compreensão da dimensão histórica, política e científica do século XVIII. Elaborado em linguagem rebuscada, e fundamentado na cientificidade, esse documento dá a dimensão dos aspectos a serem tratados por três olhares, que se complementam, a saber, a formalidade, a representação e a prática da linguagem retórica, conferindo-lhe perspectivas interdisciplinares promovidas pela literatura, pela filologia e pela linguística, respectivamente.

Palavras-chave: Academias Brasileiras. Formalidade. Representação. Linguagem.

1. Introdução

O chamado movimento academicista teve seu apogeu no Brasil colonial, entre os séculos XVII e XIX. Efetivamente, o século XVIII é o período em que proliferaram associações com intensa atividade. Neste contexto, as academias se constituíam agremiações de eruditos, orientados por rígidos estatutos, com objetivos literários, históricos e culturais, no mesmo instante em que carregavam em sua produção as marcas da estética Barroca, marcada formalmente pela Retórica e pela linguagem de ornato, determinado, especialmente, pela escolha lexical.

Dentre as academias da época, selecionamos para discussão Academia Brasileira dos Renascidos (ABR), que se propunha a escrever a História da América Portuguesa, exigindo de seus acadêmicos cientificidade no processo de produção de documentos.

2. Formalidade: os estatutos da academia brasileira dos acadêmicos renascidos e os primeiros sinais da ilustração

A opção que fazemos no tratamento dos Estatutos da Academia Brasileira dos Renascidos se justifica pela importância formal de seus conteúdos e pela importância da formalidade, da representação e da linguagem que esse documento significou no contexto acadêmico do século XVIII.

Os Estatutos da Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos podem ser divididos em três momentos: o introdutório trata da formação da Academia e de seus objetivos; o das funções cabíveis à agremiação: a organização da História da América Portuguesa, escrita em língua latina, as memórias históricas, escritas em português, a eleição e o papel dos integrantes, a impressão das obras, os elogios fúnebres, as funções públicas, as conferências particulares, as férias, a escolha da padroeira e do protetor. A Adição aos Estatutos trata do pedido a Dom José de confirmação dos Estatutos, concede a José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo o título de diretor perpétuo da Academia, assume a tarefa de responder dúvidas em relação a qualquer matéria, além de estabelecer a frequência de prestação de contas dos estudos acadêmicos.

Se lidos a partir do ponto de vista da política que Sebastião José de Carvalho e Melo pretendia implementar, os Estatutos revelam expectativa de vir a ser a instituição oficial, nos moldes de sua antecessora, a Academia Brasileira dos Esquecidos (ABE). Entretanto, em seus objetivos políticos, a agremiação viria a servir para facilitar os objetivos de imposição das reformas idealizadas, o que se conseguiria apenas após a expulsão dos jesuítas do solo brasileiro, nos planos de Sebastião José. No Brasil, o obstáculo para a centralização do poder do ministro era os Jesuítas. Ao patrocinar a ABR, o ministro buscava, portanto, pôr em prática a extinção da Companhia de Jesus, Ordem Religiosa fundada por Santo Inácio de Loyola em 1534, expulsando seus membros do território brasileiro. Inocentes quanto às verdadeiras intenções do ministro, os acadêmicos Renascidos buscavam, por seu turno, patrocínio real, para subsidiar a manutenção da agremiação, como ocorrera com a ABE, sua antecessora.

Se os *Estatutos* forem lidos do ponto de vista da elite agrega-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

da em torno da ideia da criação de um grêmio literário, justifica-se a intenção de ascender a Senhora da Conceição à condição de padroeira e protetora, enquanto elegem para homenageado e protetor Dom José I - imediatamente *substituído* por Sebastião José, eleito o mecenaz da academia logo nas primeiras conferências. Neste desencontro de objetivos, mostram ousada proposta: ser presente melhor que a estátua equestre, colocada estrategicamente na Praça do Comércio, em Lisboa, para o rei Dom José. Segundo o documento, as estátuas eram simulacro da vaidade, enquanto a academia poderia imortalizar os feitos do rei na composição de sua História.

O momento de criação da ABR coincide com a reconstrução de Lisboa, em decorrência do terremoto de 1755. Ao convidar um grande número de pessoas dotas e egrégias, a intenção do ministro era proporcionar às práticas acadêmicas um amplo campo de discussão, baseado em pontos de vista distintos, uma vez que os integrantes executavam diferentes funções no espaço social da época. Assim, para esclarecer o direcionamento iluminista, cabe contrastar suas características em relação à ABE, que lhe havia antecedido.

As duas academias tinham a mesma proposta de trabalho: escrever uma História da América Portuguesa que englobasse diferentes aspectos. No entanto, cada uma delas recorreu a um método diferente na execução das tarefas. No caso da ABE, a temática era descompromissada de comprovação documental, pois partia da erudição dos mestres e utilizava a retórica circunstancial como meio eficaz de expressão, explorando seus critérios de persuasão, para ornar seus argumentos, nem sempre consistentes. Já no caso da ABR, o ponto de partida para a composição das monografias e dissertações eram documentos e fontes coletadas e a persuasão era feita com base comprobatória e rigor na expressão retórica. Merece destaque a diferença entre a organização documental da ABR em relação à organização da ABE, a qual não possuía estatutos. Registrou-se a inauguração da ABE apenas por uma ata, na qual eram mencionados os nomes dos acadêmicos convidados para compor a direção da agremiação e a matéria dos estudos, com predomínio da poesia lírica e heroica e manifestações em prosa, baseadas na retórica aristotélica para a sua execução.

Outra característica que merece consideração é a mudança de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

foco e de divisão dos trabalhos entre os acadêmicos de ambas as academias. Na ABE, a distribuição dos trabalhos era feita por assuntos que correspondiam aos cargos extra-acadêmicos dos quatro integrantes mestres de história, enquanto na ABR essa preocupação delineava a própria existência da instituição, como resultado da ação do ministro Sebastião José em relação à elite letrada da América Portuguesa, obedecendo aos critérios geográficos de divisão, distribuída entre os sócios correspondentes:

... se dividirá este laborioso exercício pelos acadêmicos, que á pluralidade de votos forem eleitos, para cada uma das províncias d'este continente: porem antes que se lhes encarregue a dita Historia, que deve compor-se em latim. (*Estatutos da Academia Brazilica dos Academicos Renascidos*, §1).

As sessões acadêmicas eram presididas por um diretor, cuja função estava colocada em forma de subitem nos Estatutos. Com a nomeação de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo para o cargo perpétuo, a ação acadêmica prevaleceu sobre a política, sua “real” missão. A expulsão dos jesuítas da Colônia foi momentaneamente prejudicada, culminando com a prisão de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, por traição às determinações de Sebastião José de Carvalho e Melo, conforme argumenta Lamego (1929).

Os homens que compunham o corpo acadêmico eram divididos em duas categorias: os acadêmicos do número ou numerários e os acadêmicos supranumerários ou sócios correspondentes. A quantidade de sócios na primeira categoria, segundo os Estatutos, não poderia exceder os quarenta, enquanto para a segunda categoria não havia limitação e admitia-se, ainda, a possibilidade de residirem em outras capitânicas e até mesmo na Europa. Entretanto, todos deveriam prestar conta dos estudos, por meio de uma espécie de relatório, que deveria conter as atividades realizadas, tais como a pesquisa histórica e o processo de elaboração de documentos escritos em andamento.

Sobre a censura, na ABR, é possível afirmar que ela se deu de forma diferente da existente na ABE. Se antes ela era direcionada para os interesses da Igreja, a partir das perspectivas iluministas que se pretendia implementar, ela passou a ser direcionada para os interesses do Estado. Um dos reflexos desta importante mudança seria con-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

firmado pela criação da Real Mesa Censória, em substituição a uma censura menos política mais eclesiástica. A censura interna da ABR proíbe os acadêmicos de imprimir as obras antes de serem aprovadas pelos seus pares. As obras eram rigorosamente lidas e analisadas por dois censores, que deveriam apresentar parecer ou “aprovação” por escrito, além do despacho final, de acordo com o que a mesa censória decidisse. Segundo Lima (1980, p. 237), segue o fragmento final da “Aprovação” concedida ao acadêmico supranumerário Fr. Antônio de Sampaio:

E não achando nesta corrente outra coisa, que censurar, a julgo digna da licença que pede seu auto, para que se imprima para sempre nos Anais da Fama. Este é o meu parecer, que não obstante, mandara Vossa Senhoria o que for servido. (Convento de São Francisco da Bahia. 5 de Agosto de 1759).

Os acadêmicos numerários deveriam estar presentes nas sessões acadêmicas e os segundos poderiam residir fora da Capitania e até mesmo em outro país. Além destes grupos de acadêmicos, a Academia era composta também por diretor, censores, secretário e vice-secretário. Todas estas funções, menos a de secretário, eram de duração anual.

Assim, pode-se afirmar que os Estatutos são importante peça de reconstrução e de debate sobre as questões cruciais, que afetavam o momento político e cultural da América Portuguesa. A criação do grêmio, para os brasileiros, era a abertura de espaço cultural de uma elite letrada. Segundo as perspectivas de Sebastião José de Carvalho e Melo, dois eram os motivos para a criação das academias no Brasil: de uma parte, a estratégica tentativa de ter a seu lado a elite brasileira, na fundação de um grêmio, cuja tarefa culminaria na expulsão dos jesuítas do Brasil e, de outra parte, a deportação de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, por sua desastrosa ação na revolta dos produtores de vinho do Porto.

Isto posto, verifica-se uma coerência interna do documento, no sentido de que ele visa a promover o controle das ações da Academia, evitando que, por meio dela, os intentos políticos não fugissem ao controle da Corte, que objetivava menos a expansão cultural e mais a vigilância da Colônia, a distância.

3. Representação: o perfil do letrado das academias brasileiras

Este ponto diz respeito à constituição das Academias Brasileiras tanto dos Esquecidos, de 1724, como dos Renascidos, de 1759, levando-se em consideração o tipo de letrado que foi integrado a essas associações histórico-literárias. O termo representação refere-se aqui ao envolvimento do acadêmico com sua agremiação. Ora, se o letrado exerce os seus trabalhos acadêmicos por ocupação ou por ócio, é questão que envolve a (re)constituição de um universo, que contempla aspectos inerentes à composição de cada grêmio, assim como o exercício de atividades concomitantes por parte desses homens: a ocupação principal, que se relaciona com o seu ofício e que lhe atribui o *status* de letrado, por um lado, e a sua participação nas Academias, por outro.

O letrado na América Portuguesa era o homem cuja ocupação principal acontecia nos campos da administração, do clero, do ensino, da justiça, da vida militar, dos cartórios, todas instituições controladas a distância pela coroa portuguesa. Esta condição de representante, enviado ou natural da terra, enfim, de porta-voz da metrópole, serviram como critério para a escolha e para a atuação em cada uma dos grêmios histórico-literários, veículos de difusão ou de concentração das notícias históricas da nação lusitana, mesmo sob a aparente denominação de cultoras do *ócio*. Entretanto, para entender esse ócio, exercido na periodicidade dos encontros acadêmicos e por estar ele desvinculado do exercício direto do ofício principal do letrado, não são consideradas as atividades preparatórias que requerem um empenho adicional desse acadêmico fora das conferências. Esse trabalho preparatório concorria com seu compromisso “profissional” na terra, exercendo, assim, carga duplicada, pela pesquisa / preparação das atividades acadêmicas e pela própria apresentação ou representação, no momento de cada conferência.

A vida na Academia implicava a busca dos dados, a preparação dos poemas, dos discursos, das dissertações, além da presença nas conferências, cuja duração, pode-se imaginar, não era de poucas horas, a cada quinzena. Isso significa dizer que o ócio do acadêmico era, na verdade, outra atividade, além do seu próprio ofício, que não se registrava nos papéis dessas associações. Exigia-se do acadêmico dedicação e empenho na perseguição dos objetivos estabelecidos pe-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lo tema de cada conferência para serem discutidos na conferência seguinte. Assim, os critérios para a escolha do participante, que deveria expor periodicamente os resultados de seu trabalho em conferência, baseavam-se na capacidade de conhecimento teórico do indivíduo e na capacidade de fazer cumprir os compromissos decorrentes do exercício de seu ofício, como bom “oficial”, o qual, presume-se, deveria constituir um bom acadêmico.

Entretanto, o trabalho do homem público não foi a única forma de ascender à academia. Podia ocorrer, também, o ingresso por influência da sua origem. Nesse caso, encontramos informações que remetem à categoria retórica do louvor à estirpe e marcam o documento histórico com a marca da posição privilegiada da qual determinado acadêmico desfrutou, possivelmente, na nobiliarquia lusitana.

Na produção dos textos, o louvor figurava como elemento essencial para estes estudos universitários / cortesãos, nos quais a história não poderia ser manifestada pura e simplesmente como relato objetivo de fatos concernentes aos temas dados para cada pesquisador. Este louvor, quando dirigido ao próprio acadêmico, deveria ser cercado de certos cuidados, como figurar na forma de modéstia expressa nos discursos, vir consentido pela autoridade da conferência ou, ainda, expresso ou endossado pelos sócios da agremiação. Assim, a prática dos “bastidores” se estendia ao documento, na forma de lugar-comum que passa a figurar em todo discurso acadêmico.

Em terceiro lugar, a produção bibliográfica de cada acadêmico determinou sua atuação, cujo *Curriculum Vitae* falasse por si, justificando o exercício de sua atividade no campo das belas letras, pela produção que apresentava no referido meio, constituindo, por conseguinte, a categoria que estabeleceu maior diálogo com o ramo da literatura, da história ou da expressão escrita com fins profissionais.

No período de existência da ABE, puderam-se coletar documentos escritos em prosa e em verso de aproximadamente 160 nomes, entre autores identificados, pseudônimos e anônimos. Esta academia, indiretamente criou, para o Brasil, propósitos próprios, quais sejam, abrir um espaço para abrigar os letrados capazes de constituir uma “elite” de expressão das belas letras, impedidos de realizar um projeto de “universidade”, contentando-se em discutir e expressar

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

seus conhecimentos, com o *status* de saber institucionalizado. A ABR, por seu turno, registrou as mudanças de ideologia, que se operaram no espaço letrado lusitano. Para os acadêmicos, havia duas questões em jogo, a tentativa de fazer renascer das cinzas os trabalhos da primeira agremiação e a glória de poder figurar entre os letrados que, em 1759, constituíam a elite do pensamento no Brasil-Colônia.

O mapa responsável por indicar a desenvolvimento do acadêmico nos permite afirmar que a formação superior era a principal responsável pela determinação do ingresso desse homem na academia. Para os letrados, o caminho da expressão de seus conhecimentos estava vazado na forma de erudição. Entretanto, como a instituição da universidade era impedida nas colônias portuguesas, o letrado do Brasil teria que se alinhar ao perfil de homem que viveu algum tempo em Portugal para estudar, comungando com a ideologia de sua formação, ou recebeu educação (*sub* ou *in*)formal, mesmo em território brasileiro, caso em que a sua erudição se assentava na tutela de algum preceptor ou de alguma ordem religiosa de atuação local, subsidiada, evidentemente, pela Coroa. Em síntese, estão postos os números que indicam a formação desses letrados:

	Direito	Teologia	Filosofia	Artes	Medicina	Cânones	Instituta	Escolástica	Letras
Coimbra	15	15	2	1	5	98	6	-	-
Évora	-	2	-	1	-	-	-	-	-
Porto	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Colégio Jesuítas	-	2	3	1	-	-	-	2	2
Congregação Oratório (PE)	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Espanha	1	1	-	1	-	-	-	-	-
Sem indicação sobre formação superior 155									
Indicação da formação superior, sem local 12									

Outro elemento possível para a determinação desse ingresso do acadêmico na Academia seria, assim, a profissão do letrado, mostrando que sua participação na academia significava, no contexto do Brasil Colonial, ascensão ou aproximação da Corte. Assim, o ofício de cada acadêmico, na ABE, estava atrelado à ação do clero, que constituía critério de maior importância para o ingresso, com larga

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vantagem sobre outras áreas. Já no caso da ABR, a Lista de Emprego dos Acadêmicos, era documento criterioso no apontamento da variada origem deles e da ocupação de cada um. O quadro seguinte revela que os critérios de participação do acadêmico podem ser compreendidos por intermédio da relação entre o seu ofício e a projeção social da participação na Academia. Observemos:

OCUPAÇÃO	ABE	ABR
Sem especificação	74	6
Integrantes do Clero	36	61
Mestres	15	34
Administradores	14	25
Funcionários do Judiciário	8	22
Nobres	6	21
Militares	13	17
Cavaleiros da Ordem de Cristo	5	14
Cronistas	2	3
Homens de negócios	0	3
Bibliotecários	1	2
Escrivães	3	2
Engenheiros	0	2
Físicos	0	2
Poeta	0	1
Impressor	0	1
TOTAL	142	120

Pelo que antecede, podemos dizer que as Academias deram preferência, em primeiro lugar, ao clero e aos funcionários da Administração e do Judiciário. A razão para esta preferência é clara, pois no caso do clero, estava subjacente, na formação universitária, a fundamentação da religião cristã, tal como acontecia na Universidade de Coimbra, de Évora e do Porto e se estendia, de maneira própria, para os colégios e para as Ordens Religiosas no Brasil. Estes mesmos homens, formados em base religiosa, muitas vezes eram chamados a ocupar postos na administração e, quando indicados pela Coroa, também exerciam funções no Judiciário local.

Era notória a presença de um Impressor, na luta por uma autonomia na atividade de publicação dos escritos. Além dessa profissão, registrava-se a presença de um poeta, Cláudio Manuel de Costa, para o qual se fez o convite em virtude da sua condição social, além de sua função de Secretário do Governo das Minas Gerais. Os Bibli-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

otecários figuravam no rol de acadêmicos, um na ABE e dois na ABR e representavam, no caso desta segunda, os responsáveis pela guarda da documentação para a publicação. Quanto aos engenheiros, escrivães / oficiais, físicos / médicos, homens de negócios, cavaleiros da Ordem de Cristo, militares e nobres, constituíam o bloco que, em ambas as Academias Brasílicas, foi ocupado por membros da comunidade, que possuíam *status* e formação de letrados.

Todos eles, a convite, vieram a participar da vida acadêmica, considerando-se, ainda, que na ABE a variação de ofícios foi bem menor do que na ABR, em virtude de seu caráter mais laudatório e de sua proposta modesta, para compor uma história apenas em quatro modalidades. Ademais, a maior variedade de ofícios da ABR comprova a necessidade de certa universalidade para os trabalhos, prenúncio do mergulho do pensamento ibérico no pensamento iluminista. Os cronistas, por fim, deveriam representar um número elevado nas academias, mas são substituídos pela visão empírica, que toma o lugar do conhecimento enciclopédico, que vigorou, com bastante força, na primeira academia, mas que acabou ditando a variação do perfil do letrado no início das manifestações iluminadas, em Portugal.

4. Linguagem

Tratamos, nesse momento, da linguagem utilizada no interior das academias e que fora marcada pela erudição e pela habilidade formal de seus usuários, além de adequar-se ao estilo da época. Trata-se, por conseguinte, de observar, primeiramente, o movimento academicista no Brasil, para, em seguida, dizer que os *Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos* revelam uma exigência disciplinar prestabelecida, normativa e pedagógica imposta aos acadêmicos e uma forma rígida de impulsioná-los à realização de produções escritas individuais e em grupos.

Segundo Kantor (2004), o programa historiográfico definido pelos membros da ABR se orientava para a composição de memórias históricas, ou seja, dissertações críticas, escritas em língua portuguesa, por um lado. De outro, o latim foi a língua escolhida para a escrita da História Universal da América Portuguesa, que seria produzida

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

somente pelos acadêmicos da elite, portanto, os mais eloquentes e eruditos. A utilização da língua latina se deve à formação clássico-humanista divulgada, principalmente, pelos jesuítas em seus seminários e colégios.

Neste período, privilegiou-se a retórica e suas marcas podem ser visitadas nas obras dos acadêmicos, pois sendo referencial de escrita, constituía a espinha dorsal de todos os textos. O esquema retórico mais utilizado e que norteava a produção escrita dos membros das Academias Brasileiras era comum, no caso da temática laudatória, motivada pela necessidade de louvar a autoridade. Os textos de louvor vão além da necessidade de compor um espaço de integração entre o acadêmico e o homenageado. Trata-se, na verdade, de um recurso retórico do gênero epidítico, que prevê a adequação do erudito em relação ao contexto acadêmico e ao esquema retórico, e que a ABR determinava em seus *Estatutos*.

Por fim vale ressaltar que se exigiu dos acadêmicos uma escrita institucionalizada e, para tanto, propuseram-se algumas técnicas de produção admitidas consensualmente por todos e prescritas nos *Estatutos*. De qualquer forma, é importante mencionar que nenhum sócio poderia em seus escritos afirmar opinião em matérias controvertidas antes que o congresso elegeisse os que apresentariam as dissertações nessas matérias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: EDUSP, 2004.

ESTATUTOS da Academia Brasileira dos Renascidos estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Capital de Toda a América Portuguesa da qual ha de escrever a historia universal. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, [18..].

KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos*. Historiografia acadêmica luso-americana. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2004.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Paris: Édition d'Art Gaudio, 1923.

LIMA, Y. D. *A Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos*. Fontes e Textos. São Paulo, 1980, 316 p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

**LEXEMAS DA TRADIÇÃO PICARESCA
E A SUA RECUPERAÇÃO
EM A NOITE E A MADRUGADA, DE FERNANDO NAMORA**

Antony Cardoso Bezerra (UFRPE)
bezerra.a.c@gmail.com

RESUMO

A tradição picaresca permeia outras esferas que não a dos Sécs. de Ouro da Literatura Espanhola. Considerando-se esse legado, investigam-se, à luz, sobretudo, de um referencial da Lexicologia, campos lexicais usuais na picaresca conforme trabalhados no romance *A Noite e a Madrugada*, do romancista português Fernando Namora. Reconhece-se a aproximação entre as duas dimensões, mas não se ignoram as diferentes funções exercidas pelos lexemas num e noutro planos literários.

Palavras-chaves: Picaresca. Fernando Namora. Lexicologia.

1. Introdução

Partindo-se de uma concepção que não veja o gênero picaresco como datado, mas que também, por outro lado, negue a existência de linearidade e de fidelidade na incidência dessa tradição sobre o período posterior ao século 17 da Literatura Espanhola, neste trabalho, sustenta-se uma posição intermediária: a picaresca não é nem definitivamente transtemporal, tampouco limitada no tempo.

A partir desse juízo, advoga-se em prol de uma hipótese: o escritor português Fernando Namora¹⁶, num dado momento de sua carreira literária – o chamado “ciclo rural” –, é responsável pela recuperação de temas caros à Literatura picaresca. Essa crença não é solitária, sendo mesmo corroborada pelo próprio autor:

Tenho procurado, bem ou mal, encaminhar-me para a *novela pícara*

¹⁶ Nascido na região portuguesa da Beira, o poeta, romancista e ensaísta Fernando Gonçalves Namora (n. 1919; f. 1989) pode ser visto como um dos autores mais representativos do Neorealismo literário em Portugal. Desenvolvendo paralelamente à vida literária a atividade de médico, com recorrência, o autor busca na realidade de clínico a matéria-prima para a composição de considerável parte das suas obras.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

peninsular, e o meu romance *A Noite e a Madrugada* é um passo nesse caminho, como o será o novo livro *O Trigo e o Joio*, que estou a terminar. (NAMORA *apud* DAVID-PEYRE, 1977, p. 48)

Os meus livros *A Noite e a Madrugada* e *O Trigo e o Joio* não foram, ousou supor, enfiados num molde picaresco por recurso estético: o picaresco é que veio ao seu encontro, visto que as personagens e a atmosfera lhe fizeram apelo. (NAMORA *apud* LOPES, 1957, p. 9)

É claro que a tentativa do romancista pode não ter logrado êxito. Essa ponderação consiste, assim, numa das mais fortes razões para se verificar até que ponto romances do referido ciclo bebem da fonte picaresca. No entanto, é necessária a disposição de meios para atestar tal influência. No presente artigo, intenta-se apresentar um dos caminhos possíveis para aprofundar a questão.

Numa tentativa de abordagem da produção de Namora evitando-se tanto impressionismos quanto dogmatismos, o instrumental oferecido pela Lexicologia parece se constituir como adequado à investigação das conjecturas levantadas. Isso não quer dizer, no entanto, que o presente estudo seja norteado exclusivamente por teorias lexicológicas. Também ideias provenientes da crítica e da historiografia literárias se apresentam como adjuvantes no inquérito ao texto. Dessa forma, escusa-se do mecanicismo acarretado por uma transposição acrítica de um método lexicológico à análise de um objeto literário.

Para representar o “ciclo rural” de Namora, escolheu-se o romance *A Noite e a Madrugada* (1950), opção condicionada por uma razão-chave: trata-se do livro do ficcionista que, de acordo David-Peyre (1977, 1978) – investigadora de três livros de Namora, tendo por pauta o universo picaresco –, mais elementos pícaros apresenta (V. 3).

Com o fito de se inquirir o texto de Namora à luz do instrumental ventilado, segue-se um percurso que tem início com a compilação de lexemas hauridos em caps. dos romances que formam a conhecida “triade fundamental da picaresca”, a saber: *Lazarillo de Tormes* (1554?), de autor anônimo; *Primera Parte de Guzmán de Alfarache* (1599), de Mateo Alemán; e *El Buscón* (1626), de Francisco de Quevedo (V. 4.2, para detalhamento das parcelas pesquisadas). A partir da noção de campos lexicais (V. 4.1), inventariam-se palavras

que, assim, representariam temas da picaresca, as quais, por isso, servem de base ao inquérito lexicológico do próprio romance de Namora.

Em sintonia com essas considerações, o artigo se desenvolve em etapas que cobrem: a realização de um bosquejo histórico da tradição picaresca (capítulo 2); com recurso à fortuna crítica, um comentário de *A Noite e a Madrugada* na produção literária de Fernando Namora (capítulo 3); a especulação em torno de como a Lexicologia pode auxiliar no estudo de um texto literário, expondo-se, a seguir e em detalhes, o método utilizado na composição do glossário (capítulo 4); a análise de excertos de *A Noite e a Madrugada* nos quais há a presença de lexemas pícaros – sempre no intuito de observar como esses se inter-relacionam na narrativa (capítulo 5). Nos apêndices do artigo, estão o glossário de lexemas picarescos (“Apêndice A”) e os lexemas apicarados que se observaram em *A Noite e a Madrugada* (“Apêndice B”). Ambos os inventários foram subdivididos levando-se em conta os campos lexicais abordados.

2. A tradição picaresca espanhola em linhas gerais

No escopo do presente estudo, acredita-se que romances modernos e contemporâneos nada mais possuir contar da tradição picaresca espanhola que vestígios, haja vista tratar-se de conjunturas histórico-estéticas profundamente distintas (acerca do problema, cf. MONTE, p. 160-161). Ou seja, a investigação ora proposta longe está de argumentar a favor de uma inserção de *A Noite e a Madrugada* numa tradição picaresca; antes, busca observar em que medidas duas Literaturas – espanhola dos Sécs. de Ouro (16 e 17) e portuguesa do séc. 20 – mantêm um diálogo.

A tradição picaresca espanhola inicia com *La Vida de Lazarillo de Tormes*: y de sus fortunas y adversidades, de autor anônimo (quatro eds. conhecidas de 1554). Vale destacar que, quanto a essa afirmação, não há unanimidade. Alguns críticos, a exemplo de Parker (1971, p. 39), defendem ser o *Lazarillo* apenas um texto protopicaresco, constituindo-se a *Primera Parte de Guzmán de Alfarache* como o marco inicial do gênero. Não se defende tal posição na pesquisa ora exposta, uma vez que o romance de Alemán, expressamen-

te, recupera tanto elementos temáticos como, principalmente, formas contidas em *Lazarillo de Tormes*. Embora não tenha sido Lázaro o primeiro pícaro a ser assim designado – Guzmán o foi –, cabe à personagem nascida no Rio Tormes o título de pioneira do picaresco.

Da mesma maneira que se aceita a projeção nítida do *Lazarillo* em obras posteriores (à tradição picaresca como um todo, mas não apenas), vê-se que o romance de autor desconhecido também recebeu influxos de elementos literários e folclóricos – não foi engendrado *ex nihilo* (cf. BATAILLON, 1973, p. 27-55). São frequentemente citados como antecedentes literários do *Lazarillo* a *Celestina* (de Fernando de Rojas) e o *Libro de Buen Amor* (do Arcipreste de Hita). Quanto às raízes populares da obra inaugural da picaresca, refiram-se passagens oriundas da cultura medieval, sobretudo o par moço-escudeiro.

A própria história de *Lazarillo de Tormes*, narrada em retrospectiva pela personagem-título, é um ponto preponderante na atestação do cariz realista da obra. O pequeno romance – que, no nível ficcional, é uma extensa epístola de Lázaro endereçada a um receptor referido como Vossa Mercê – reproduz as principais desventuras da jovem personagem que, ao deixar a casa materna, sai pela Espanha a servir diferentes amos (nove ao todo), razão pela qual é conhecida como o “moço de muitos amos”. A luta pela sobrevivência é o tema dominante da história de Lázaro – luta essa evidenciada através das artimanhas de que o rapaz tem de lançar mão para combater a fome, sua maior inimiga. Além de buscar a sobrevivência – drama do dia a dia –, o protagonista tem por objetivo maior tornar-se um homem de bem, o que se consubstancia ao termo do romance, apesar de sua honra continuar conspurcada, pois tem de compartilhar a mulher com o Arcipreste de Sant Salvador, seu protetor.

A *Primera Parte de Guzmán de Alfarache*, do judeu converso Mateo Alemán, foi publicada em 1599, acrescentando divagações morais ao gênero lançado pelo *Lazarillo* – fato este que está em consonância com a Contrarreforma religiosa. Também o *Guzmán* está marcado pelo realismo, e seu desenvolvimento em muito se assemelha ao do *Lazarillo*. Começa com a descrição da genealogia do pícaro, para, posteriormente, mostrar muitas de suas andanças no serviço dos amos. Contudo, enquanto Lázaro excursiona apenas pela Espa-

nha, o pícaro por antonomásia passa por países da Europa e mesmo pelo norte da África. *Guzmán de Alfarache* é responsável pelo desencadeamento de uma leva de romances picarescos que seria lançada à larga na Espanha da primeira metade do século 17.

Dentre as narrativas que seguiram a onda do *Guzmán*, vale mencionar *La Vida del Buscón Llamado Don Pablos* (de Francisco de Quevedo), publicado à revelia do autor em 1626, mas escrito anos antes. Constituído-se como uma recriação do gênero picaresco, o *Buscón* carrega imagens de exagero bem ao gosto conceptista. Por estar permeado de tiradas moralizantes – muito mais satíricas que propriamente moralizantes –, há quem exclua a obra do cânon da picaresca, caso de McCombie *apud* Parker (1971, p. 64), para quem o livro é um “relato moral”. A verdade, no entanto, é que se tem, na composição, um autor – Quevedo – a revelar toda a sua capacidade de criação linguística, consubstanciada na história de Pablos. Os cerca de vinte títulos que integram o cânon da picaresca estariam concentrados na primeira metade do séc. 17 (cf. TRULLEMANS, 1968, p. 28-29; e GONZÁLEZ, 1994, p. 258-259), ainda que, no séc. seguinte, romances de gosto picarescos se compusessem em mais de um país do ocidente europeu.

3. *A Noite e a Madrugada, de Fernando Namora*

Sexto livro em prosa, publicado por Fernando Namora – quarto e penúltimo do “ciclo rural” –, *A Noite e a Madrugada* foi a obra que maior êxito editorial alcançou (após sucessivas reedições, passa dos duzentos mil exemplares) em toda a jornada do escritor. Não é essa, no entanto, a razão que conduziu ao estudo do texto com vistas à sua relação com a tradição picaresca. O fator condicionante para tal foi a tendência que há, entre críticos da obra de Namora, de se apontar *A Noite e a Madrugada* como o romance mais apicarado dos que o escritor redigiu.

David-Peyre (1978, p. 50), p. ex., observa que, apesar de existir uma inclinação da crítica portuguesa a listar três obras do escritor-médico como devedoras da picaresca – *Casa da Malta*, *O Trigo e o Joio* e, precisamente, *A Noite e a Madrugada* –, apenas a última traria elementos pícaros, refletidos especialmente no comportamento da

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

personagem Pencas, posicionamento compartilhado por Lopes (1957, p. 7).

O romance-*corpus* deste trabalho é fruto da convivência do médico Fernando Namora com indivíduos que habitavam uma aldeola na fronteira portuguesa com a Espanha.

Instável, fui [como médico] mais longe ainda, às terras da fronteira onde Espanha e Portugal se espreitam e confundem através dos homens que trocam o labor da terra madrastra pelos riscos da fronteira. [...] O material humano à minha volta era farto [...]. (NAMORA *apud* SACRAMENTO, 1967, p. 97)

A história relata passagens da vida de três personagens – todas de uma mesma família –, atormentadas por males em comum: a pobreza e o desalento. Pencas é um desocupado que mora com o tio cego e vive das esmolas que este consegue e de trapanças. António Parra, irmão de Pencas, é contrabandista e, ao lado de colegas como Clemente e Camarão, trafica na raia entre Portugal e Espanha. O terceiro integrante da família é o velho Parra – pai de Pencas e António. Preocupado com o despejo das terras do Pomar – onde se encontra estabelecido –, o velho incita seus vizinhos a lutar pelo que acredita ser um direito de todos: manter o seu quinhão de terra. As tensões sociais que surgem dos conflitos protagonizados pela figura paterna deságuam em sua morte.

A Noite e a Madrugada é, nas palavras de Chalendar & Chalendar, não uma luta “entre o pobre e o rico, mas entre cada um dos participantes nessa população miserável em que todos os laços de amizade são excluídos:” (1979, p. 88). É um romance que – a exemplo da obra de Namora como um todo – evita o maniqueísmo entre o afluyente e o desfavorecido. O autor aposta muito mais em humanizar as suas personagens, com a apresentação de frustrações e de esperanças não por meio de uma visão idealizada; antes, com um aguçado senso de realismo que não impede, no entanto, o narrador de nutrir grande simpatia pelas criaturas que desfilam no romance. Esse é, vale salientar, um diferencial da obra de Namora em relação à ortodoxia de não poucos textos neorrealistas em Portugal.

4. *Lexicologia e literatura*

Deve-se reconhecer que, na apreciação do material literário, o rigor de uma metodologia oferecida por outras áreas do conhecimento – a linguística, a história, a sociologia, para citar alguns exemplos – pode ter, pelo menos, uma utilidade-chave: o rechaço a leituras impressionistas. Por outro lado, nem sempre o empréstimo de um método alienígena pode contribuir de forma positiva para analisar textos literários. Isso se dá, p. ex., quando o analista, partindo do instrumental para a obra, procede a uma aplicação plana de um método que, *a priori*, havia sido desenvolvido para o estudo de outro tipo de objeto. Assim, o que era para ser um facilitador da análise, acaba por se tornar num fator de limitação que, no fim das contas, descaracteriza a atividade crítica.

Posta a ressalva, chega-se, agora, ao ponto em que se pretende mostrar de que maneira a Lexicologia auxilia no estudo do texto literário e, indo mais adiante, como pode ser usada sem que se caia no reducionismo de meramente identificar lexemas agrupados. Antes de estabelecer o modo como é usada a contribuição da Lexicologia, entretanto, cabe expor que noção deste ramo do conhecimento linguístico se defende e qual o recorte mais eficaz para auxiliar na identificação dos estilos literários.

Num estudo pautado pela pluralidade – e que abre mão da profundidade –, Vilela (1994, p. 10) especula em torno da seguinte definição para a Lexicologia:

A lexicologia costuma ser definida como a ciência do léxico duma língua. Isto é, a lexicologia tem como objeto o relacionamento do léxico com os restantes subsistemas da língua, incidindo, sobretudo, na análise da estrutura interna do léxico, nas suas relações e inter-relações.

Grosso modo, pois, é possível notar que a lexicologia tem por objeto de estudo o léxico de uma determinada língua. Tal abordagem se dá por meio dos elementos que compõem o léxico – os lexemas ou unidades lexicais. São contemplados no âmbito da Lexicologia, não é demais lembrar, tanto aspectos formais, como de conteúdo, que podem, num estudo, ser diferentemente enfatizados (nesta pesquisa, p. ex., a dimensão semântica recebe maior atenção).

Se a lexicologia é o estudo do léxico da língua, cabe delimitar

o que compõe esse léxico. Em outras palavras, definir o que são os lexemas. Para tanto, parece particularmente feliz a proposta de Biderman (1978, p. 251), segundo quem:

[...] algumas classes de palavras se referem ao universo exterior à linguagem, à realidade, portanto, nomeando os seus elementos. Essas palavras de significação externa constituem a numerosíssima classe de palavras lexicográficas, ou lexemas de conteúdo, classes abertas por definição. Situam-se aí o substantivo, o adjetivo e o verbo.

Tais classes, como indica a própria linguista, são abertas pela capacidade de ampliar seu inventário de lexemas através, p. ex., do neologismo. Da mesma maneira, muitos outros lexemas caem em desuso, pelo simples fato de o referente a que corresponde não fazer mais parte da realidade dos usuários de uma determinada língua.

Para este trabalho, acredita-se não ser apropriado problematizar a extensão do campo da Lexicologia. Portanto, restringe-se o inquérito dos lexemas da picaresca às classes expressamente referidas por Biderman na transcrição feita acima, a saber: substantivos, adjetivos e verbos.

4.1. *Campo lexicais*

A noção de campo lexical é relevante quando se deseja tanto empreender o estudo dos lexemas de uma determinada língua para observar recortes culturais, como também observar rasgos temáticos de um determinado gênero ou de um estilo. Definem-se como “uma estrutura paradigmática constituída a partir das unidades lexicais que possuem uma zona de significação em comum e que se encontram em oposição imediata umas com as outras”¹⁷ (COSERIU, 1972, p. 49.). Ou seja, o campo lexical é determinado por traços (semas) em comum – e distintivos – que determinados lexemas possuem. Nesse ponto, avulta a importância do que Coseriu chama de “arquilexema” – “o lexema cujo conteúdo é idêntico ao conteúdo de um dado campo lexical.” (1972, p. 49). O arquilexema, pois, acaba por ser o lexema que nomeia um campo lexical. Trata-se, precisamente, do pro-

¹⁷ Traduziram-se ao português todas as passagens de originais em língua estrangeira.

cedimento adotado na presente pesquisa, em que, a partir de um arquilexema, listam-se os lexemas que apresentem semas em comum.

Procurando, além de definir os campos lexicais, propor uma função para o seu estudo e um método de como fazê-lo, Vanoye (1987, p. 34) defende:

A partir de um texto ou de um conjunto de textos, faz-se o levantamento de todas as palavras ligadas a uma noção, estudando-se depois o material obtido. Pelo reagrupamento das palavras (opostas, sinônimas, associadas, etc.), obtém-se uma definição bastante precisa da noção dentro do texto considerado.

Desse modo, quando se deseja investigar determinados campos lexicais num autor em especial – situação exemplar é a presente –, tem-se em mente a observação tanto da recorrência de determinados temas, como também a possibilidade de estabelecer inter-relações entre eles e, no caso especial de *A Noite e a Madrugada*, verificar como os temas, *via* lexemas, recuperam marcas de um gênero (a picaresca). Tal ponto, por sinal, é particularmente importante porque a picaresca é fruto de uma conjunção de temas numa forma particular. Além disso, a detecção de campos lexicais associados não esgota o gênero; antes, oferece um quadro fundamental.

4.2. Composição do glossário de lexemas picarescos

Após observar que elementos da Lexicologia contribuem para o estudo de *A Noite e a Madrugada* à luz da tradição picaresca, parece justo expor os critérios utilizados para a seleção de lexemas e, conseqüentemente, a elaboração do glossário de lexemas picarescos.

Antes de mais, cumpre referenciar os trechos de romances picarescos que compõem o *corpus* investigado (sempre no original, i. é, em castelhano).

- (1) *Lazarillo de Tormes* – 2 caps. (“Tractado Primero: Cuenta Lázaro su vida y cómo hijo fue”; “Tractado Tercero: Como Lázaro se asentó con un escudero, y de lo que le acaesció con el”);
- (2) *Guzmán de Alfarache* – 6 caps. (“Libro Primero”, “Capítulo I: En que cuenta quién fue su padre”; “Capítulo III: Como Guz-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mán salió de su casa un viernes por la tarde y lo que le sucedió en una venta”; “Capítulo VI: Guzmán de Alfarache acaba de contar lo que le sucedió con el mesonero”; “Libro Segundo”, “Capítulo II: Dejando al ventero, Guzmán de Alfarache se fue a Madrid y llegó hecho pícaro”; “Libro Tercero”, “Capítulo II: Saliendo de Génova Guzmán de Alfarache, comenzó a mendigar y juntándose con otros pobres aprendió sus estatutos y leyes”; “Capítulo IV: Guzmán de Alfarache cuenta lo que le sucedió con un caballero y las libertades de los pobres”);

- (3) *El Buscón* – 4 caps. (“Libro Primero”, “Capítulo I: En que cuenta quién es y de donde”; “Capítulo III: De cómo fui a un pupillage, por criado de don Diego Coronel”; “Capítulo v: De la entrada de Alcalá, patente y burlas que me hicieron por nuevo”; “Libro Tercero”, “Capítulo VI: Prosigue el cuento, con otros varios sucesos”).

As discrepâncias na quantidade de caps. selecionados por livro se justificam pela própria extensão dos romances – o número de seções analisadas está na razão diretamente proporcional ao número de páginas dos livros. Tal perspectiva conduz à composição de um glossário condizente com a representatividade – ao menos no número de lexemas – dos textos. Vale ainda ressaltar que a eleição dos caps. não foi feita de forma aleatória. Já se conheciam previamente os romances, e isso fez com que os caps. que viessem a integrar o *corpus* fossem, precisamente, aqueles que concentrassem a maior variedade de temas picarescos.

Para se realizar a listagem dos lexemas, algumas medidas foram levadas em consideração:

- (1) O exame dos lexemas picarescos foi feito primeiramente no *Lazarillo*, a seguir no *Guzmán* e, por fim, no *Buscón* – seguiu-se a ordem cronológica das primeiras edições. A primeira ocorrência de cada lexema foi devidamente anotada e incluída no glossário. Caso um lexema se repetisse na investigação de outro romance (ou no mesmo), foi registrada a ocorrência, sem que, no entanto, a repetição se destacasse no glossário;
- (2) Os lexemas foram registrados na primeira forma em que aparecem (flexionada ou não). Os reincidentes – independentemente

de flexão – foram desconsiderados na contabilização. Desse modo, as ocorrências posteriores se tomaram como repetições, tivessem a mesma flexão ou não;

- (3) Não se contabilizaram os sintagmas – apenas lexemas isolados. Assim, no caso de “peça de roupa”, p. ex., são listados “peça” e “roupa” separadamente. Para esse procedimento, serviu de inspiração Soares (1980) – num estudo lexicológico de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis –, que optou por contabilizar os lexemas isoladamente;
- (4) O agrupamento em campos lexicais foi realizado após a listagem dos lexemas. Embora se reconheça a existência de lexemas que poderiam ser incluídos em mais de um grupo, não foram transcritos em mais de um campo. Existindo interseção de semas, optou-se pelo encaixe do lexema no campo em que houvesse mais semas em comum;
- (5) Todos os lexemas listados estão em castelhano, exatamente como aparecem nos textos. Inclusive na ed. do *Buscón* utilizada, em que a grafia das palavras não é modernizada.

4.3. A não equivalência entre o vocabulário das línguas

Um ponto que deve ser levado em consideração na análise do diálogo entre mais de uma Literatura nacional é o das línguas em que foram originariamente redigidos os textos. Nesta pesquisa, o castelhano (romances picarescos) e o português (*A Noite e a Madrugada*). Em virtude de se empreender um inquérito pautado na recorrência de lexemas, é imprescindível explicar-se a não equivalência entre as línguas, haja vista serem – como componentes da cultura – peculiares a cada povo, a cada comunidade. O “relativismo linguístico” proposto por Hockett *apud* Biderman (1998, p. 96) é esclarecedor nesse sentido, pois revela que as línguas – aí incluídos os lexemas – fazem diferentes recortes do que se chama de realidade.

Deve-se ressaltar, portanto, que não se sustenta uma comparação de identidade entre lexemas – antes, de aproximação. É que, uma vez regidos pela noção de campos lexicais, os estudos ora realizados lidam muito mais com os semas comuns entre um lexema e

outro – sem ligações diretas a um determinado idioma. Nesse caso, pois, não é estritamente necessário que ambos pertençam à mesma língua. Mesmo quando se tratar de um lexema que, no dicionário, seja referido como a tradução de outro lexema, releva-se tal condição, haja vista descartar-se a possibilidade de existir identidade interlinguística. No quadro proposto, sob a perspectiva dos campos lexicais, a proximidade entre “*tocino*” e “*toucinho*” seria quase a mesma que há entre “*tocino*” e “*centeio*”. Afinal de contas, os três lexemas estão no campo lexical da alimentação. Foge-se, assim, à armadilha da equivalência entre lexemas, pois sempre há determinados aspectos – até mesmo de uso – que impedem a identificação de lexemas em duas línguas.

5. *A Noite e a Madrugada e a Tradição Picaresca: análise dos campos lexicais*

Com base nas regras expostas no capítulo anterior, o escrutínio das passagens de romances picarescos resultou num glossário de lexemas característicos do gênero, os quais, também conforme informado, delimitaram-se em campos lexicais (V. “Apêndice A”). A definição dos campos lexicais se deu a partir das considerações de comentadores da picaresca e das propostas referidas em 4.2. Seis são os campos em que se agrupam os lexemas: (1) alimentação; (2) economia; (3) criminalidade; (4) genealogia; (5) sujidade; e (6) vestuário. Os campos lexicais foram cotejados com oito seções de *A Noite e Madrugada* – justamente aquelas em que Pencas, personagem que maiores semelhanças guarda com a picaresca, aparece.

A cena inicial de *A Noite e a Madrugada* apresenta a personagem Pencas num entrevero com uma cobra. O episódio é presenciado por conhecidos do vadio que, no bar de Santiago, bebem e jogam cartas. O trecho que segue, também no princípio do romance, traz lexemas que se encaixam em campos lexicais da picaresca conforme propostos na pesquisa:

Por isso, de uma das vezes, tinham-no [Pencas] obrigado a descalçar as botas para a fiança, e acabara o jogo sem vinho e sem palhetas. [...] Restava-lhe apenas uma pequena esperança de más sinas, o tio mudo, cego e surdo, que na mendigaria se fizera artiloso, e havia semanas que ele regressava à toca sem dinheiro luzidio: toda a gente teimava em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

enfiar-lhe na sacola *centeio* e *toucinho*, ou umas reles *moedas* de *cobre*. [...] Às vezes, pensava que o velho *pedinte* possuía, decerto, um escondido atulhado de *esmolos*, moedas aos montes [...]. O velho era *raposo* e *velhaco* [...]. [Itálico próprio.] (NAMORA, 1994, p. 14.)

É útil notar que, no trecho acima, os lexemas dizem respeito tanto à personagem Pencas como ao seu tio cego – ambos morando juntos. Já na referência ao “tio”, é contemplado o campo lexical da genealogia. Os outros campos lexicais representados nessa passagem são o da alimentação (“vinho”, “centeio” e “toucinho”), da economia (“fiança”, “mendigaria”, “moedas”, “cobre”, “pedinte” e “esmolos”), da criminalidade (“ardiloso”, “raposo” e “velhaco”) e do vestuário (“botas”). Tratando especificamente das botas, é válido comentar que a posse de um calçado será obsessão de Pencas até o desfecho da narrativa, quando finalmente rouba as que estão nos pés do pai defunto. É relevante perceber que, dos alimentos encontrados no trecho, todos estão bem próximos dos que compõem o universo picaresco – até mesmo sua procedência, pois são frutos de esmolos.

Destaque-se ainda que, no excerto, é possível identificar a relação direta entre dois campos lexicais: da economia e da criminalidade. Não se pode desprezar o fato de um interferir diretamente no outro – para ter dinheiro, a personagem se utiliza de expedientes ilícitos; e, lançando mão da trapaça, consegue seu sustento.

Outro trecho de *A Noite e a Madrugada* a apresentar lexemas relativos a campos lexicais típicos da picaresca é o que segue. Nesta caracterização da personagem Pencas, estão representadas a genealogia, a criminalidade e alimentação.

Toda a gente sabia que, para o Pencas, uma *enxada* era pior que um lobisomem de chavelhos e patas de cabra. O *pai*, a *mãe*, toda a *família* tinha moído inutilmente aquele corpanzil de pancadas para o afeiçoar à enxada. Em Montalvo, desprezar o *trabalho* do campo é não *comer*. A não ser para os *vagabundos* e para a gente do *contrabando*, o *pão* e o *toucinho*, aquele *naco* de pão de toucinho para não morrer de *fome*, pede todo o verdor de um corpo e de uma enxada. [Itálico próprio.] (NAMORA, 1994, p. 19.)

A referência a graus de parentesco é feita nos lexemas “pai”, “mãe” e “família”, que indicam a ascendência de Pencas. Tal fato, conforme já ressaltado, é bem característico do universo picaresco, pois o pícaro é uma personagem que, de certo modo, reedita compor-

tamentos que eram praticados já por seus genitores (desonestidade, falta de valores, luta pela sobrevivência *etc.*). O pícaro é, pois, um indivíduo de caráter predeterminado – sem que deixe, no entanto, de ser também influenciado pela sociedade em que coexiste.

Nos outros lexemas distinguidos, pode-se mais uma vez observar a clara implicação que existe entre os aspectos econômicos e as atividades ilícitas – somando-se, neste caso, à alimentação. Quem não tem aptidão para lavrar a terra, e assim tirar o seu sustento (“trabalho” e “enxada”), tem de recorrer à contravenção (“contrabando” e “vagabundos”) para, com o dinheiro conseguido desse modo, poder se alimentar (“comer”, “pão”, “toucinho”, “naco” e “fome”).

Se, na picaresca, a pobreza está diretamente ligada à sujidade – na descrição de cenas que causam asco no receptor do romance –, em *A Noite e a Madrugada*, a história não é muito diferente. O trecho que segue é exemplar nesse sentido.

Por último, restara-lhe a companhia de um velho. Tinha as pernas *chagadas* e as *varejeiras* investiam da rua a sugar-lhe as *úlceras*. Uma noite em que se deitara sobre o estômago, durante o sono agitado imaginou que as *chagas* lhe roçavam os beijos. Toda a vida lhe ficara esse sabor na boca. [*Itálico* próprio.] (NAMORA, 1994, p. 182.)

Uma vez preso por roubar o taberneiro Santiago, Pencas vê-se detido na cadeia de Montalvo. Em sua cela, um dos companheiros era o velho descrito no trecho. A cena retratada pelo narrador é muito forte e lembra mesmo tiradas do *Buscón*, especialmente aquelas em que aparece o licenciado Cabra – “Trazia uma boina nos dias de sol, ratada com mil buracos e guarnições de gordura; era feita com uma coisa que foi pano, com fundos de caspa” (QUEVEDO, 1988, p. 64). O que vem a diferenciar o *Buscón* e *A Noite e a Madrugada*, no que diz respeito especificamente aos quadros sórdidos, é o fato de, no primeiro, haver ênfase no fundo irônico das descrições; ao passo que, no romance de Namora, há, aliado ao sentimento de nojo, o de comiseração. Tal se justifica pela forte adesão que o romancista português tinha em relação a suas personagens. A imagem representada através de “chagadas”, “varejeiras”, “úlceras” e “chagas” nada tem de curiosa, mas muito mais de chocante.

Uma das preocupações que norteiam a odisséia do pícaro é a de ser um homem de bem. Não custa lembrar que Lázaro, assim que

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

consegue juntar algum dinheiro, apressa-se em comprar uma capa, calças, um colete e sapatos – todos seminovos. A aparência, evidenciada através do uso de boas roupas, aproxima ou distancia um homem da honra. Como se pode ver no extrato que segue, com Pencas, a situação é similar.

O Pencas ainda não tinha *botas*. Mas *vestia calças* novas. Calças novas e também uma *peça* de roupa mais vistosa: uma *camisa* de um amarelo-canário. [...] Agora, que tinha *dinheiro* e ninguém lhe pedia *fianças*, dispensava a *despesa* das botas. [*Itálico próprio*.] (NAMORA, 1994, p. 121)

Logo após conseguir dinheiro de maneira espúria – segundo comentários dos habitantes de Montalvo, por meio da delação de companheiros contrabandistas –, a personagem surge vestida com “calças”, “peça” de “roupa” e “camisa”, faltando-lhe apenas “botas” novas. Foi nas roupas, portanto, que Pencas investiu seus ganhos. Para comprá-las, era necessário que o meliante tivesse capital. De fato, a economia está traduzida em lexemas na passagem transcrita, nos lexemas “dinheiro”, “fianças” e “despesas”. Mais uma vez, ficam evidenciadas as relações de implicação que se formam na composição do universo picaresco – seja ele autêntico; seja, apenas, aparentado.

O pícaro, até mesmo pela fome que tem de encarar em virtude de sua pobreza, é um indivíduo extremamente preocupado com a alimentação – elemento vital para a sobrevivência. Nesse ponto, Pencas realmente mostra seu vínculo à tradição picaresca, como o trecho transcrito deixar ver.

Mais certa era a *comida do tio*, mas era *vianda de mendigo*: encortilhava-se nas *goelas*, um bolo duro de *azeitonas* encarquilhadas, *castanhas* cruas, *pão seco*, *cebolas*; por isso, um *caldo*, de vez em quando, era necessário para afagar o *estômago*. [*Itálico próprio*] (NAMORA, 1994, p. 21)

Num inventário das comidas que Pencas costumava consumir, o narrador inclui “azeitonas”, “castanhas”, “pão”, “cebolas” e “caldo”. Embora não tenham sido contemplados no inventário de lexemas, é curioso notar os adjetivos que caracterizam determinados alimentos (“encarquilhadas”, “cruas” e “seco”), pois denotam o estado pouco saudável em que se encontram as refeições que Pencas se via obrigado a fazer. Afinal de contas, tratava-se de “vianda” de “mendigo”, e era a única maneira de saciar o “estômago”. Mais uma vez,

no trecho apresentado, há uma interseção entre campos lexicais: neste caso entre o dos aspectos econômicos – mais particularmente da pobreza – e o da alimentação.

Já se sabe que o meio através do qual o pícaro consegue o seu sustento não é aconselhado pela lei. Ora, Pencas – e muitos dos que dele estão próximos – é também adepto de atividades ilícitas. No trecho que segue, detectam-se alguns lexemas que denotam essa conduta.

“Daqueles *malandros* tudo se podia esperar: até *dinheiro*. *Ganho* ou *roubado*.” [Itálico próprio.] (NAMORA, 1994, p. 132)

Há dois pares de lexemas. Um está filiado ao campo lexical da criminalidade (“malandros” e “roubado”) e o outro ao dos aspectos econômicos (“dinheiro” e “ganho”). É claro que os campos citados estão sobremaneira interligados, pois, conforme já dito, a contravenção é um meio para se obter nada mais que dinheiro, que, por sua vez, dá condições ao pícaro de sobreviver. Desse modo, mais ainda se reafirma a necessidade de encarar os campos lexicais não do ponto de vista do insulamento, mas sim como interligados em relações de implicação ou mesmo de inclusão – afinal de contas, “roubar” se integra também ao campo lexical dos aspectos econômicos.

6. Conclusão

Em que pese a o presente trabalho aliar duas dimensões aparentemente inconciliáveis – problemas que demandariam discussão extensa constrangidos na forma de um artigo –, não se acredita que o tom em que se elaborou seja o da superficialidade pretensiosa. Ora, se se indicou que a investigação estaria restrita apenas a recortes das obras literárias abordadas, os resultados a que se chegou são válidos, ao menos, para o *corpus*; e se os caps. analisados são representativos dentro dos romances que integram, não parecerá falacioso especular-se em torno de sua projeção num universo mais amplo da tradição picaresca. Ademais, um método haurido em referenciais da Lexicologia se revelou apropriado ao inquérito enriquecedor de *A Noite e a Madrugada*, pois que tanto a comparação com a picaresca como o levantamento de lexemas (integrados aos campos lexicais) tornaram possível deslindar estruturas do texto português em sua inserção his-

tórica.

Afora esses aspectos, espera-se, ainda, que o artigo possa trazer três contribuições em especial: evidências de que a picaresca incidiu em criações sucedâneas aos Sécs. de Ouro da Literatura Espanhola; verificação de que são vários os aspectos que, uma vez reunidos, dão forma ao texto picaresco; listagem de lexemas picarescos num glossário que, se utilizado sem amarras, pode conduzir o pesquisador a tirar conclusões úteis acerca do influxo que determinado texto tenha – ou não – sofrido da tradição picaresca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMÁN, Mateo. *Guzmán de Alfarache I*. 3. ed. Madrid: Cátedra, 1994.

BATAILLON, Marcel. *Novedad y Fecundidad del “Lazarillo de Tormes”*. 2. ed. Salamanca: Anaya, 1973.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

_____. Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo, n. 2, p. 81-118, 1998.

CHALENDAR, Pierrette; CHALENDAR, Gérard. *Temas e estruturas na obra de Fernando Namora*. Lisboa: Moraes, 1979.

COSERIU, Eugenio. La struttura del lessico. In: AGOSTINI, Francesco; SIMONE, Raffaele; VIGNUZZI, Ugo. [Orgs.]. *La Grammatica, la Lessicologia*. Roma: Bulzoni, 1972, p. 43-58.

DAVID-PEYRE, Yvonne. O elemento picaresco em três romances de Fernando Namora / I. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 40, p. 48-56, nov. 1977.

_____. O elemento picaresco em três romances de Fernando Namora / II. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 41, p. 45-53, jan. 1978.

GONZÁLEZ, Mário M. *A saga do anti-herói: estudo sobre o romance picaresco espanhol e algumas de suas correspondências na litera-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- tura brasileira. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
- LAZARILLO de Tormes. 12. ed. Madrid: Cátedra, 1997.
- LOPES, Óscar. *Fernando Namora: ensaio crítico seguido de um inquérito ao autor criticado*. Porto: [s.n.], 1957.
- MONTE, Alberto del. *Itinerario de la novela picaresca española*. Barcelona: Lúmen, 1971.
- NAMORA, Fernando. *A noite e a madrugada: romance*. 12. ed. Mem Martins: Europa-América, 1994.
- PARKER, Alexander A. *Los pícaros en la literatura: la novela picaresca en España y Europa (1599-1753)*. Madrid: Gredos, 1971.
- QUEVEDO, Francisco de. *O buscão*. Lisboa: Livros do Brasil, 1988.
- _____. *La vida del buscón llamado Don Pablos*. 15. ed. Madrid: Cátedra, 1996.
- SACRAMENTO, Mário. *Fernando Namora*. Lisboa: Arcádia, 1967.
- SOARES, Maria Nazaré Lins. *Vocabulário das Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1980, v. 1: Introdução.
- TRULLEMANS, Ulla M. *Huellas de la picaresca en Portugal*. Madrid: Insula, 1968.
- VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

Alimentação:

Aceíte, alfajor, almorzar, almodrote, apetito, asase, ayunos, azúcar, banquete, beber, biche, boca, bocados, caldo, carne, carnero, cebada, cebones, cena, cenar, centeno, cocida, cocina, comer, comida, conejo, cuchillos, desayuné, dientes, dieta, digerir, empachado, estómago, faisán, fiambre, gallinas, glotón, golosina, goloso, guisados, gula, hambre, hambriento, harina, huevos, jarro [de vinho], longaniza, mantequillas, mascar, mendrugo, merienda, mesón, miel, migaja, molletes, morder, muleto, nabo, oveja, paladar, pan, pastelería, pastel, pellejo, perdiz, plato, pollos, provisiones, queso, raciones, royendo, sabor, sabroso, salsa, sopa, taberna, talabarte, ternera, tocino, torreznos, tragar, tripas, vianda, vino.

Criminalidade

Alcahueta, artes, astucia, astuto, bajos, burla, cárcel, codicia, contaminaba, corromper, cruel, delito, emborrachóse, embuste, engaño, engañosas, engañará, falsos, golpes, gusto, hábiles, hechizaba, hipocresía, hipócrita, holgazones, hurtar, hurto, ladrón, ladroncillo, logrero, maldad, malicia, malicioso, mañas, maldad, malvado, mentir, mezquino, mofador, ordinarios, pecado, pecador, presidio, preso, prisión, robaba, sacar, sagaz, traidor, vagamundos, venganza, vicio, viles.

Economia:

Ambición, archipobre, artificio, astucia, avariento, bellaca, bellaquería, blanca, cambio, caridad, criado, desgracias, daño, deuda, dinero, ducados, falta, fruta, ganancia, honra, lazería, leche, limosna, limosnera, maña, maravedí, mendicativas, mendiguez, menguando, miserables, moneda, necesidad, negocio, nobleza, padecer, pagase, perjuicio, plata, pobremente, pobres, pobreto, pobreza, provechos, protomiseria, reales [moedas], renta, revés, riqueza, roturas, trueco.

Genealogia:

Descendiente, heredó, hermanico, hijo, hija, huérfano, madre, nacimiento, padre, padres [mãe e pai].

Sujidade:

Asco, asqueroso, caspa, ensució, descomer, escarbar, estropeado, gargajo, heridas, hiede, inmundicias, llagado, macilentos, porquerías, pulgas, purgó, ratones, remendada, roto, sarna, sucio.

Vestuario:

Camisa, capa, calzas, capote, guantes, harapos, jubón, manga, pantuflos, peinado, ropa, sayo, sombrero, taleja, trapos, vestido, vestirme, zurrón.

Apêndice B –

Lexemas de A Noite e a Madrugada que acusam influxo picaresco

Alimentação

Água, assados, azeitonas, bacalhau, banha, bebia, bolo, bucha, caldo, carne, castanhas, cebola, ceia, centeio, chorume, chouriço, côdea, comer, comida, couves, dentes, digerir, digestão, engoliu, estômago, farinha, feijão, fome, galinha, garrafa, golo, gulodice, jantaras, jejum, licores, mastigando, migalhas, molho, naco, ossos, ovos, pão, petiscos, presunto, sopa, taberneiro, toucinho, trigo, vianda, vinho.

Criminalidade

Ardiloso, astúcia, aventureiros, bandido, batota, burla, burlão, canalha, contrabando, ébrio, embriaguez, emprego, esbulhar, esmoleiro, gatuno, ladrão, ladroeiras, larápio, malandrice, malta, maltês, manha, meliantes, mesquinhas, moicante, peralvilhos, preso, raposa, roubar, roubados, roubos, safadeza, safados, safardana, tihoso, traição, vagabundo, valdevinos, velhacaria, velhaco, vigarista.

Economia

Carteira, centavos, cobre, despesa, dinheiro, enxada, esmolas, ganho, mendigo, miseráveis, miséria, moeda, negócio, notas, pagante, pedinte, pesetas, pobretana, rico, trabalho, tesoiro, vinténs.

Genealogia:

Bastarda, família, filho, irmão, mãe, pai, pais, tio.

Sujidade:

Arrotou, ascos, catarro, chagadas, chagas, cuspiu, diarreia, doenças, escória, fartum, fedorenta, feridas, imundo, lazarento, lazeirento, lixo, mijo, moléstias, náusea, nauseabunda, nojento, nojo, piolhos, porcária, porcos [na pocilga], pulgas, pus, sarna, sebo, sórdidas, sujas, sujeira, sujidade, suor, tifo, tumores, úlceras, urinavam, varejeiras, vermes.

Vestuário:

Alpargatas, bolso, botas, calças, camisa, casaco, chapéu, colete, esterco, fato, jaleca, maltrapilhos, pano, peça, rasgão, roupa.

**O NOME COMO MATRIZ DE TODAS AS CLASSES:
UMA CLASSIFICATÓRIA DAS PARTES DO DISCURSO
COM BASE EM GRAMATICALIZAÇÕES NOMINAIS**

Kilpatrick Müller Bernardo Campelo (UFPI)
kilpatrick@ufpi.br e kpatrick@uol.com.br

RESUMO

A nominalidade é entendida como um feixe de categorias que servem de fundo para a constituição de todas as classes de palavras. As classes de palavras se distribuem por macroclasses com base em uma escala hierarquizável de gramaticalidade entre as classes e no interior de cada classe até atingir o nível intralexical. A análise da disputa de léxico e gramática, em seus aspectos filogenéticos, ontogenéticos e logogenéticos, para a formação inter- e intraclasse, sob o enfoque fonético-fonológico, morfológico, sintático e semântico, constitui o principal desafio da tese proposta. Para tanto, as tradicionais categorias apontadas como constitutivas das classes e subclasses de palavras são rediscutidas em função da referida disputa léxico-gramática. Torna-se vital admitir a diferenciação entre *léxico* e *gramática* e uma consequente e renovada disputa léxico-gramatical para a constituição das classes e subclasses de palavras e formativos intralexicais (derivacionais e flexionais) em função do confronto de sincronias que compõem os diassistemas das línguas naturais.

Palavras-chave:

Logogênese. Hipótese evolucionária. Gramaticalização. Metaforização.

1. Introdução

Este artigo intenta, de forma preponderantemente teórica¹⁸, discutir as bases de formação das classes e subclasses de palavras, assim como os morfemas intralexicais, a partir de uma classe matricial, a saber: os nomes.

Para tanto, será necessário, em primeira mão, apresentar uma tipologia de línguas, a fim de entender, com base no esforço de uma tipologia morfológica geral, as características ou traços que delimitam léxico e gramática. Essa delimitação nos parece fundamental pa-

¹⁸ Significa dizer que exemplos serão apresentados, mas apenas à guisa de ilustração da tese central. Não serão, portanto, fruto de coletas de dados exaustivos de *corpora* específicos, de qualquer modalidade da língua.

ra entender a matricialidade dos nomes em relação a todas as classes.

Em segundo lugar, é fundamental entender que os processos de inclusão dos itens lexicais nominais em outros paradigmas de classe e subclasse de palavras se constituem por intermédio de operações de gramaticalização e de metaforização. De modo sumário, far-se-á menção aos princípios de gramaticalização e das hipóteses relativas à metaforização e seus efeitos para a constituição de formas gramaticalizandas. Valer-se-á das considerações de Halliday (2004) e Lakoff (1987) para discutir tipos de gramaticalização e a incidência de operações cognitivo-metafóricas.

Em terceiro lugar, o fator pragmático, representado pela incidência da frequência de uso, é determinante para a compreensão do trânsito do léxico para a gramática de determinados itens lexicais. Na verdade, a sequência da exposição pode gerar a falsa impressão de sequencialidade dos fatores de gramaticalização, mas todos operam simultaneamente e são interdependentes. A esse respeito, as considerações de Bybee (2006) são fundamentais para a compreensão da relevância da frequência como variável determinante do início e da consolidação de processos de gramaticalização.

Em quarto lugar, apresenta-se uma nova configuração das classes de palavras, a qual pretende explicar as disputas de léxico e gramática para a constituição das classes, assim como os arranjos sistêmicos, de modo vertical e horizontal, da perda de nominalidade. Nessa seção, apresenta-se um quadro que contempla as macroclasses mais lexicais, aqui denominadas *pleriformas*, em confronto vertical com as macroclasses lexicais mais gramaticais, e, em confronto horizontal com as macroclasses gramaticais, aqui chamadas *proformas*.

Finalmente, faremos apenas uma seleção de alguns movimentos de gramaticalização vertical e horizontal no interior e entre as classes e subclasses, dada a impossibilidade de esmiuçar os movimentos de perda de traços de nominalidade matricial em todas as classes e subclasses até atingir o âmbito da morfotática¹⁹ intralexical.

¹⁹ Por *morfotática*, entende-se aqui o comportamento dos morfemas na sintaxe intralexical.

2. As diferenças fundamentais de léxico e gramática

Há, naturalmente, diversos pontos de interseção entre léxico e gramática, mas a distinção que aqui se estabelece se funda, em primeira mão, na *hipótese evolucionária* de Givón (1995), a qual explica, para a presente teorização, por que, *ab initio*, os seres humanos aprenderam a identificar concretamente os referentes por meio de nomeações; e, em segundo lugar, pelo entendimento de que tais nomeações se inspiraram em codificações oriundas da experiência corpórea, ou seja, metáforas concretas fundadas em um experimentalismo sensorial²⁰. Assim, a distinção se funda em uma base semântico-cognitiva. A referência originária se construiu a partir do confronto dos seres humanos com os objetos do mundo. A referência originária é fundamentalmente antropofórica, concreta ou corpórea e nominativa ou nomeadora²¹.

Parece fundamental tecer algumas considerações sumárias a propósito da tipologia das línguas para uma visualização mais clara do âmbito lexical e gramatical, da definição das classes e das fronteiras entre as classes.

A tipologia mais corrente, segundo Pria (2007), provém de Schlegel, e tem permanecido praticamente a mesma, salvo uma ou outra proposta cujo refino não necessariamente contribui para aprimorar o entendimento sobre o tema.

O fundamental a ser declarado aqui concerne à identificação,

²⁰ Essas metáforas de base sensorial, em cada sincronia, emergem a recompor o léxico de fulcro mais concreto. Para efeito de ilustração, o motivo pelo qual determinadas expressões de caráter preposicional irrompem de designações lexicais a concorrer com as preposições já consolidadas na história da língua, como, por exemplo, *na cara de* a competir *em frente a*, *de frente de*, *diante*, *ante*. O exemplo do item lexical *cara* remete muito concretamente para o referente *rosto*, *face*, ou seja, parte de uma referência calcada em uma experiência corpórea. Ilustra, portanto, a irrupção de novas metáforas corporais para recompor o paradigma de uma classe mais gramatical, como a preposicional.

²¹ Ainda neste artigo, na seção, trata-se da nomeação genésica como uma *protoforicidade*, a qual ainda hoje se constata, no processo de aquisição de uma língua natural, pela precedência da nomeação em relação à predicação, e, na referência entre usuários mais maduros, pela possibilidade de *nominalizar* todo e qualquer referente.

entre os diversos estudiosos, de mecanismos configuradores das línguas como *isolantes*, *aglutinantes* e *flexivas*. A diferença parece fundar-se na preponderância de um ou outro modo de codificação nos diferentes sistemas linguísticos. Por exemplo, o chinês e o inglês são tidos como sistemas linguísticos isolantes, mas não deixam de contar com sufixos de flexão, conquanto marginais ou minoritários para indicar ou marcar classes e subclasses²². A tipologia sobrevive, conquanto haja objeções, a nosso ver contornáveis, desde que não se alimente uma expectativa de pureza linguístico-tipológica.

O português é considerado um sistema flexivo. Porém, o sistema flexivo é admissível por sua produtividade morfêmica significativa, mas não exclusiva. As categorias não são expressas privativamente por meio de palavras gramaticais, de morfemas gramaticais, derivacionais ou flexionais. Além disso, importa reconhecer que o português apresenta construções características de línguas aglutinantes ou isolantes, para diversas categorias, conquanto marginais ou periféricas.

O grau de flexividade, identidade de sistema linguístico flexivo, em português, é seguramente variável, isto é, há categorias cuja expressão não marcada se dá por meio de flexão, v.g., o *tempo* e o *modo* verbais. Porém, o tempo e o modo não são expressos estritamente por meio de sufixos verbais. Observem-se, por exemplo, as ocorrências a seguir com relação à categoria *tempo*:

(1) Viajo amanhã.

(2) Viajarei amanhã.

A noção de futuridade não foi indicada por meio de um sufixo verbal em (1), mas pelo advérbio *amanhã*. Nesse caso, a língua informa a categoria *tempo* por meio de uma palavra gramatical, ou seja, um advérbio. Diferentemente de (2), em que a forma verbal *viajarei* codifica, por meio do sufixo verbal *-re*, a categoria *tempo* em sua expressão de futuridade. Essas categorias, quando expressas por afixos, indiciam uma regularidade codificada por meio de formativos flexionais. Porém, em razão da dinamicidade própria da língua, esses

²² Bidermann (2001) menciona que em chinês há diversos sufixos indicadores de nomes, mas seu caráter é marginal, no quadro geral de formação dessa língua.

formativos sofrem concorrência de construções lexicais, com comportamento similar ao das isolantes, e de construções em vias de gramaticalização.

Importa, finalmente, declarar que o português, não se assemelha, em um grau secundário de classificação, com línguas aglutinantes ou polissintéticas, mas sim com línguas isolantes, porque a concorrência para a expressão de categorias entre formativos flexionais e formas lexicais gramaticalizadas, ou em vias de gramaticalização, é mais usual do que a abundância de morfemas gramaticais para a expressão de diversas categorias, o que caracteriza as línguas aglutinantes. Nas línguas flexivas, os morfemas não podem ser destacados das raízes ou bases a que se adjungem, senão excepcionalmente, ou quando são usados para fins metalinguísticos. Significa dizer que é mais comum que categorias mais gramaticais sofram concorrência de itens lexicais do que existam muitas categorias codificadas por meio de morfemas específicos. Ocasionalmente, os morfemas derivacionais transitam para ambientes morfossintáticos de natureza mais estritamente lexical, o que reflete, menos produtivamente, um comportamento mórfico similar ao das línguas aglutinantes, como nos exemplos (03) e (04):

(3) O jornal de quem pensa ão.

(4) Fosse ele, o temido Coronel Libório, trazer uma zinha pra dentro de casa (...)

Em línguas flexivas, a relação entre morfemas e categorias apresenta relativa estabilidade, o que permite generalizações satisfatórias. Segundo Biderman (2001, p. 126)

(...) a análise morfêmica é particularmente adequada como procedimento na descrição de um corpus de uma língua flexiva. Assim, línguas como o português, o latim e o turco admitem uma descrição eficaz de seus processos gramaticais através dessa técnica. Nessas línguas podemos considerar os morfemas como constituintes imediatos dos lexemas. (BIDERMAN, 2001, p. 126)

Traugott & Heine (1991, p. 8-9) também julgam relevante a compreensão do estatuto tipológico de uma dada língua para analisar os processos de gramaticalização:

Pareceria que o ponto em que uma gramaticalização para pode ser determinado por características tipológicas da língua envolvida. Há, por exemplo, um canal bem-estabelecido de gramaticalização que leva de

posições a flexões de caso nominal. Para nosso conhecimento, entretanto, tal desenvolvimento não tem sido documentado para línguas do tipo analítico-isolante, nas quais a gramaticalização é improvável de conduzir ao desenvolvimento de uma morfologia flexional. *Observações como estas sugerem que pode haver limites tipológicos imanescentes às línguas que bloqueiam a gramaticalização para além de um certo ponto.* [grifo nosso] (1991, p. 9)

Com base nas considerações acima, percebe-se quão relevante pode ser o enquadramento tipológico de um sistema para a compreensão de seus processos de constituição gramatical, tanto os já firmados, quanto os constituintes.

Em suma, a classificação das formas de um dado sistema linguístico informa sobre suas funções morfossintático-semânticas. E, para o que aqui interessa, permite uma relativa delimitação entre léxico e gramática, com base em uma maior morfologização para a expressão de categorias (cujos significados são originalmente oriundos da experiência humana concreta), em correlação com um enrijecimento sintático e uma maior extensão semântica. Os significados expressos pelas categorias nominais e verbais (*gênero, número, grau, tempo, modo, aspecto, pessoa*) provêm, a princípio, de experiências concretas. Tais significados morfologizam-se mais ou menos em conformidade com o tipo de língua em análise. No português, a morfologização desses significados é tanto mais gramatical quanto mais, em primeiro lugar, migrar do âmbito lexical para o âmbito morfológico, e, em segundo lugar, (já em âmbito morfológico), da derivação para a flexão. Em cada sincronia, as categorias flexionais, em regra, mostram-se mais resistentes à mudança por outras formas decalcadas de um léxico mais concreto, ou seja, à concorrência por meio de gramaticalizações. Os significados categoriais menos morfologicamente duros abrem-se mais frequentemente para as metáforas gramaticalizadoras²³.

3. Gramaticalização e metaforização

Cumpre advertir, com Halliday (2004, p.47), que o termo

²³ Discussões mais aprofundadas podem ser encontradas em Campelo (2007).

‘gramaticalização’ pode suscitar dois significados básicos: de processo concluso e de processo em curso. A respeito desse último caso, Halliday indica três tipos de gramaticalização:

Podemos reconhecer gramaticalização como um processo que se situa no tempo – de fato em três dimensões distintas de tempo: 1) podemos vê-la no tempo ontogenético quando observamos o desenvolvimento linguístico inicial de crianças, que é construído em torno da criação de sistemas protogramaticais e em seguida gramaticais; 2) não podemos observá-la diretamente em tempo filogenético, a evolução da língua humana; mas podemos rastrear exemplos na história de línguas particulares; 3) podemos vê-la no tempo logogenético, o desdobramento do discurso, quando uma passagem de alguma extensão – uma sentença ou mais – é recapitulada em uma única palavra ou grupo. Assim quando falamos de um ‘sistema’ de língua, como o potencial subjacente que é instanciado na forma de texto, estamos de fato teorizando a língua como o resultado de uma contínua gramaticalização em todas essas dimensões de tempo. (HALLIDAY, 2004, p. 47)

A citação última enquadra-se perfeitamente no entendimento pancrônico das análises funcionalistas, com o ganho de um refinamento dos tipos de constituição gramatical no tempo. Assim, a observação da aquisição de processos de gramaticalização e as alterações em línguas particulares necessariamente radicam-se no tempo²⁴. Mais, a gramaticalização, na 1ª aceção, é uma tendência inata, haja vista a noção de protogramática, a qual se ‘preenche’ com a aquisição de um sistema de língua natural. Ao mencionar a 2ª, o autor exime-se da resolução do problema adâmico do surgimento das línguas, mas reconhece que, entre as línguas geradas, há a possibilidade de identificar os percursos de gramaticalização. A 3ª menciona a propriedade das línguas de ‘jogar’ com formas mais específicas e genéricas, o jogo de referencialidade em que se alternam definitude e indefinitude. De modo terminologicamente mais específico, ele mencionou o que se intitula *encapsulamento* (v. FRANCIS, 1994), ou seja, a retomada referencial de um trecho frástico ou multifrástico por meio de um sintagma nominal ou um nome simples.

²⁴ As considerações de Halliday (2004) apresentam vantagem em relação às radicais noções de Hopper (1998) de gramática emergente, porque admitem uma propensão inata para gramaticalizar.

Com base nessas definições, a gramaticalização é uma transformação ou atualização de formas lexicais em formas com funções de caráter gramatical. Ou ainda, de formas gramaticais em formas ainda mais gramaticais. Abstrai-se ainda dessa definição que os limites demarcadores do inventário aberto do léxico e fechado da gramática não se firmam sempre em bases bem determinadas, dado que há formas que transitam de um inventário para outro. Noutros termos, os usuários das línguas naturais recorrem a termos extraídos do léxico geral para a reestruturação e recomposição de suas formas categoriais, sem que esses procedimentos impliquem uma gramaticalização simétrica e extensível a todos os contextos de ocorrência desses mesmos termos. Quedam-se, portanto, muitas formas em curso de gramaticalização em uma zona limítrofe entre o léxico e a gramática. Outras gramaticalizam-se efetivamente, conquanto não percam necessariamente funções mais estritamente lexicais.

Com base nos argumentos apresentados por Givón (1995), torna-se perceptível que ocorre, na língua, um processo contínuo de abstração. Percebe-se nitidamente uma deriva de processos de representação mais icônica – regulados por uma motivação presa ao referente – para processos mais simbólicos – regidos por uma representação desvinculada do referente originalmente motivador da formação linguisticamente codificadora. Esses argumentos são reveladores da abstratização que perpassa vários âmbitos da cognição humana e de suas manifestações etnológicas.

Atente-se para a proximidade dessa argumentação de Givón (1995) com a de Halliday (2004), principalmente quando este último trata da protogramática. Em suma, com base nessa convergência de teses, a gramaticalização enquadraria ou consubstanciaria, de modo mais específico, uma tendência geral de usar a língua, a partir de referências concretas e corpóreas em direção a referências mais abstratas, a concorrer com estruturas gramaticais já constituídas e herdadas.

4. *A relevância da frequência para determinação das diferenças de léxico e gramática: confronto de sincronias*

O critério da frequência assume uma relevância extraordinária. Afinal, a definição do caráter mais ou menos gramatical de um

dado item lexical está diretamente relacionada ao seu uso mais ou menos frequente. O que se postula é que a frequência é o fator pragmático fundamental para a geração de operações cognitivas metafórico-abstratizantes produtoras de processos de lexicalização e gramaticalização. Nossa visão coincide com a de Bybee (2006) cuja proposta fundamental é de que:

A proposta apresentada é que as capacidades cognitivas gerais do cérebro humano, que lhe permitem categorizar e procurar por identidade, similaridade e diferença, vão operar sobre eventos linguísticos com os quais uma pessoa se defronta, categorizando e inserindo na memória essas experiências.

É preciso, contudo, refletir o papel da frequência do ponto de vista do conceito aristotélico de *mimese*. Porque, assim nos parece, a frequência tem um papel de reprodução e assentamento de gramaticalizações herdadas assim como de produção de novas gramaticalizações, o que não é devidamente explanado pelos textos alusivos ao papel da frequência em processos de gramaticalização.

Para Aristóteles, segundo Sousa (1973), *mimese* é uma *imitação criativa* e uma *criação imitativa*. Assim, resolve-se que os seres humanos de uma dada sincronia, por imitação criativa, apropriam-se de processos gramaticais constitutivos pré-existentes e os reproduzem, reforçando, dessa forma, parcela significativa de formas circulantes, ou assegurando-lhes a permanência para as sincronias vindouras. Naturalmente, como não se trata de uma operação mimética puramente imitativo-criativa, há formas que são derogadas ou perdem em frequência de uso em favor de outras forjadas pelos mesmos membros de uma dada sincronia. Neste caso, a operação mimética que toma corpo é de caráter criativo-imitativo, porque os usuários de uma dada sincronia sacam formas do léxico em sentido estrito, ou pleriformas, para compor novas formas gramaticalizadas. No primeiro caso, formas da gramática herdada permanecem. No segundo caso, formas do léxico herdado são matrizes para a forja de novos itens gramaticais. Neste último caso, o *léxico*, em sentido estrito, funciona como *terminus ab quo* da *gramática*. Discutamos a seguir, mais detalhadamente, os efeitos da frequência com base nas noções gramaticais de Halliday (2004).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em termos ontogenéticos, o léxico, em sentido estrito, é *terminus ab quo* da gramática, porque preenche, com base nos arranjos de cada sistema linguístico natural, as disposições gramaticais paramétricas inatas. O *léxico* ocupa os dispositivos inatos constitutivos de todo e qualquer sistema linguístico natural.

Em termos filogenéticos, o léxico, em sentido estrito, é *terminus ab quo* da gramática, porque todo e qualquer falante recupera, de modo condensado, o percurso evolutivo de constituição da linguagem humana, tal como sucede, *mutatis mutandis*, com processos evolutivos de natureza mais estritamente biológica, como, por exemplo, a formação embrionária.

Em termos logogenéticos, o léxico, em sentido estrito, é *terminus ab quo* da gramática, porque nos sistemas linguísticos naturais, por obra e indústria dos usos, os movimentos de reconfiguração do léxico e da gramática não cessam de existir. O léxico, *stricto sensu*, é sempre a matriz de novas acomodações de expressão da gramática em sentido ontogenético.

Léxico, em sentido estrito, são bases lexicais (com ou sem afixos de toda ordem) e sintagmas fonte de gramaticalização. Isto é, incluem-se em paradigmas, mais ou menos regulares, conforme a classe, subclasse ou formativo, que expressam categorias de maneira *estruturiforme*.

Em razão da eleição de determinadas formas, quer para conservação da gramática herdada, quer para a forja ou criação de novas formas ou paradigmas gramaticais, há a gramaticalização, isto é o movimento de formas ou funções do léxico para a gramática. As consequências da gramaticalização são: *usança majoritária*, *redução mórfica*, *enrijecimento tático*, *genericidade semântica*. Percebe-se, por conseguinte, que a frequência exerce um papel determinante para iniciar, reforçar e consolidar uma gramaticalização. Analisem-se a seguir as relações entre os conceitos de gramática e a gramaticalização.

A relação entre a *gramática ontogenética* e gramaticalização representa um *terminus ab quo*, no nível ontogenético, vez que responde pelo enquadramento paradigmático em todos os níveis (classes, subclasses, morfemas e processos de formação de palavras etc.).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Com relação aos tipos de gramática *filo* e *logogenética* e a gramaticalização, a gramática se encontra mais diretamente sujeita a injunções de ordem pragmática, isto é, reflete a experiência sensível e corpórea dos usuários de uma dada sincronia. Como consequência, irrompem do léxico estrito (pleriformal por excelência) formas geradoras de disputas da gramática herdada com a léxico-gramática sincronicamente gestada para expressar os paradigmas da gramática ontogenética, em conformidade com o tipo de língua. A gramática, nesse sentido, é um *terminus ad quem* em virtude da movimentação de itens de âmbito semântico mais intensionalmente carregado e, portanto, com restrições referenciais, para o âmbito semântico mais intensionalmente genérico, com traços fóricos e glotossêmicos otimizados²⁵.

Concomitantemente, em conformidade com o paradigma (classe ou subclasse), outras alterações em direção à gramaticalização se operam nos níveis fonológico e morfossintático, conforme já se salienta.

Em suma, é possível concluir a respeito das diferenças entre *Léxico* e *Gramática*, em razão da incidência da frequência de uso, que: 1) são, em última análise, discerníveis, desde que não haja ampliação excessiva do conceito de um ou outro nível de manifestação ou codificação linguística de categorias e funções; 2) Gramática é, a um só tempo, ontogeneticamente *terminus ad quo* e filo- e logogeneticamente *terminus ad quem*.

A frequência de uso é fundamental para compreender o caráter holonômico²⁶ da categoria *proformalidade*, proposta por Campelo (2007). A *proformalidade* se funda em uma usança majoritária geradora de abstratização semântica e outros efeitos característicos de gramaticalização exponencial (redução mórfica, dependência sintáti-

²⁵ O neônimo *glotossêmico* foi cunhado por Campelo (2007) com a significação de significado estritamente intralinguístico, o que sucede com os elementos relacionais (conjunções e preposições).

²⁶ O caráter holonômico da categoria *proformalidade* representa sua presença em diversos níveis de manifestação da língua, ou seja, entre as macroclasses, subclasses e morfemas intralexicais.

ca), de tal sorte que o exemplar da classe, subclasse ou formativo apresenta um caráter supletivo eletivo. Noutros termos, por obra da *proformalidade*, conservam-se apenas os traços mínimos otimizados típicos de uma dada *classe*, *subclasse* ou *formativo*. Reitere-se que tal categoria opera mutações em pleriformas em prol da conservação de traços representativos do paradigma de cada item prototípico de uma classe, subclasse ou formativo, em todos os âmbitos de manifestação (formal, sintático e semântico-pragmático).

A proformalidade condiciona, em suma, a gramaticalidade otimizada por meio de proformas de cada paradigma. A proformalização representa a movimentação de pleriformas em direção ao seu correlato paradigma proformal. A atuação da proformalidade, geradora da proformalização, é diretamente condicionada pela frequência de uso.

5. *Uma nova proposta de configuração das classes de palavras em função da incidência da categoria proformalidade: o reflexo das disputas de léxico e gramática*

A inovação terminológica aqui apresentada provém do reconhecimento do movimento entre léxico e gramática para estruturar, sempre em caráter provisório, as classes de uma dada língua natural flexiva como o português. Assim, todas as classes podem manifestar suas categorias por meio de expedientes mais lexicais, isto é, com a manutenção de traços fonológicos, morfológicos, lexicais, sintáticos e semântico-pragmáticos menos erodidos fonologicamente, menos presos morfológicamente, menos presos sintaticamente, mais específicos semanticamente e menos usuais pragmaticamente. Assim, a representação esquemática da disputa entre léxico e gramática, em termos binários, pode ser descrita como no Quadro 01.

Cada classe e subclasse merece, naturalmene, tratamento específico, que não pode ser apresentado aqui²⁷.

²⁷ Em Campelo (2007), há uma discussão específica sobre cada classe e, em alguns casos, subclasses com base na concepção epistemológica geral de que deve haver uma aliança entre binarismo e prototopia a fim de configurar as classes, subclasses e constituintes intralexicais.

Macroclasses	Pleriformas e Proformas correspondentes	Formas prototipicamente representativas e indiciadoras de relativa correspondência forma/função	
Nome – Substantivos	Nominais – pronominais	O – demonstrativo	
Adjetivos	Idem ao anterior	O – articular	
Verbo	Verbais ou proverbiais	Fazer – coisar	
Advérbio	Adverbiais ou proadverbiais	Assim	
Relacionais	Relacionais ou prorreacionais (pró-conjunção e pró-preposição)	Conjunção	Coordenativa – e
		Preposição	Subordinativa – que De

Quadro 01

Sobre o estatuto de gramaticalidade das pleriformas, importa dizer que, a nosso ver, deve ser conservado tal como o entende a tradição, ou seja, que as formas nominais e verbais têm um estatuto menos gramatical do que o das pleriformas adverbiais e relacionais, conforme se pode verificar com base no quadro abaixo:

Análise da gramaticalidade vertical entre as macroclasses pleriformais

		Gramaticalidade crescente de cima para baixo.
Nomes	Pleriformas menos gramaticais Abrigo das categorias nominais com propriedades semânticas originárias de experiências concretas.	Fonte de emergência original de formas gramaticais que podem compor as pleriformas mais gramaticais ou migrar para sua contraparte proformal.
Verbos	Pleriformas menos gramaticais Receptáculo das categorias verbais com propriedades semânticas originárias de experiências concretas.	Fonte de emergência de formas gramaticais constituintes de pleriformas gramaticais, com possível abstratização de desempenho proformal verbal (casos de auxiliaridade e delocutividade verbal).
Advérbios	Elementos de trânsito Perda de categorias nominais e conservação de atribuições semânticas de vária ordem em termos referenciais.	Formas nominais gramaticalizadas pela perda de categorias típicas e, assistematicamente, formas fonte para composição de prefixos.
Elementos rela-	Pleriformas mais gramaticais por ausência de referência extralin-	Formas oriundas de diversas classes para composição de preposições e

Cumpra-se dizer que o simetriso binarista das macroclasses pleriformais e proformais do quadro acima oculta as zonas de fronteira representadas pelas gramaticalizações.

cionais	guística, a não ser em casos de conversão. Perda integral das categorias nominais.	conjunções. As conjunções, contudo, podem gerar-se de pleriformas preposicionais acidentais.
---------	--	--

Quadro 02

Então, dos nomes para os verbos, há uma gramaticalização em virtude da complexificação verificável na projeção argumental emanada das formas verbais; da concorrência morfológica para a codificação de categorias de *número*, *pessoa*, *aspecto*, *tempo* e *modo*; da perda da possibilidade de identificação de um dado referente de forma individualizável. Com efeito, os nomes predicam, mas não com o mesmo grau de abstração encontrada nas formas verbais; os nomes codificam todas as categorias mencionadas por meio de base lexicais, não mórnicas; os nomes permitem a individualização ou a apreensão segmentável dos referentes, não sua projeção em cenários construídos por meio de ações, processos ou estados com papéis sintático-semânticos variados para os participantes da sentença. Dos nomes para os advérbios, há uma gramaticalização de identificação mais simples, porque os advérbios conservam, em termos mórnicos, apenas os morfemas de grau. Dos nomes para os elementos relacionais, em termos mórnicos, uma perda de todas as categorias nominais, a restar tão somente a significação hipofórica²⁸.

O quadro mais completo dos movimentos de perda de nominalidade e gramaticalização vertical e horizontal entre e no interior das macro- e subclasses apresenta-se em Campelo (2007).

6. Considerações finais

O maior problema para a comprovação da tese nuclear deste artigo reside em compreender o trânsito dos nomes para os verbos, ou seja, como, em línguas flexivas, os nomes contraíram os morfemas verbais a ponto de se transformarem em verbos. Por outras palavras, de que forma os nomes se transformaram em verbos?

²⁸ Denominamos *hipoforicidade* a foricidade residual encontrada nos elementos relacionais pleriformais (as tradicionalmente conhecidas locuções preposicionais e conjuncionais), em que se identificam claramente as bases nominais de onde partem as metáforas conceituais.

Uma pista interessante para indiciar a precedência dos nomes seria a recolha de ocorrências de processos de formação de palavras por denominalidade, ou seja, uma vez provada a maior produtividade da denominalidade em relação à deverbalidade, haveria uma pista sustentável da precedência, mesmo no atual estágio de complexidade dos sistemas linguísticos naturais da original matricialidade de base nominal.

Outro indício é a análise, em línguas flexivas como o português, da auxiliabilidade verbal, que representa uma forma de contribuição do léxico para a gramática em relação ao paradigma verbal. Noutros termos, a auxiliarização, em termos morfológicos, ocorre por intermédio da gramaticalização de formas verbais combinadas com nomes. Pena-Ferreira (2007, p. 246) contribui positivamente para o entendimento sobre o qual discorremos aqui, na medida em que identifica, entre os estágios de gramaticalização do verbo *chegar*, um momento em que esse verbo contrai um valor aspectual terminativo em razão da presença da construção de base nominal *a ponto de*. Assim, a noção aspectual em tela foi codificada, originalmente, por uma expressão de base nominal²⁹.

O principal percurso, de cariz teórico, diz respeito à assunção de que é primeiro preciso nomear um referente, ou seja, identificá-lo por meio de um dado nome para, em um processo ulterior, transformá-lo em item predicativo. Por outras palavras, os nomes precedem os verbos no que diz respeito à referenciação. Aliás, a predicação não representa, para muitos, uma referenciação típica. A referenciação típica é encontrada entre os nomes, em especial, os substantivos, os quais podem codificar todo e qualquer referente, inclusive sentenças, isto é, referentes que não identificáveis por meio de uma identidade individualizável. A nominalização, portanto, representa uma forma de referir primitiva, uma protoforicidade. Tal foricidade

²⁹ É interessante observar que a aspectualidade mais aberta a gramaticalizações é a imperfectiva. É difícil aparecer gramaticalizações de formas verbais que codificam aspectualidade perfectiva.

sofre adaptações ou ajustes para formar os outros paradigmas³⁰.

Outro percurso, de cariz empírico, consiste em investigar qual macroclasse (se a nominal, se a verbal) é mais produtiva. O que queremos dizer é que se pode pesquisar se os verbos geram mais nomes ou os nomes mais verbos. Novamente, a maior produtividade nominal para a formação de formas verbais representaria um indício razoável da matricialidade nominal. Se os nomes geram mais verbos, os nomes representam a base da formação verbal, de um modo geral. Assim, seria comprovável a precedência da referenciação de base nominal em relação à verbal. Assim, a gramaticalização, em termos morfológicos, mais característica dos verbos, que reside na escolha dos usuários de verbos lexicais para cumprir funções gramaticais, tal como sucedeu com as formas do futuro, ou tal como sucede, atualmente, com o uso do pretérito imperfeito do indicativo para assinalar o imperfeito do subjuntivo ou o condicional; como dizíamos, a gramaticalização verbal típica adviria, em última análise, dos nomes, uma vez que os nomes, de modo majoritário, consubstanciaram as matrizes lexicais dos verbos.

Um terceiro percurso é de ordem cognitiva, estudos psicolinguísticos atestam que as crianças, primeiramente, aprendem a nomear. Novamente, a precedência da nomeação à designação de estados de coisas por meio de ações, processos e estados, ou seja, a percepção identificatória de referentes por meio de nomes a anteceder a sua configuração em uma estrutura sentencial e um cenário correlato representa um indício pérvio de que os nomes antecedem os verbos.

Resta ainda apontar outro percurso interessante: a categorialidade verbal e sua expressão nominal. Perguntamo-nos se as categorias verbais típicas, *tempo, modo, aspecto, número, pessoa, conjugação*, não podem ser expressas lexicalmente, ou seja, mais nominalmente? A resposta nos parece ser sim, salvo para a expressão da conjugação. Mas, para a expressão do *modo*, há vários expedientes nominais, ou mais nominais (adverbiais), para expressar o modo verbal.

³⁰ Uma ilustração possível da precedência nominal pode estar no verbo latino '*plicare*', cuja origem é nominal, de '*plexum*' (abraço). Da forma nominal surgiu o verbo que, já no latim vulgar, assumiu um comportamento similar ao dos verbos auxiliares.

Há línguas, aliás, que não dispõem sequer de formas específicas para designar o modo subjuntivo ou imperativo. Para a expressão do *tempo*, novamente, é possível entender que existem formas nominais codificadoras de temporalidade, a substituir, em alguns casos os morfemas modo-temporais. Para a expressão da *pessoa*, há inúmeros estudos comprobatórios de que a codificação morfológica da noção de pessoa em formas verbais não é obrigatória. Em português, tem havido uma crescente neutralização em virtude do ingresso de proformas nominais gramaticalizadas nos últimos quatro séculos. Para a expressão do *número*, novamente, os mesmos processos de gramaticalização proformal nominal têm respondido pela neutralização que afeta, a um só tempo, os morfemas categoriais número-pessoais. Em face do exposto, novamente, há indícios claros de que a nominalidade governa, matricialmente, a expressão de todas as classes e pode contribuir para rearranjar, em uma língua flexiva, a expressão de categorias verbais com a seleção de itens lexicais outrora cumpridores de funções estritamente nominais.

Em suma, os caminhos estão ainda abertos para uma configuração mais rigorosa da combinação da hipótese evolucionária, com processos de metaforização, gramaticalização e referenciação com vistas a uma descrição mais rigorosa da noção de palavra e, a partir disso, de suas classes, subclasses e constituintes intralexicais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BYBEE, Joan. *From usage to grammar: the mind's response to repetition*. Language. Volume 82, Number 4, December 2006.
- BYBEE, Joan, PERKINS, Revere & PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago, 1994.
- CAMPELO, Kilpatrick. *O estatuto conceitual e funcional das proformas*. Pronome: o protótipo das proformas. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará. 2007.
- COULTHARD, Malcom. *Advances in written text analysis*. London & New York: Routledge, 1994.
- FRANCIS, Gill. *Labelling discourse: an aspect of nominal-group*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lexical cohesion. In: COULTHARD, Malcom. *Advances in written text analysis*. London & New York: Routledge, 1994.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

_____. *Bio-Linguistics – The Santa Barbara Lectures*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.

HALLIDAY, Michael. *Introduction to Functional Grammar*. London, Arnold, 2004.

HEINE, CLAUDI & HÜNNEMEYER. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991.

HOPPER & TRAUGOT. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, Paul J. Emergent Grammar. In: TOMASELLO, Michael. *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. London, Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1998.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

LEHMANN, Christian. *Thoughts on grammaticalization*. München, Newcastle: Lincom Europa, 1995.

PAGLIUCA, William. *Perspectives on grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co. 1994.

PENA-FERREIRA, Ediene. *Gramaticalização e auxiliaridade: um estudo pancrônico do verbo chegar*. Tese de doutorado. UFC, 2007.

PRIA, Albano Dalla. *Tipologia linguística: línguas analíticas e línguas sintéticas*. <http://www.filologia.org.br/soletras/11/11.htm>. 2007.

SOUZA, Eudoro de. Arte e escatologia. In: _____. *Dionísio em Creta e outros ensaios*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

TRAUGHT, E.C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Volume I. John Benjamins Company: Amsterdam/Philadelphia, 1991. Company: Amsterdam/Philadelphia, 1991.

**O SUBSTANTIVO TEM GÊNERO, O ADJETIVO
RECEBE GÊNERO POR MEIO DE FLEXÃO³¹**

José Mario Botelho (UERJ e ABRAFIL)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

As nossas gramáticas normativas e compêndios gramaticais procuram dar a impressão de que o assunto acerca da variação de gênero dos nomes não apresenta problemas, já que repetem as mesmas considerações.

Contudo, uma apreciação mais assídua, considerando os seus próprios conceitos de flexão e derivação sufixal, e confrontando-os, faz surgir, de imediato, dúvidas quanto àquilo que consideram pacificamente flexão de gênero dos nomes em português, posto que a formação de gênero feminino dos substantivos e dos adjetivos não constituem o mesmo fenômeno.

Na verdade, o elemento mórfico na formação de gênero dos substantivos é um traço lexical, é um sufixo lexical; nos adjetivos, entretanto, é um traço flexional, um sufixo flexional.

Logo, este trabalho, que constitui tão somente uma contribuição para o estudo de gênero, objetiva negar o caráter flexional do gênero dos substantivos e oferecer subsídios para reflexões e formulação de novas hipóteses.

Palavras-chave:

Caráter imanente. Derivação sufixal. Flexão de gênero. Gênero feminino.

1. Introdução

A partir das considerações sobre a imanência do gênero do substantivo, apresentada inicialmente por Câmara Jr. em seus *Dispersos* (1972) e corroborada posteriormente em muitos outros de seus trabalhos, procurei desenvolver a conscientização de que há uma inconsistência nos ensinamentos tradicionais acerca do assunto e nas diversas considerações de autores como Câmara Jr. (1972, 1985, 1989 e 1991), Macedo (1976), Freitas (1981) e outros. Mormente, se consideramos as digressões de Herculano de Carvalho

³¹ Comunicação apresentada no III Congresso da Pós-Graduação em Língua Portuguesa da FFP/UERJ, de 2005.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(1969, 1973 e 1984) e a afirmação de Sandmann (1991 e 1992), corroborando Matthews (1974), de que não se trata de flexão a variação de gênero dos substantivos.

Não se pode negar que a variação que se faz com o uso da marca de gênero “-a” se mostra muito semelhante à variação de gênero dos adjetivos, que é realmente um processo de flexão de gênero. Cabe-nos, portanto, procurar definir o que constitui mais propriamente o fato de certos substantivos apresentarem uma forma de feminino, a qual se dá com o acréscimo da marca de gênero “-a”, e que elemento mórfico é esta marca de gênero (desinência ou sufixo de gênero – morfema categórico –, sufixo ou vogal temática – morfemas lexicais).

Pretendo, neste trabalho, responder a tais perguntas e apresentar subsídios para eventuais respostas a novas indagações. Logo, o objetivo deste estudo é o de fazer emergir e discutir os problemas acerca da “flexão” de gênero dos substantivos, os quais são mascarados devido ao tratamento que as nossas gramáticas dão ao assunto, acusando, pois, a sua complexidade.

2. *A natureza do gênero dos nomes em português*

O gênero, como categoria gramatical, constitui um dos traços flexionais menos satisfatoriamente descritos em nossas gramáticas, como já ressaltava Câmara Jr. (1972, p. 115).

Em relação ao substantivo, a complexidade do assunto é ainda maior, devido ao caráter imanente do gênero desta classe de palavras que desafia a técnica descritiva tradicional, utilizadas pelos estudiosos que não consideraram a imanência do gênero do substantivo.

A afirmação de que o gênero é uma categoria gramatical nos leva a aceitá-lo como sendo um conceito de gramática e, consequentemente, uma noção que o falante não cria.

Diferente dos adjetivos, todos os substantivos em português têm um gênero pré-estabelecido, considerando como um caso à parte os substantivos do tipo “o/a artista”, “o/a estudante” e outros (conhecidos como comuns de dois), os quais necessitam do traço pragmáti-

co (conhecimento de mundo do falante) para o reconhecimento de seu gênero.

No caso de se admitir a flexão de gênero dos substantivos, seria de se esperar que um número majoritário de substantivos estivesse sujeito a tal processo. Entretanto, a variação de gênero do substantivo é assistemática e não é obrigatória sintaticamente, pois somente aqueles que se referem a determinados seres animados, com os quais se pode fazer uma relação entre sexo e gênero, podem receber o acréscimo de um elemento mórfico, semelhante àquele que é comumente classificado como Desinência de Gênero Feminino “-a”. E isto justificaria o estudo de flexão de gênero dos substantivos.

O que se percebe quando usamos um substantivo é que se pode escolher uma forma masculina ou feminina de uma mesma base (“o menino” ou “a menina”, “o gato” ou “a gata”) ou uma base masculina ou feminina (“o homem” ou “a mulher”, “o boi” ou “a vaca”): será masculino ou feminino, conforme sua significação ou terminação e de acordo com a idéia que se deseja expressar – a escolha é anterior à estruturação frasal.

Além disto, entre esses substantivos que se referem a determinados seres animados há alguns com os quais nem se pode fazer uma relação entre sexo e gênero (humanos: “a testemunha”, “o cônjuge”, “a criança”, “o algoz” – usados para homens ou mulheres –; não humanos: “a cobra”, “o jacaré”, “a onça”, “o tigre” – usados para machos ou fêmeas).

Quanto àqueles substantivos que podem receber o acréscimo de “-a” e que podem funcionar como adjetivos ao lado de outro substantivo, poderíamos conceber uma variação, que atendesse a necessidade comum de se ajustar o gênero da palavra ao sexo do ser em referência e que fosse influenciada pela flexão que ocorre em função adjetiva.

Entretanto, por ser prematura a ideia de que o fenômeno trata-se de uma influência da flexão de gênero da função adjetiva, deixá-la-ei para outra oportunidade.

Logo, nos substantivos, considerando a categoria de gênero, faz-se uma classificação arbitrária e convencional, e há mais de uma

maneira de reunir todos os substantivos do português no seu quadro de gêneros: a analogia formal, a analogia conceptual (incluindo algumas metáforas) e a ampliação do gênero num dado contexto, cuja escolha é semanticamente motivada.

Portanto, no tratamento do gênero, não se deve partir de uma noção precisa e bem definida, apesar de sua importância, pois nenhuma noção reúne em si condições para uma eficiente descrição gramatical de gênero.

Jespersen (1975), descrevendo várias línguas, privilegiando as de base indo-europeia, na tentativa de obter uma conceituação precisa do gênero, constatou várias incongruências em cada língua analisada qualquer que fosse o seu critério adotado: animado/não-animado, humano/não-humano, masculino/feminino/neutro.

No português, assim como nas línguas neolatinas, a divisão é bipartida (masculino/feminino). Se o critério do sexo já apresentava problemas no latim, provido de neutro, tornou-se ainda mais problemático no português, em que os substantivos são masculinos ou femininos, sem qualquer relação com o sexo.

O critério semântico do sexo só seria teoricamente aplicável a substantivos referentes ao reino animal, e ainda aí, há incongruências. Aliás, na língua portuguesa, como ocorre em outras línguas românicas, os gêneros masculino e feminino não expressam exclusiva e rigorosamente uma diferenciação sexual, que, apesar de constituir um dado relevante para uma descrição de gênero português, seria mais bem estudada em pragmática, enquanto que a noção de masculino e feminino como gêneros gramaticais importa à gramática.

E é por isso que o critério semântico do sexo não pode ser priorizado na descrição do gênero do português, embora seja um traço semântico relevante.

Assim, o tópico gênero de substantivos em português sugere uma simples distribuição bipartida desta classe de palavras; de um lado todos os masculinos e do outro, todos os femininos, como já o fizera Said Ali (1964, p. 33-43). O mesmo encontrava-se em Bechara (1983, p. 83), quando concebia a “flexão” de gênero do substantivo. Convém ressaltar que Bechara (1999, p. 131-3) refez aquela concepção.

A confusão estabelecida pela má compreensão do assunto criou um verdadeiro caos nos compêndios e livros didáticos. Num mesmo grupo de exemplos sob o tópico “flexão” de gênero, são dispostos casos diversos de: heteronímia (“pai/mãe”, “boi/vaca”), derivação lexical (“ator/atriz”, “conde/condessa”), “flexão” (“menino/menina”, “mestre/mestra”) e estruturação frasal (“jacaré macho/fêmea”, “o macho/a fêmea da cobra”, “o/a estudante”).

Até Câmara Jr. (1972 e 1985), que discorreu sobre a imanência do gênero dos substantivos e apresentou uma proposta coerente para a sua classificação, devido à complexidade do assunto, propõe a flexão de gênero dos substantivos.

A causa destas contradições de nossos gramáticos deve-se, em parte, à confusão entre sexo e gênero e a falta de critério coerente para compreender o fenômeno da flexão.

Conceber o gênero imanente e distinguir sexo (gênero nocional) de gênero gramatical constituem o primeiro passo e o mais relevante para se negar a flexão de gênero dos substantivos (como um fenômeno sistemático) ou, pelo menos, para se verificar a complexidade do tema, já que não é a correspondência de sexo, e sim o acréscimo da marca de gênero (“casa bela”, “torta gostosa”), imposta pela estrutura frasal, que cria o fenômeno gramatical.

3. A variação de gênero do substantivo e o morfema “-a”

Primeiramente, vamos admitir ser a marca de gênero “-a”, que é um morfema gramatical (elemento mórfico do mecanismo gramatical), seja um sufixo flexional ou sufixo de gênero (morfema categórico), comumente denominado pelas gramáticas de desinência de gênero, que se acresce à forma-base de masculino por meio de flexão para a formação do feminino. Portanto, morfema categórico, já que a flexão de gênero e a de número constituem, nos nomes, as duas categorias gramaticais, assim como a flexão de número-pessoa e a de modo-tempo constituem as duas categorias gramaticais nos verbos.

Considerando os textos teóricos tradicionais, em que se pode depreender ser a flexão um processo obrigatório, fechado e normal-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mente imposto pela estruturação frasal, conclui-se ser a flexão um processo sistemático.

Depreende-se, também, desses ensinamentos tradicionais ser a derivação um processo assistemático, não-obrigatório e aberto, que se efetiva pela vontade do falante, o qual tem à sua disposição vários afixos para a formação de novas palavras.

Certamente, trata-se de processos distintos, apesar de ambos se caracterizarem pelo acréscimo de um morfema de gênero (sufixo derivacional ou sufixo flexional) a sua forma-base.

Sendo a variação de gênero nos substantivos uma flexão (processo sistemático e fechado), é de se esperar que todos os substantivos formem o seu feminino da mesma maneira, ou que, pelo menos naqueles que apresentam uma forma de gênero oposto, se possa observar uma sistematização, que se caracterizaria pela incidência do acréscimo do morfema de gênero, como ocorre nos adjetivos, por exemplo.

Contudo, a formação do feminino dos substantivos *não se dá de forma sistemática*, já que poucos (em relação à totalidade do idioma) são os substantivos que sofrem tal processo, o qual se dá de formas várias. Se não, vejamos:

menin(o)	↔	menina
autor		autora
gal(o)		galinha
conde		condessa
poet(a)		poetisa
anão		anã
lebrão		lebre
homem		mulher
boi		vaca
o artista		a artista

A partir do *corpus* acima, pode-se perceber que a forma feminina oposta à forma masculina de um dado substantivo nem sempre se obtém com o acréscimo do morfema “-a” a uma base. Se por um lado temos substantivos, cuja formação de um substantivo de gênero oposto se faz com o acréscimo da marca de gênero “-a”, como ocorre

nos dois primeiros exemplos (“menino/menina e autor/autora, com ou sem a retirada da vogal “temática”), temos em muito maior número substantivos, em cujas formas de feminino se podem verificar outros procedimentos: com o uso de sufixo (morfema lexical): galo/galinha, conde/condessa, poeta/poetisa; com a retirada de elemento terminal: anão/anã; com a relação com palavras que se referem a seres de sexo oposto (heteronímia): lebrão/lebre (neste caso, poder-se-ia dizer que o masculino deriva do feminino), homem/mulher, boi/vaca; e com a anteposição do determinante tão simplesmente: o artista/a artista.

Vê-se que a variação de gênero do substantivo não é exatamente como a dos adjetivos. Nestes, o processo é sistemático e se caracteriza ou com o acréscimo do morfema “-a” a uma base (adjetivos biformes: lindo/linda, alto/alta) ou nenhum morfema é-lhe acrescido (adjetivos uniformes: simples, feliz). Com os substantivos, porém, o processo é assistemático e se caracteriza por não apresentar regularidade, pois não só se formam femininos com o acréscimo de um morfema (“-a”, “-esa”, “-isa” e outros) ou supressão de elementos terminais, mas também com formas heterônimas e com a simples anteposição de um determinante (do tipo artigo definido).

Aliás, nem é conveniente se falar em formação de feminino desse ou daquele substantivo; a formação de palavras femininas a partir de uma forma-base é uma realidade na língua portuguesa e, naturalmente, a forma resultante se opõe em gênero àquela que lhe originou.

Na verdade, tais formas femininas compõem uma relação de palavras, a que se antepõe um determinante feminino, e que nomeiam seres do sexo feminino. Tal formação (de palavras femininas) atende a uma oposição semântica de gênero em relação à palavra-base a que se acresce a marca de feminino. Daí, concebermos o feminino de uma dada palavra masculina.

Logo, faltam aos substantivos, na oposição genérica, que em princípio é mera oposição sexual, as condições acima estabelecidas.

Portanto, o morfema de gênero feminino “-a”, no processo de formação do feminino de substantivos, não é exclusivo (apesar de ser o mais incidente, pois se acresce à maioria das palavras variáveis em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gênero), nem é obrigatório, já que nenhuma regra gramatical; (imposição frasal) determina o seu uso.

Na realidade, o que se tem com a variação de gênero é uma derivação possível para um número significativo de substantivos portugueses, a qual não é comum para a totalidade da língua.

À luz da história do gênero dos substantivos portugueses poder-se-ia dizer que este morfema é uma vogal temática, já que corresponde (conforme observara Câmara Jr., 1985, p. 126) à vogal breve [a] dos nomes latinos de primeira declinação, os quais eram na maioria femininos e se opunham à maioria dos nomes em [u] de segunda declinação, que eram masculinos.

Contudo, percebe-se que este morfema não se confunde com a vogal átona final de um grande número de substantivos de tema em “-a” (“terra”, “casa”, “planeta”, “artista” e outros). Nestes, o morfema é uma vogal temática; nos que expressam a particularização mórfico-semântica de feminino, a partir de uma forma-base de masculino em “-o”, “-e” ou em consoante ou vogal tônica, é um sufixo. Sendo, portanto, derivação sufixal o processo de formação de feminino.

É importante ressaltar, no entanto, que o morfema “-a”, como marca de gênero feminino, só é morfema de gênero feminino em função da oposição com uma forma-base masculina, sem que com isso ganhe *status* de sufixo flexional (ou desinência de gênero, como o quer a Tradição). Em qualquer outro caso, o morfema “-a” é apenas uma marca de um tema nominal em “-a” (“casa”, “mala”, “poeta”, “criança”, “planeta” etc.) como o são os morfemas “-e” (marca de um tema nominal em “-e”: “mestre”, “elefante”, “pente”, “dente”, “lente”, “pele” etc.) e “-o” (marca de um tema nominal em “-o”: “carro”, “ferro”, “menino”, “aluno”, “lobo”, “libido”, “tribo” etc.). Observe que nas relações, que serviram como exemplos dos temas em “a”, “o” e “e”, há palavras masculinas e femininas, que definem como masculinas ou femininas, mormente com a anteposição do determinante (artigo “o” ou “a”) ou com o uso de outro tipo de determinante (pronomes, numeral ou adjetivo).

Em verdade, não é a simples presença de um “-a”, átono final, que expressa o feminino dos nomes substantivos; é a sua presença em oposição a uma forma-base de masculino sem este “-a”. E isto

não implica dizer que se trata de flexão.

Assim, o morfema de gênero “-a” pode ser observado em: “menin-o/a”, “lob-o/a”, “mestr-e/a”, “elefant-e/a”, “cantor-/a”, “oficial-/a” e outras. Já não se pode observá-la em “cas-a” (apesar de ser feminina), nem em “planet-a” (exclusiva e convencionalmente masculina) ou em “artist-a” (que de acordo com a intenção do falante é masculina ou feminina – neste caso, o gênero é explicitado por um determinante do tipo artigo). Nestas e em outras formas de temas nominais diversos (“carro”, “tribo”, “dente”, “mente”, “sofá”, “jacaré”, “caqui”, “tatu”, “amor”, “sol”, “cal”, “pudim”, “mártir” e outras), não há nenhum índice morfológico de gênero.

À luz das digressões de Câmara Jr., Herculano de Carvalho e de Matthews, em suas obras supracitadas, temos elementos suficientes para não só manter o questionamento que venho fazendo, como também para definir o fenômeno da formação do gênero dos substantivos como um processo lexical, semelhante fonologicamente ao processo flexional dos adjetivos, mas não, o mesmo, se adotarmos o critério da congruência (concordância).

4. Conclusão

Embora não seja nossa pretensão esgotar o tema, algumas conclusões surgiram com a pesquisa e com a constatação de que a homogeneidade no tratamento do assunto acerca de gênero dos substantivos dado pelas gramáticas e compêndios gramaticais fica abalada pelo tratamento crítico e, por conseguinte não-homogêneo, dado por diversos autores.

Não é numa oposição natural de sexos que se fundamenta o gênero em português. Nos adjetivos, pronomes e numerais, o gênero se fundamenta numa regra de concordância, em que se pode atestar que a forma utilizada é determinada pelo núcleo substantivo a que aquelas classes fazem alusão. Nos substantivos, entretanto, o gênero se fundamenta numa oposição meramente formal e de natureza classificatória em dois grupos (de um lado os masculinos – todos a que se pode antepor o artigo masculino; do outro, os femininos – todos a que se pode antepor o artigo feminino).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O gênero dos substantivos é imanente, isto é, faz parte da constituição de cada substantivo, quer esteja isolado, quer esteja integrado em contexto linguístico, pois surge no momento da concepção do ser a que se refere. Pode-se dizer, inclusive, que o substantivo tem gênero (masculino ou feminino, dependente ou não de um determinante) e que o adjetivo não tem gênero, mas flexiona-se em gênero (masculino ou feminino, sempre dependente do substantivo a que se refere).

Quanto à formação de palavras do gênero feminino nos substantivos e nos adjetivos, pode-se dizer que ambos os processos constituem uma variação ou flexão (no sentido lato: “ato de curvar, de dobrar, de flectir”) em si, mas que se distinguem, de acordo com os conceitos gramaticais de derivação e flexão ou, pelo menos, deveriam distinguir-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BOTELHO, José Mario. *O gênero imanente do substantivo no português*. Rio de Janeiro: Botelho, 2004.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *Dispersos*. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____. *Princípios de linguística geral*. 7. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

_____. *Problemas de linguística descritiva*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

HERCULANO DE CARVALHO, José G. “Subseção do verbete GÊNERO (“Gram,”)”. In: *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, V. 9, 1969, p. 320-3.

_____. *Teoria da linguagem: natureza do fenômeno linguístico e a análise das línguas*. Vol II, 4. Imp. Coimbra: Coimbra, 1984.

MACEDO, Walmírio. *Elementos para uma estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

MATTHEWS, P. H. *Morphology: An Introduction to the Theory of Word-Structure*. London: Cambridge University Press, 1974.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

SANDMANN, Antônio. José. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

**OBJETO NULO, CLÍTICO E PRONOME PLENO
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Evanice Ramos Lima Barreto (UFBA/FACE)
evanyce@ig.com.br

RESUMO

O fenômeno do objeto nulo é predominante no português brasileiro. Ao seu lado, no entanto, convivem duas variantes, no que se refere ao objeto anafórico: o pronome pleno e o clítico. De acordo com Omena (1978), Tarallo (1983) e Duarte (1986), os clíticos acusativos de 3ª pessoa não fazem parte do nosso vernáculo e o seu uso está condicionado ao aprendizado escolar, ao grau de instrução do falante, à escrita e ao estilo formal. Partindo desse pressuposto, esse estudo pretende mostrar, a partir da análise de peças teatrais, letras de músicas e textos produzidos por alunos, a incidência desses três fenômenos, bem como os fatores que favorecem o seu uso no português brasileiro corrente.

Palavras-chave: Objeto nulo. Clítico. Pronome pleno.

1. Considerações iniciais

O objeto nulo é um fenômeno que tem sido objeto de estudos e análises de vários linguistas, os quais, inspirados no trabalho desenvolvido por Huang, vêm propondo diversas hipóteses explicativas a respeito desse fenômeno.

Analisando a língua chinesa, Huang (1984), propõe que o objeto nulo seja uma variável, caracterizada pelos traços [-anafórico/ -pronominal], sendo este último aquele que sustenta a sua argumentação. Baseando-se nessa concepção, Raposo (1986) observa que, no português europeu, o objeto nulo também é uma variável, pois só ocorre, nesta língua, em sentenças cuja estrutura é SVO, com formas verbais simples do indicativo.

Estudando este fenômeno no português brasileiro, Galves (1989) mostra que o objeto nulo possui caráter de *pro*, visto que, nesta língua, ele pode ocorrer em ilhas sintáticas. Posteriormente, Kato (1993) reconhece essa característica do objeto nulo, mas salienta que, nesta posição, *pro* é sempre 3ª pessoa e é favorecido pelo traço [-animado].

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Estudos diacrônicos desenvolvidos por Cyrino (1993), Pagotto (1992, 1994) e Nunes (1993) procuram explicar os fatores que determinaram o desaparecimento do clítico. Tais estudos mostram que o fenômeno do objeto nulo está relacionado estritamente à queda dos clíticos no português brasileiro. Em contrapartida, estudos realizados por Duarte (1986), Tarallo (1983) e Omena (1978) demonstram que os clíticos acusativos de 3ª pessoa não fazem parte do nosso vernáculo e o seu uso está condicionado ao aprendizado escolar, ao grau de instrução do falante, à escrita e ao estilo formal.

É evidente que o fenômeno do objeto nulo é predominantemente no português brasileiro, porém, ao seu lado convivem duas variantes, no que se refere ao objeto anafórico: o pronome pleno e o clítico. Através desse estudo, pretendemos mostrar, a partir da análise de textos, que melhor representam o português brasileiro atual, a incidência desses três fenômenos, bem como os fatores que favorecem o seu uso no PB corrente. Assim, no primeiro momento, tentaremos definir o fenômeno do objeto nulo; no segundo, descreveremos os documentos e a metodologia utilizados nesse estudo; por último, apresentaremos os resultados obtidos e analisaremos os três fenômenos sintáticos, com base nas hipóteses teóricas desenvolvidas por Duarte e Tarallo.

Convém ressaltar que, nesse trabalho, não pretendemos esgotar o tema fazendo uma análise exaustiva, apenas pretendemos elucidar algumas observações feitas a partir da identificação e descrição dos fenômenos em estudo.

2. O objeto nulo e sua origem

Em uma proposta de trabalho do fenômeno do objeto nulo na língua portuguesa corrente no Brasil, faz-se necessário considerar o que é o objeto nulo, bem como os aspectos diacrônicos e sincrônicos que o favorecem. O objeto nulo é um fenômeno sintático que corresponde ao não preenchimento do objeto direto numa sentença. Segundo Cyrino (1996, p. 221), este fenômeno corresponde a *uma posição de objeto direto que é fonologicamente nula*.

A GT afirma que os pronomes oblíquos são aqueles que fun-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cionam como complemento do verbo e devem ser empregados para substituir as pessoas do discurso. Entretanto, o que observamos na fala brasileira é uma recusa ao emprego destes, principalmente dos clíticos acusativos *o, a, os, as*. Em importante trabalho, Tarallo (1990) apresenta os resultados quantificados em relação à presença do clítico acusativo no português brasileiro em cinco momentos históricos. Na tabela a seguir, reproduziremos a porcentagem de preenchimentos do objeto direto apresentado por Tarallo.

1727	1775	1825	1880	1982
89,2 %	96,2 %	83,7 %	60,2 %	18,2 %

Dentre vários pressupostos teóricos, vêm-se destacando duas concepções a respeito desse fenômeno: a teoria da variação e a teoria gerativa. Defendendo a primeira, estão Omena, Tarallo, Duarte e Corrêa, enquanto a segunda é defendida por Galves, Cyrino e Kato. Todos são unânimes, no entanto, em concordar que o português brasileiro está passando por um processo de perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa.

De acordo com a teoria da variação, *os clíticos acusativos de terceira pessoa não fazem parte do vernáculo (no sentido de Labov, 1992) do português brasileiro* (NUNES, 1993, p. 207) e seu uso se encontra limitado à escola, à escrita e ao formalismo. Além disso, *nos contextos em que são usados, os clíticos acusativos de terceira pessoa não obedecem à distribuição dos demais clíticos* (NUNES, 1993, p. 207), como os de primeira pessoa, os quais, devido à cliticização da esquerda para direita, podem ocorrer no início da sentença. Entretanto, como inovação, no português brasileiro atual, já há uma cliticização da direita para a esquerda.

O português europeu moderno, porém não permite o uso do clítico em início de sentença, por isso, um indício da mudança, na direção da cliticização fonológica, é o uso do clítico nessa posição no português brasileiro atual. Em importante pesquisa, Cyrino (1990) mostra que houve um aumento do uso da próclise ao verbo no imperativo e ao verbo principal, do século XVIII para o século XX em 100%. Tal aumento data da primeira metade do século XIX. Tendo as crianças adquirido um sistema de cliticização fonológica da esquerda para a direita, o *onset* da sílaba dos clíticos acusativos não

poderia ser licenciado. Para Nunes (1993, p. 216), as crianças, numa situação como esta,

poderiam reanalisar os clíticos como sílabas sem *onset*, poderiam reformular o sistema fonológico introduzindo novas maneiras para licenciar o *onset* da sílaba dos clíticos, ou poderiam adquirir uma gramática sem clíticos acusativos de terceira pessoa.

Assim, conclui:

Minha hipótese é que, entre introduzir novas regras para licenciar o *onset* da sílaba dos clíticos e adquirir uma gramática sem clíticos de terceira pessoa, as crianças do início do século optaram por esta última possibilidade. (NUNES, 1993, p. 216).

Cyrino (1996), por sua vez, considera a segunda metade do século XIX o período provável do aparecimento do objeto nulo, momento em que o pronome forte passa, também, a ocupar a posição de objeto direto.

3. Caracterização do corpus

Para a seleção dos dados, foram escolhidas redações de alunos do Ensino Médio, peças de teatro e letras de músicas, os quais reproduzem muito bem a língua portuguesa corrente no Brasil. Assim, de cada tipo de documento, foram tomadas 50 ocorrências, compreendendo um total de 150 dados.

Os textos (redações) apresentam estruturas narrativa e dissertativa e foram produzidos por alunos da 1ª série do Ensino Médio de um colégio da rede pública, cuja turma é composta de alunos da zona rural e da zona urbana, os quais se encontram na faixa etária entre 15 e 18 anos.

As peças de teatro escolhidas foram produzidas em diferentes épocas e possuem características diferentes: *A Moratória* (1955)³², de Jorge de Andrade, apresenta uma linguagem mais formal e é direcionada ao público adulto; *A Serpente* (1978), de Néelson Rodrigues, apresenta uma linguagem mais coloquial e é direcionada também ao

³² Neste trabalho, utilizamos a 3ª edição da peça *A moratória*, publicada em 1973, pela editora Agir.

público adulto; *O pintor* (1987), de Lygia Bojunga, também apresenta linguagem coloquial, porém, é direcionada ao público infanto-juvenil. As letras de músicas são populares; algumas são românticas, outras, de caráter político-filosófico, porém, todas refletem a linguagem oral, cotidiana, descomprometida com o formalismo.

4. Descrição dos fenômenos

Na seleção dos dados, foram considerados três tipos de variações do objeto direto anafórico: o objeto nulo, o pronome pleno e o clítico. Tais variações convivem, hoje, hierarquicamente no português brasileiro, sendo a segunda considerada a forma estigmatizada pela gramática. Prova disto são as letras de músicas baianas que exploram a sonoridade (cacofonia) provocada pela combinação de algumas formas verbais com o pronome lexical, gerando humor e risos:

(1) *Eu canto pra ela/ porque amo ela/ a mu' ela/.*

(2) *Eu vi ela/ vi'ela / e ela tinha dado um beijo.*

(3) *Se eu pudesse amá-la-ia/ mas não posso amar ela / ama'r ela/ sem amor...*

Certo é que o pronome pleno vem ganhando espaço dentro da língua portuguesa brasileira, em detrimento do clítico, embora ainda seja o objeto nulo a estratégia preferida pelos falantes. Assim,

as garras da norma gramatical encontram, no momento, certas dificuldades para garantir o uso do clítico na fala espontânea, mas, por sua vez, o ele acusativo garante seu lugar em configurações complexas (TARALLO; DUARTE, 1988, citado por SILVA, 1993).

A tabela a seguir mostra a porcentagem de ocorrência desses fenômenos nos documentos selecionados para este estudo:

Documentos	Redações	Peças teatrais	Letras de músicas
Objeto nulo	60%	55,2%	64%
Pronome pleno	10%	31,5	24%
Clítico	30%	10,5%	12%

Analisando os dados em sua totalidade, observamos que o fenômeno do objeto nulo tem ocorrência em 60,8% nos documentos, enquanto o pronome pleno realiza-se em 19,3%. O clítico, por sua

vez, aparece em 18,1% dos dados.

Segundo Tarallo e Duarte (1988), existem três aspectos linguísticos que determinam a escolha dessas variantes: a estrutura oracional, a forma verbal e o traço [\pm animado] do objeto direto. A estrutura SVO, a forma verbal simples e o traço [+ animado] do objeto favorecem o uso do clítico; as estruturas sintáticas complexas e o traço [+ animado] privilegiam o uso do pronome pleno; já o traço [- animado] do verbo favorece a realização do objeto nulo.

Nas redações dos alunos do ensino médio, o objeto nulo é predominante em estruturas com formas verbais simples do indicativo, atingindo um percentual de 66,6%, como atestam os exemplos a seguir:

- (4) *Eu estava sentado ao lado do Ricardo, mas não ϕ vi.*
- (5) *A mãe gostava de fazer tranças no cabelo dela e ϕ enfiava com fitas coloridas.*
- (6) *Trabalho está difícil, mas creio que assim ϕ conseguirei.*
- (7) – *Você viu sua mãe ontem?*
– *Não. E vi ϕ na semana passada.*

Como podemos observar, embora o traço [+ animado] do objeto favoreça o uso do clítico ou do pronome pleno, há situações em que o brasileiro opta pelo objeto nulo, como ocorre nas sentenças (4) e (7), em que aparece a forma verbal *vi*.

Em sentenças com formas verbais no infinitivo, cujo objeto tem o traço [-animado], o objeto nulo se revela em 33,5 % das ocorrências, nas redações dos alunos do ensino médio. Assim, temos:

- (8) *A vida é uma maravilha para quem quer enxergar ϕ .*
- (9) *A vida é um mar de rosas quando sabemos aproveitar ϕ .*
- (10) *O armário está mudando de cor; tem que guardar ϕ em outro lugar.*

O uso do clítico se revela em 66,3% dos dados extraídos dos textos com estrutura dissertativa, enquanto nos textos com estrutura

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

narrativa, ele se realiza em 33,7%. O traço [+ animado] e a forma verbal simples do indicativo favoreceram o uso do clítico nesses textos, sendo muito comum em sentenças do tipo:

(11) ... *enquanto sua mulher o respeita e o trata bem.*

(12) ... *e só o encontrou no outro dia.*

Apesar disto, timidamente, o clítico se realizou em sentenças com a forma verbal no infinitivo e com o traço [- animado] do objeto:

(13) *Devemos amar as árvores como amamos a nossa vida, porque amá-las é compreender a vida.*

O pronome pleno, por sua vez, apresenta-se com o menor percentual nos textos dos alunos (10%) e só se ocorreu em estruturas sintáticas complexas do tipo:

(14) *Ele precisa aprender a tratar ela como merece.*

(15) *Quando puder, vou trazer ela para casa.*

Ao contrário do que acontece nas redações dos alunos, nas letras de músicas, observamos o predomínio do objeto nulo nas construções de sentenças com o verbo no infinitivo e com o traço [- animado] tem 55,5% de ocorrência:

(16) ... *a lição sabemos de cor/ só nos resta aprender \emptyset .*

(17) *Não nos custa insistir/ Na questão do desejo/ Não \emptyset deixar se extinguir.*

(18) *Falo nesse chão da nossa casa / Vem que tá na hora de arrumar \emptyset .*

Em contrapartida, o objeto nulo ocorre em 44,4% com a forma verbal simples e o traço [- animado] do objeto, em sentenças do tipo:

(19) *Um amor assim delicado/ Você \emptyset pega e \emptyset despreza.*

(20) *Te abraço e sinto coisas que eu não sei dizer/ Só \emptyset sinto com você.*

(21) *Você me deixa a rua deserta/ Quando \emptyset atravessa e*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

não olha pra trás.

(22) *Vem, vamos embora/ que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora/ não \emptyset espera acontecer.*

O clítico, nas letras de músicas, foi detectado apenas naquelas escritas por autores consagrados da MPB, geralmente as letras que não são do *gosto popular*, por apresentarem figuras metafóricas de difícil compreensão, ou seja, aquelas que não reproduzem a linguagem coloquial:

(23) *Meu amor/ é bonito e singelo/ e o destino mais belo/ é torná-lo maior.*

(24) (...) *guerreiros são meninos/ no fundo do peito (...)/ precisam de um sono que os torne refeitos.*

(25) (...) *aqui vive um povo que cultiva a qualidade/ ser mais sábio que o quer governar.*

Até mesmo nas letras mais antigas, como as de Lupicínio Rodrigues, por serem direcionadas ao chamado *povão*, percebemos a não realização do clítico:

(26) (...) *quanto \emptyset adorei tempos atrás.*

(27) *Nunca/ quando a gente perde a ilusão/ deve sepultar o coração como \emptyset eu sepultei.*

Considerando o pronome pessoal de tratamento *você* um pronome pleno, quando realizado como objeto direto anafórico, analisamos a sua ocorrência nas letras de músicas, sendo mais evidente nas chamadas *baladas românticas* e *nos pop rocks*. Observamos que, nestas, os pronomes fortes *ele /ela* perdem na disputa pela posição de objeto anafórico. Comprovamos apenas uma realização nas letras selecionadas:

(28) *Sempre estar lá e ver **ele** voltar.*

No entanto, *você* ganha a preferência dos autores mais contemporâneos, como observamos nas sentenças a seguir:

(29) *De coração pra coração/ Quero **você** não dá mais pra esconder.*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(30) *Perigo é ter você perto dos olhos/ Mas longe do coração.*

(31) *Desculpe o auê/ Eu não queria magoar você.*

(32) *E me ama como eu amo você.*

Nas peças teatrais que evidenciam a preferência pelo objeto nulo, este é observado em formas simples em 57,1 % dos dados:

(33) *Levante-se, meu filho. Seu pai já \emptyset chamou.*

(34) *Olha aqui, beba \emptyset .*

(35) – *Faz \emptyset pra mim! Faz \emptyset de novo aquele pedaço da tua vida pra mim.*

– *Ah! Faz \emptyset . Faz \emptyset .*

A realização do objeto nulo em sentenças com verbos no infinitivo revelou-se em 42,8% das ocorrências:

(36) (...) *enchiam de queijos um carro de bois e iam vender \emptyset na cidade mais próxima (...).*

(37) – *Não misture meus figurinos.*

– *Queria arrumar \emptyset .*

(38) *Diz agora que és puta. Diz que eu quero ouvir \emptyset .*

(39) *Coei o café para você. Venha tomar \emptyset .*

Das três peças analisadas, o objeto nulo teve preferência em duas. Em *A moratória*, enquanto o objeto nulo atinge um percentual de 92,3%, o clítico atinge 7,7%. Como pronome pleno é a variante estigmatizada e por ser esta uma peça cujo texto é influenciado pela normatização da língua, este fenômeno não se realiza nesse documento. Como se sabe, o objeto nulo é favorecido pelo traço [-animado] do objeto, porém, nesta obra, o mesmo pode ser observado até mesmo em sentenças cujo objeto direto anafórico possui o traço [+animado] (cf. sentença (3)).

Em *A serpente*, obra que traduz os costumes populares sem pudores e apresenta linguagem vulgar, o objeto nulo tem 50% de o-

corrência; o pronome pleno e o clítico atingem o mesmo percentual, ou seja, ambos atingem 25% dos casos.

Interessante é notar que o clítico e o pronome pleno disputam, nesta peça, em igualdade, a posição de objeto anafórico, realizando em sentenças do tipo:

(40) *Se vier como veio hoje, eu o mato.*

(41) *Se você quiser mais do que a noite que já teve, eu mato você.*

Neste último caso, consideramos o pronome de tratamento você (2ª pessoa indireta) um pronome pleno, por ser este um pronome de 3ª pessoa gramatical, o qual requer *os termos a ele relacionados* (verbo, pronome oblíquo e possessivo) na 3ª pessoa (Luft, 1989, 117). Nesta sentença, então, o pronome clítico anafórico correspondente seria *o*, o qual não é empregado.

Na peça *O pintor*, o objeto nulo também se realiza em 25% das ocorrências, enquanto o pronome pleno se revela em 75% dos casos estudados. Acreditamos que, por ser esta uma obra direcionada ao público jovem, o qual tem preferência por uma linguagem descomprometida com o formalismo, o clítico não é usado pela autora.

As formas verbais simples do modo indicativo, a estrutura SVO e o traço [+ animado] favorecem o uso do clítico, entretanto, convém observar que, nesta peça, o pronome pleno se realiza até mesmo em sentenças que apresentam essas características:

(42) *Você conhece ela?*

5. Considerações finais

Comparando os três documentos, notamos que o objeto nulo tem mais incidência nas letras de música e a menor, nas peças de teatro; o pronome pleno (a forma mais estigmatizada) tem a menor realização em peças teatrais e em letras de músicas, ganhando apenas a disputa com os demais fenômenos, como presumíamos, em textos dos alunos, os quais devido à influência da escola, que privilegia a forma padrão, preservam o clítico em suas produções escritas, embo-

ra não o empreguem na modalidade oral.

O objeto nulo constitui-se, assim, numa *estratégia de esquiva*, como bem afirma Silva (1993). Embora a escola insista em preservar o clítico na língua, fica evidente que seu uso restringe-se aos contextos mais formais no que se refere á oralidade e, no que tange à escrita, restringe-se apenas aos textos dissertativos, visto que, em letras de músicas ou em textos literários, há preferência pelo objeto nulo e pelo pronome pleno.

No entanto, acreditamos que, embora possamos falar em processo de desaparecimento do clítico, não podemos ainda dizer que houve uma mudança acabada, visto que, quer por influência da escrita, quer por exigência dos contextos formais da língua, este fenômeno ainda está presente na sintaxe do português brasileiro atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Jorge. *A moratória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1973.
- CANTUÁRIA, V. *Sutis diferenças*. São Paulo: EMI, 1984.
- CHICLETE COM BANANA. *Banana coral*. São Paulo: RCA, 1994.
- CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança no português do Brasil: objeto nulo e clítico. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: EDUCAMP, 1993.
- _____. O objeto nulo no português brasileiro. DELTA n° 2. EDUC, 1996 (Vol. 12)
- DUARTE, M. E. L. Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 1996.
- FAGNER, R. *Sucessos de Fagner*. Rio de Janeiro: CBS/Sony Music, 1989.
- GALVES, C. C. Objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n° 17, 1989.
- GUEDES, B. *Sol de primavera*. Rio de Janeiro: EMI, 1979.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- _____. *Contos da lua vaga*. Rio de Janeiro: EMI, 1981.
- JOANNA. *Primaveras e verões*. São Paulo: RCA, 1989.
- LEE, Rita. *Bombom*. Rio de Janeiro: Som Livre, 1983.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- MPB4. *Melhores momentos*. Rio de Janeiro: CID CD, 1999.
- NASCIMENTO, M. *Notícias do Brasil*. Alemanha: Tropical Music, 1992.
- NENHUM DE NÓS. *Cardume*. São Paulo: BMG/Ariola, 1989.
- NUNES, Jairo. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: EDUCAMP, 1989.
- NUNES, Lygia B. *O pintor*. Rio de Janeiro: Agir, 1987. (Teatro)
- PAES, T.; KIKO. *Linda*. In: ROUPA NOVA. São Paulo: RCA, 1985.
- POSSI, Zizi. *Perigo*. Rio de Janeiro: Polygram, 1986.
- RODRIGUES, L. *Gravações originais*. Rio de Janeiro: Discos Copacabana, 1974.
- RODRIGUES, N. *A serpente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- SANTOS, Lulu. *Toda forma de amor*. São Paulo: RCA, 1988.
- SILVA, Rosa V. Mattos e. *Contradições no ensino do português*. São Paulo: Contexto, 1993. (Repensando a língua portuguesa)
- VANDRÉ, G. *Pra não dizer que não falei de flores*. Rio de Janeiro: Som Maior/RGE/Som Livre, 1979.
- VELOSO, C. *Queixa*. São Paulo: Philips, 1982.
- _____. *Uns*. São Paulo: Philips, 1983.
- TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

PANORAMA HISTÓRICO DA LÍNGUA GREGA

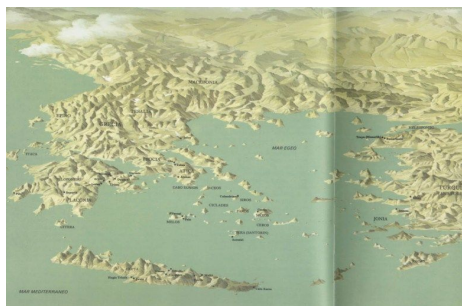
Nilsa Areán-García (USP)
nilsa.arean@gmail.com / nilsa.garcia@usp.br

RESUMO

Sabe-se da grande importância da Grécia durante a Antiguidade, como também que o grego veio a ser uma língua de prestígio e franca neste período, tendo atingido uma vasta área geográfica de atuação. Embora, posteriormente, Roma tenha suplantado o domínio helênico, a cultura grega e sua língua continuaram a exercer grande influência e fascínio sobre os romanos cultos e o latim clássico, que nos chega até os dias de hoje por meio de sua atualidade nas formações lexicais.

Palavras-chave: Língua grega. História da língua grega. Influências do grego.

A língua grega faz parte da família das línguas indo-europeias, ainda que em seu léxico haja muitos empréstimos que notadamente não sejam do indo-europeu. Pode-se seguir o desenvolvimento da língua grega durante um longo período: desde os primeiros traços em sua época micênica até o grego moderno, o que fornece um percurso de mais de três mil anos de uma história política e cultural, nos quais se manteve uma língua falada, que se desenvolveu desde os seus primórdios até os dias de hoje, e ainda continua a seguir sua trajetória de desenvolvimento.



Mapa 1: Primeiras civilizações gregas³³

³³Adaptação do mapa disponível em www.pais-global.com.ar/oh/oh14.htm

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

De acordo com Buck (1952, p. 15-16), os primeiros gregos chegaram à península helênica provenientes do norte, por volta de 2.000 a. C. e lá se estabeleceram, bem como nas ilhas que a rodeiam. Entretanto, dos povos anteriores, conhecidos pelo nome de pelasgos, pouco se sabe, ainda que seus falares devam ter influenciado traços do grego e nele se contemplem como substrato. Sabe-se, entretanto, que antes da invasão da Península Balcânica, os povos que mais tarde foram chamados de gregos, situavam-se ao norte desta onde tiveram contato com várias línguas indo-europeias. Porém, também depois da ocupação do território, limitou-se o contato com povos de línguas similares e de fronteira, ilírios e trácios, que segundo Heródoto (5, 3, 1), citado por Buck (1952, p. 16), era o maior povo da época estendendo-se desde o mar Trácio até as vertentes meridionais dos Cárpatos e dali emigraram até a Ásia Menor dominando também sua costa, conforme o ilustrado no Mapa 1. Acredita-se que mais intensa tenha sido a influência dos povos que pertenciam ao grupo hitito-luvita do indo-europeu na formação da língua grega, pois na Ásia Menor, com os avanços da colonização “grega” houve um contato cada vez maior com os lídios, cários, lícios, cilícios e paflagões, todos pertencentes ao grupo linguístico anatólico ou hitito-luvita, conforme Hofmann, Debrunner & Scherer (1986, p. 32-35).

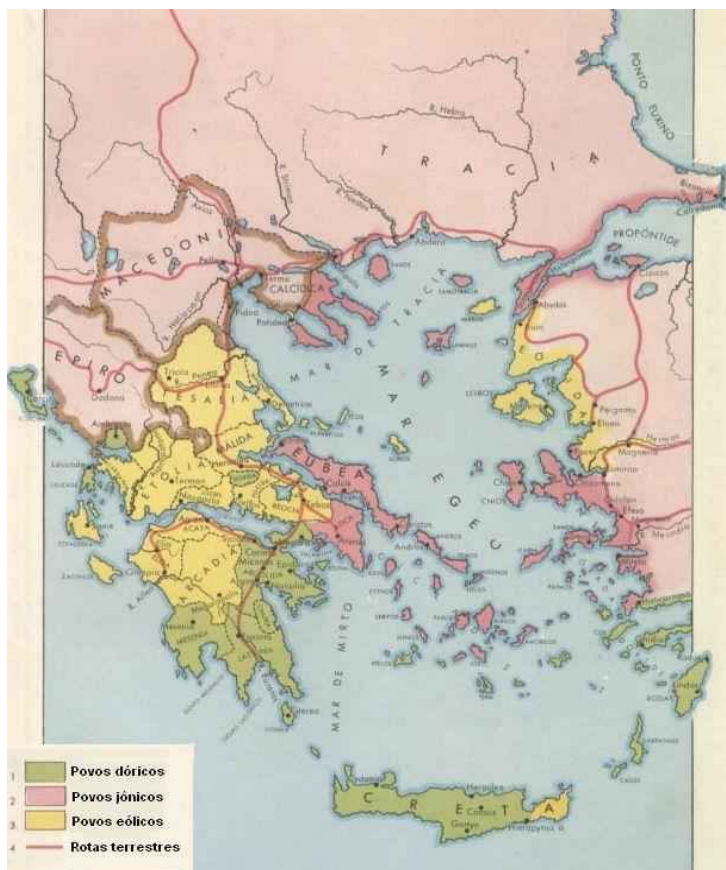
Escritas em grego estão as tábuas micênicas dos séculos XV a XII a. C., feitas em argila, que documentam os arquivos de palácios minoico-micênicos como o Cnossos e que detêm grande interesse de linguistas e historiadores. Segundo Meillet (1930, p. 16-51), no século VIII a. C., introduziu-se e adotou-se o alfabeto de origem fenícia, porém ligeiramente modificado. Na mesma época, a literatura grega começou com os poemas atribuídos a Homero, que foi um grande marco, não somente grego, como da literatura ocidental com a *Iliada* e a *Odisseia*. Desde então, as formas de expressão na cultura helênica foram sendo definidas: a épica, a lírica, a prosa historiográfica, a oratória, a filosofia e os tratados científicos, o teatro, especialmente as formas clássicas: tragédia e comédia. Entretanto, a língua grega usada nos testemunhos escritos é bastante complexa, pois houve uma grande variedade dialetal depois que os gregos se estabeleceram na península balcânica e confirmaram a separação de sua língua das demais indo-europeias. Conforme Pisani (1954, p. 4-8), podem ser distinguidos quatro grandes grupos dialetais do grego: jônico-ático,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

eólio, arcádio-chipriota e dórico que engloba também o grego do noroeste. Os três primeiros são geralmente agrupados na categoria chamada grego aqueu. O jônico era falado na Ásia Menor, nas ilhas Cícladas e na ilha Eubeia; o ático na Ática; o eólio na Tessália, Beócia, na ilha de Lesbos e no litoral da Ásia Menor; o arcádio na Arcádia e em algumas regiões do Peloponeso; o chipriota na ilha de Chipre; o dórico na maior parte do Peloponeso, nas ilhas colonizadas pelos dórios: Creta, Rodes, Cós, Terá e outras, bem como em muitas regiões do Sul da Itália, ou Magna Grécia, e na Sicília; o grego do noroeste era falado na região mais próxima ao mar Adriático, no Epiuro e zonas próximas. Para Meillet (1930, p. 73-109), o que é chamado de grego clássico é, em geral, o grego ático dos séculos V e IV a. C., ou seja, o que se usava em Atenas da época de Péricles, de Platão e dos oradores e dramaturgos. A variante ática teve um predomínio sobre as demais devido ao papel exercido por Atenas como a cidade da democracia, do teatro e da filosofia, durante a sua hegemonia política. Mesmo depois de perder a importância política, Atenas continuou a exercer grande influência cultural. Entretanto, a epica homérica e a primeira prosa grega foram escritas em jônico.

Houve, então, uma divisão geográfica dialetal devida à distribuição dos povos gregos que colonizaram as diversas zonas helênicas, mostrada no Mapa 2. Houve também a utilização das variantes de acordo com as convenções literárias, que impuseram aos vários gêneros uma ou outra forma. Por exemplo, Hesíodo era da Beócia, mas compôs os seus poemas em jônico. Píndaro, também da Beócia, compôs suas odes em dórico. Apesar das diferenças dialetais, a língua permitia a relação entre todos os gregos, mas, os dialetos acabaram desaparecendo com a extensão de seu uso no âmbito comercial e como veículo cultural e de expansão do Império.

Essa língua comum grega, ou *koiné*, que havia sido formada sobre o ático, mas com características do jônico e dórico, se consolidou como uma língua franca da época e do então Império Helênico, de acordo com Pisani (1954, p. 46-70).

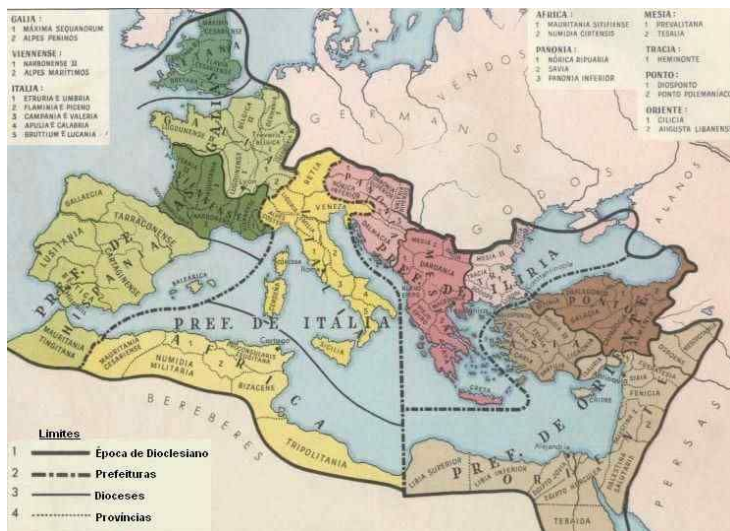


Mapa 2: Divisão política da Grécia Antiga³⁴

Sabe-se que na Antiguidade houve um período de auge heleenístico com a expansão da cultura helênica e da *koiné* grega como língua franca, em todo o imenso domínio nas costas mediterrâneas, conforme o Mapa 3: no norte da África, no Egito (como língua oficial) e no Oriente Médio até as fronteiras da Índia, por meio das guerras de conquistas e colonizações, promovidas em sua maior parte por

³⁴ Adaptação do mapa disponível em www.pais-global.com.ar/mapas/mapa09.htm

são do Império Romano, como pode ser visto no Mapa 4, principalmente após Constantino, levou a uma forte retomada de termos do grego com o uso da bíblia mesmo depois de sua tradução para o latim. Os termos gregos foram mantidos pela Igreja Católica até hoje por intermédio do latim eclesiástico.



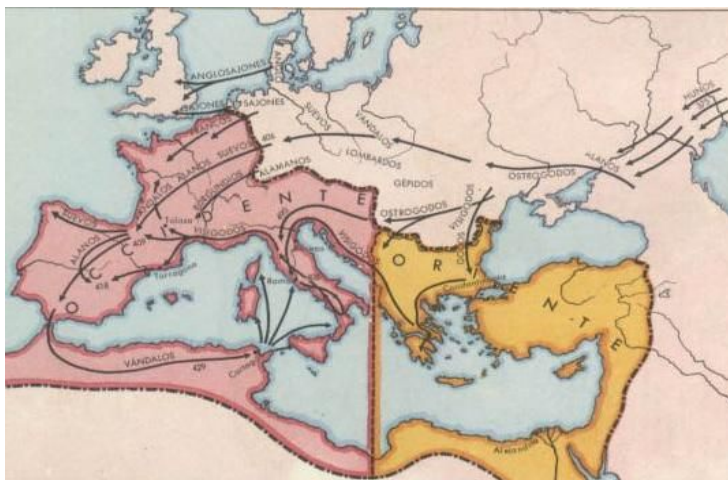
Mapa 4: O Império Romano³⁶

A *koiné* grega também era a língua que os filósofos, mercadores e governantes do Oriente utilizavam durante o Império Romano. Mesmo os romanos escreviam em *koiné* na zona oriental do Império. Em Roma, estudava-se o grego nas famílias patricias, pois era a língua da filosofia e ciência. É curioso notar que o Imperador Romano Marco Aurélio escreveu os seus *Soliloquios* em grego, pois era língua de grande prestígio, mesmo no Império Romano do Ocidente.

Entretanto, não só a religião e a fraca latinização do Oriente foram os responsáveis pela importância da cultura grega. Os mais diversos fatores, como por exemplo, que muitos dos escravos feitos pelos romanos eram helênicos cultos, ajudaram nesta disseminação

³⁶ Adaptação do mapa disponível em www.pais-global.com.ar/mapas/mapa15.htm

de termos gregos no latim. A cultura grega aparece em todos os campos da civilização de Roma: na poesia, mitologia, oratória, escultura e arquitetura. Na filosofia romana também houve grande influência das ideias filosóficas gregas, com discípulos das suas escolas de filosofia: cínicos, epicuristas, estoicos, pitagóricos, platônicos. Os romanos mais destacados sempre viajavam à Grécia para se educar, ou tinham professores gregos, como também, estudavam as artes helênicas continuando-as em versões latinas. A própria língua latina possui uma estrutura gramatical e sintática, em casos, muito similar à grega. Então, de certa forma, os romanos souberam absorver e adaptar grande parte da cultura helênica na formação de seu Império, por isso o termo greco-latino, relativo à cultura. Apesar de não se usar o mesmo termo em relação à língua, houve também um determinado grau de absorção e adaptação do grego no latim.

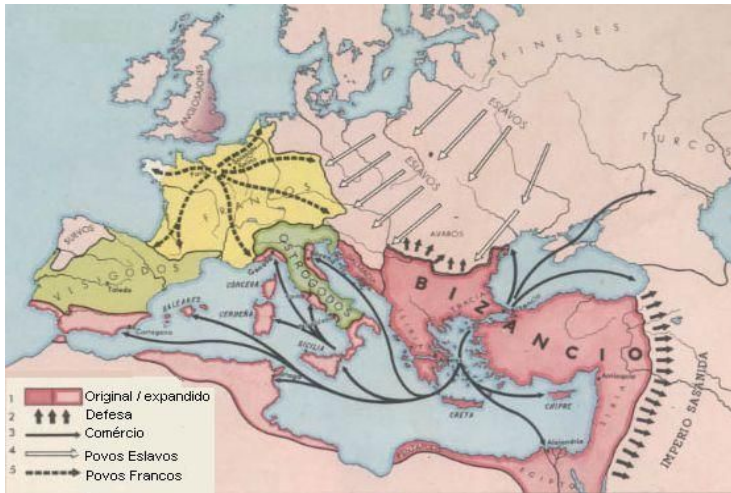


Mapa 5: A divisão do Império Romano³⁷

Desde que Constantino mudou a capital do Império Romano para Constantinopla, em 330, até a conquista desta pelos turcos otomanos em 1453, o centro do poder político e cultural helênico passou a ser esta capital. Depois de Teodósio, quando deixou de ser o centro

³⁷ Adaptação do mapa disponível em www.pais-global.com.ar/mapas/mapa16y17.htm

de todo o Império Romano com a divisão (conforme o Mapa 5 a título de ilustração), para ser o centro do Império Oriental, a cidade de Constantino, Constantinopla, Bizâncio ou Istambul, continuou a exercer grande influência helênica na região. Ainda depois da queda de Roma e do Império Romano do Ocidente em 476, como se pode constatar no Mapa 6, o Império do Oriente ainda perdurou por quase mil anos mais, mesmo que suas fronteiras tenham sido reduzidas, suas relações com o mundo ocidental tenham sido dificultadas e a Igreja Católica, uma das fontes de irradiação do grego, tenha sido dividida em Romana e Ortodoxa.



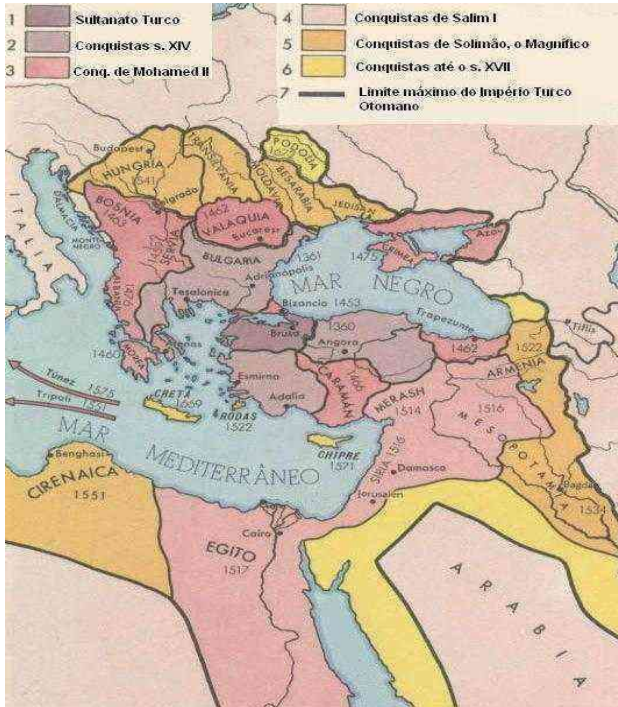
Mapa 6: A queda do Império Romano do Ocidente³⁸

Também o Império Árabe foi transmissor de parte do legado helênico, por meio de suas versões nos livros de medicina, astronomia, geometria, álgebra, ciências, e mesmo em meio à sua expansão com a “Guerra Santa”, ainda que com menores proporções foi mantido o Império Bizantino, conforme se pode observar no Mapa 7. Não obstante, o grego foi praticamente esquecido no Ocidente durante a Idade Média e somente relembrado no período do Renascimento, após a tomada de Constantinopla pelos turcos-otomanos.

³⁸ Adaptação do mapa disponível em www.pais-global.com.ar/mapas/mapa19.htm

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

nova Grécia. O grego moderno, em certa medida, é considerado a continuação da *koiné* que perdurou e se modificou durante o período do Império Alexandrino e do Império do Oriente, como também durante o período em que quase desapareceu pelas perseguições dos turcos-otomanos e outros povos.



Mapa 8: A expansão do Império Turco⁴⁰

Pode-se dizer que, dessa maneira, em última análise, o Humanismo recuperou no Ocidente a cultura helênica que culminou na corrida pelo saber, nas Universidades e na base para a tecnologia dos últimos séculos. Neste afã de estudar o panorama do grego, começaram os estudos de filologia clássica, com ensino da língua grega em

⁴⁰ Adaptação do mapa disponível em www.pais-global.com.ar/mapas/mapa42.htm

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

centros de excelência, analisando os termos gregos, introduzidos através do latim. Assim, o grego chegou aos dias de hoje sendo utilizado, muitas das vezes, como a língua da terminologia especializada e científica atual, declarando o quanto, segundo López-Eire (2003), é imprescindível conhecê-la para real e profundamente entender, pelo menos em parte, os aspectos culturais e linguísticos das atuais línguas românicas.

Não obstante a importância da influência da língua grega na formação da latina, e esta na formação das línguas românicas veiculando-a, segundo Piel (1989, p. 14), a influência da língua grega, veiculada pelo latim, foi muito mais intensa no período Humanista e, desde então, continua até os dias de hoje com vasta importância na formação lexical “sendo porventura a língua portuguesa entre as românicas a que maior rendimento tirou e continua a tirar deste inesgotável manancial que são as línguas clássicas.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSETTO, Bruno F. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2001.
- BUCK, Carl Darling. *Comparative grammar of greek and latin*. Chicago: The University Chicago Press, 1952.
- HOFMANN, O.; DEBRUNNER, A.; SCHERER, A. *Historia de la lengua griega*. (título original: Geschichte der griechischen Sprache; traductor al castellano: Sánchez Pacheco). Madri: Gredos, 1986.
- LÓPEZ-EIRE, Antonio. Una ejemplar historia de la lengua: la historia de la lengua griega. In: *La langue grecque et son histoire*. Atenas: Centre de la Langue Grecque, 2003, p. 101-106.
- MEILLET, A. *Aperçu d'une histoire de la langue grecque*. Paris: Hachette, 1930.
- PIEL, J. M. *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- PISANI, Vittore. *Breve historia de la lengua griega*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias – Universidad de la República, 1954.

**TOPONÍMIA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA:
MARCAS DA CULTURA
DOS PRIMEIROS DESBRAVADORES
NA NOMENCLATURA GEOGRÁFICA ACREANA**

Alexandre Melo de Sousa (UFAC)
alex-uece@hotmail.com

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é discutir alguns aspectos referentes à toponímia dos seringais e colocações acreanas, num enfoque etnolinguístico. Prioriza-se investigar os nomes que tiveram como fator de influência motivacional a realidade sócio-histórico-cultural do grupo humano que nomeou o espaço, embora não se deixe de pontuar, ainda que panoramicamente, os designativos motivados por fatores físicos.

1. Considerações iniciais

No presente artigo objetiva-se discutir alguns aspectos referentes à toponímia dos seringais e colocações acreanas, num enfoque etnolinguístico. Prioriza-se investigar os nomes que tiveram como fator de influência motivacional a realidade sócio-histórico-cultural do grupo humano que nomeou o espaço, embora não se deixe de pontuar, ainda que panoramicamente, os designativos motivados por fatores físicos. Pretende-se, num âmbito geral, verificar de que forma ocorre a inter-relação língua – homem – cultura no ato de nomear os referidos acidentes humanos.

Quando nos propomos estudar a cultura e/ou o conjunto de valores de uma sociedade temos, antes de tudo, que fazer um estudo centrado na língua – já que é através dela que são revelados os pensamentos e os costumes dos diferentes grupos humanos. A língua “traduz toda uma cultura, traduz todo um universo peculiar com suas implicações psicológicas e filosóficas que é preciso alcançar para enriquecimento da experiência” (BORBA, 1984, p. 07). Exemplo disso é o estudo dos designativos escolhidos pelos grupos sociais para nomear o espaço e os elementos físico-geográficos que os cercam. A

disciplina que se ocupa do estudo de nomes próprios de lugares é a toponímia.

Cabe à toponímia estudar a procedência da significação dos nomes dos lugares, levando em consideração aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que tenham influenciado sua escolha. Portanto, o campo de investigação toponímica não se limita ao aspecto linguístico ou etimológico.

2. O conceito: ciência toponímica

Ao designar um lugar com um nome, estabelece-se uma relação binômica, ou seja, uma conexão entre o acidente geográfico (o rio, o igarapé, o município, o seringal etc.) e o nome atribuído a ele, em que as partes formam um todo representativo. Nesse ato de nomeação, diferentes fatores interferem (influenciam, motivam) na escolha do denominativo, tanto de ordem físico-ambiental (as características do próprio acidente), quanto de ordem antropocultural (a cosmovisão do grupo humano).

Como disciplina, a toponímia estuda os nomes próprios de lugares (os nomes geográficos) denominados de topônimos. Os especialistas nessa área têm apresentado diferentes conceituações para o referida ramo onomástico. Rostaing (1961 p. 07), por exemplo, conceitua a toponímia como uma ciência cuja finalidade é “investigar a significação e a origem dos nomes de lugares e também de estudar suas transformações”.

Salazar-Quijada (1985, p. 18), por sua vez, concebe a toponímia como o “ramo da onomástica, que se ocupa do estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que permitiram e permitem que um nome de um lugar se origine e subsista”.

E Dick (1990, p. 36), por sua vez, define a toponímia como “um imenso complexo linguocultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente”. Para ela, apesar desse caráter eclético da disciplina, que parece inicialmente se chocar com o pensamento de Charles Rostaing, que via na linguística o “princípio essencial da toponímia”, não há contradi-

ção entre as duas posições. A toponímia, em sua feição intrínseca, “deve ser considerada como um fato do sistema das línguas humanas”.

3. Topônimo: aspectos formais e funcionais

Como foi dito anteriormente, a toponímia possui como eixo central de seus estudos o signo toponímico (nome próprio de lugar), que é o signo linguístico na função de indicador ou identificador de um espaço (acidente) geográfico. Nessa função, segundo Dick (1980, p. 290), o topônimo representa “uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica (ou transparência) de seu significado”.

Segundo Isquierdo (1997, p. 33), contudo, a busca da motivação no signo toponímico não é tão simples. A pesquisadora reconhece essa complexidade afirmando que:

[...] a diversidade de influências culturais na formação étnica da população, como também, as especificidades físicas de cada região tornam dificultosa toda tentativa de explicação das fontes geradoras dos nomes de lugares e de acidentes geográficos. Em vista disso, o esclarecimento da origem de determinados topônimos fica na dependência da recuperação, não raras vezes, de fatores extralinguísticos como as características geosocioeconômicas de uma região e, conseqüentemente, as marcas étnicas e sociais da população habitante em tal espaço físico-cultural.

Sousa (2007a, p. 36), apoiado em Dick (1992), acrescenta que a motivação toponímica possui um duplo aspecto que transparece em dois momentos: “primeiramente, na intencionalidade do denominador ao selecionar o nome, na qual concorreriam circunstâncias de ordem objetiva ou subjetiva”, e em seguida na origem semântica da nomeação, no significado intrínseco a ela, que se revela de modo transparente ou opaco, apontando para as mais diversas origens.

Assim, considerando-se o nome próprio [de lugar] como fato da língua (como um signo linguístico que identifica e guarda uma significação precisa de aspectos físicos ou antropoculturais), o estudo toponomástico servirá como fonte de conhecimento da língua falada numa dada região e como recuperação de fatos físico-geográficos e/ou sócio-histórico-culturais, em parte ou em sua totalidade, por que passaram os povos que habitaram, temporária ou definitivamente a região pesquisada (Sousa, 2007a, p. 36).

Desse modo, no ato de nomeação, mecanismo influenciado externa ou subjetivamente, deixa transparecer nos topônimos pistas semânticas das mais diferentes procedências, tornando perceptível um estreito vínculo entre o objeto denominado e seu denominador.

4. *Categorias taxionômicas: motivação semântica*

O sintagma toponímico (ou topônimo) apresenta-se em formas e funções variadas. Estruturalmente, de acordo com Dick (1990, p. 10), o topônimo compreende dois elementos: o termo (elemento) genérico e o termo (elemento) específico. O primeiro corresponde ao nome do próprio acidente geográfico que será denominado; e o segundo, corresponde ao elemento que identifica; singulariza o acidente. Por exemplo, no sintagma “Seringal Alagoas”: “Seringal” é o termo genérico e “Alagoas”, o específico.

O aspecto funcional do sintagma toponímico, por sua vez, constitui sua principal característica. Em Dick (1990, p. 367), são apresentados os princípios teóricos de análise toponímica e uma discussão sobre dois planos de investigação – o diacrônico e o sincrônico – considerando que a investigação no âmbito do segundo plano, permite “o exame das séries motivadoras, que conduziram à elaboração das *taxes* toponímicas, vinculadas, de modo genérico, aos campos físico e antropocultural”.

Em outra obra, Dick (1992), a pesquisadora apresenta uma reformulação do modelo de classificação taxionômica para os topônimos – o primeiro modelo foi apresentado em Dick (1975) –, contemplando 27 (vinte e sete) *taxes*: 11 (onze) relacionadas com o ambiente físico – taxionomias de natureza física –, e 16 (dezesesseis) relacionadas com os aspectos sócio-histórico-culturais que envolvem o homem – taxionomias de natureza antropocultural. As referidas categorias taxionômicas são descritas e exemplificadas a seguir:

4.1. *Taxionomias de natureza física*

(a) *Astropotopônimos*: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex. Cruzeiro do Sul (AC);

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(b) Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex. Avenida Leste-Oeste (CE);

(c) Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex. Igarapé Preto (AC);

(d) Dimensiotopônimos: topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Barra Longa (MG);

(e) Fitotopônimos: topônimos relativos aos vegetais. Ex. Flores (PE);

(f) Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas. Ex. Morros (MA);

(g) Hidrotopônimos: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex. Cachoeirinha (RS);

(h) Litotopônimos: topônimos relativos aos minerais ao à constituição do solo. Ex. Areia (PB);

(i) Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. Chuvisca (RS);

(j) Morfotopônimos: topônimos relativos às formas geométricas. Ex. Volta Redonda (RJ);

(l) Zootopônimo: topônimos referentes aos animais. Ex. Cascavel (CE)

4.2. Taxionomias de natureza antropocultural

(a) Animotopônimos (ou nootopônimos): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex. Vitória (ES);

(b) Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Barbosa (SP);

(c) Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex. Coronel Ezequiel (RN);

(d) Corotopônimos: topônimos relativos a nomes de cidades,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

países, estados, regiões e continentes. Ex. Seringal Quixadá (AC);

(e) Cronotopônimos: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a). Ex. Nova Aurora (GO);

(f) Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações em geral. Ex. Chalé (MG);

(g) Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex. Jangada (MT);

(h) Etnotopônimos: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex. Capixaba (AC);

(i) Dirrematopônimos: topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos. Ex. Passa e Fica (RN);

(j) Hierotopônimos: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex. Capela (AL). Essa categoria subdivide-se em: (i) Hagiotopônimos: nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano. Ex. Santa Luzia (BA) (ii) Mitotopônimos: entidades mitológicas. Ex. Exu (PE);

(l) Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Plácido de Castro (AC);

(m) Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Ponte Alta (SC);

(n) Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Dois vizinhos (PR);

(o) Poliotopônimos: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Vila Nova do Mamoré (RO);

(p) Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. Pracinha (SP);

(q) Somatotopônimos: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal. Ex. Braço do Trombudo (SC).

Vale assinalar, ainda, as contribuições que outros pesquisadores brasileiros oferecem à proposta classificatória de Dick (1992). Isquierdo (1996), por exemplo, propõe uma subclassificação para a taxa dos animotopônimos: animotopônimos eufóricos (marca uma impressão agradável, otimista, ex. Seringal Alegria) e animotopônimos disfóricos (marca uma impressão desagradável, ex. Seringal Solidão).

Lima (1998), por sua vez, apresenta uma subdivisão para os hagiotopônimos: hagiotopônimos autênticos (nomes de inspiração religiosa, ex. Colocação São Mateus) e hagiotopônimos aparentes (nomes de inspiração política, ex. Rio São Luiz – homenagem a um padre).

Já em Francisquini (1998), encontra-se o acréscimo das seguintes taxas: acronimotopônimos (topônimos formados por siglas), estamatotopônimos (topônimos relacionados aos sentidos, ex. Seringal Vista Alegre), grafematopônimos (topônimos formados por letras do alfabeto, ex. Avenida D), higietopônimos (topônimos relativos à saúde, à higiene, ao estado de bem estar físico, ex.) e necrotopônimos (topônimos relativos ao que é ou está morto, à restos mortais, ex. Colocação Cova da Onça).

5. História e cultura acreana

Contar os episódios que formam a história acreana é contar a história do “descobrimento” da *hevea brasilienses* – a seringueira. Nenhum outro elemento pode simbolizar melhor a formação humana e territorial do Acre: foi a partir do produto extraído dessa árvore – o látex – que contingentes, cada vez maiores, de imigrantes foram ocupando a região, para o trabalho de extração e comércio do “ouro branco”, e, no contato com os povos indígenas (habitantes originários da região), formaram o homem acreano.

Inicialmente, a região foi ocupada por populações provenientes de localidades do Amazonas e Grão-Pará, e, posteriormente, de imigrantes nordestinos, o que gerou disputas sangrentas entre brasileiros e bolivianos pela posse do território – antes, cartograficamente, um apêndice do Amazonas, mas que, graças à vitória dos primei-

ros, passou a incorporar o Brasil.

O processo migratório para a região acreana tem maior impulso entre 1877 e 1879, quando houve a maior crise socioeconômica na Região Nordeste (sobretudo no Ceará), decorrente da forte seca que a assolou. Essa crise, somada ao incentivo e financiamento pelo Estado do Amazonas, favoreceu a migração desses povos para a região. Lima (s/d, 24) registra que

A primeira expedição a chegar em terras acreanas foi a do cearense de Uruburetama, João Gabriel, com sua gente, no navio vapor Anajás, aportando nas barrancas do Acre (Aquiri), fundando os primeiros seringais e formando os primeiros núcleos populacionais.

Foi a partir do surgimento dos seringais que a estrutura social acreana foi sendo formada. De acordo com Lima (s/d, 24), a hierarquia social dividia-se da seguinte forma: a família do seringalista, que residia nos barracões, representava a classe social superior; os agregados (família do guarda-livros, do despachante do armazém), que residiam nas periferias, representavam a classe média; e os seringueiros, que residiam nas colocações, representavam a classe baixa.

Assim, seringueira, seringal, seringueiro e seringalista são elementos imprescindíveis na descrição sócio-histórico-cultural acreana: traduzem o principal motivador (seringueira) da formação espacial (seringal) e dos elementos humanos (seringueiro e seringalista) que favoreceram o surgimento do Estado do Acre.

Outros assuntos de grande importância relacionados com a história e a formação da região acreana poderiam ser discutidos aqui, no entanto, dado o enfoque central deste trabalho, preferimos destacar os expostos anteriormente.

Antes da chegada dos nordestinos, a região acreana já era habitada por várias nações indígenas, distribuídas em dois troncos linguísticos: a) Pano (nações: kaxinawá, yawanawá, poyanawá, jaminawá, nukini, arara, shanenawá, kutukina, nawas); e, b) Aruak (nações: kulina, ashaninka, manchinery) (Cf. SOUZA, 2005, p. 25-26).

Os índios pertencentes aos referidos troncos têm procedência peruana e chegaram ao Acre motivados pela intensa perseguição espanhola. Chegando à região, os índios do tronco pano passaram a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dominar a região do Rio Juruá, e os do tronco aruak, a região do rio Purus. O elemento indígena – ou caboclo amazônico, como prefere chamar Lima (s/d, p. 62-63) – constitui o primeiro ramo étnico formador do homem acreano.

O segundo ramo étnico é constituído pelo homem nordestino que, como já foi bem assinalado anteriormente, fugindo da seca que castigava impiedosamente sua região de origem e visando a uma vida melhor, economicamente falando, abrigou-se em terras acreanas na função de seringueiro.

O povoamento da região acreana, desde a primeira fase migratória, resultou, inicialmente, do encontro do elemento indígena com o elemento nacional nordestino. Os nativos transmitiram aos imigrantes conhecimentos e habilidades imprescindíveis para a sobrevivência e o trabalho no meio florestal – que era absolutamente diverso de sua terra de origem.

O seringueiro, isto é, o grupo social representante da Amazônia, trouxe um conjunto de traços culturais dos lugares de onde emigrou e, em contato com o novo ambiente, sofreu um processo de aculturação, surgindo assim novos valores na indústria extrativa da borracha. (COELHO, 1982, p. 45)

A influência do nativo sobre o conquistador, segundo Rancy (1992, p. 51-53), está refletida: a) na alimentação: aproveitamento dos recursos naturais; b) na habitação: adequada utilização dos produtos florestais na confecção das barracas; c) nos meios de locomoção: abertura de caminhos na selva, ou mesmo na fabricação e utilização de pequenas embarcações; entre outros.

Enfim, para garantir sua sobrevivência naquele ambiente, o rude seringueiro assimilou muitos hábitos e valores dos nativos, além dos já citados. Acrescente-se: a) o vocabulário utilizado para a identificação de espécies animais e vegetais, ou para os elementos geográficos que integram o ambiente onde viviam; b) as crenças e lendas existentes na região que, de algum modo, passaram a orientar a vida e o trabalho dos desbravadores da selva.

Já o terceiro ramo étnico, segundo Lima (s/d, p. 64-65), teve uma participação menor nesse processo de miscigenação. “Eram sírios, libaneses, turcos, judeus e outros comerciantes de tradição. Eles

vinham para o Acre em busca do enriquecimento, através da comercialização da borracha e da castanha.”

As marcas do branco eurasiático, contudo, podem ser percebidas em certas características físicas do homem genuinamente acreano, bem como no processo civilizatório dessa população nortista. Boa parte desses estrangeiros integrava o sistema de exportação da borracha, outros atuavam como seringalistas, seringueiros, marreteiros – chegando até a possuir navios e grandes casas comerciais na região.

Há que se acrescentar, ainda, um quarto ramo étnico que participou da formação humana do Acre: os paulistas – denominação genérica atribuída, pela população, aos imigrantes provenientes da região centro-sul do Brasil, na década de 1970, que aportaram na região acreana com o propósito de estabelecer fazendas e desenvolver atividades pecuárias.

Esses quatro grupos étnicos constituem o caráter multicultural da população acreana, misto de tradições indígenas locais com as tradições dos migrantes nordestinos que povoaram a região, a partir do início do século XX, dos estrangeiros e dos migrantes de outras regiões do Brasil.

Os referidos grupos, ao se acrianizarem, foram paulatinamente, perdendo uma parcela de sua identidade cultural original, mas, ao mesmo tempo, absorvendo costumes, comportamentos e crenças da cultura nativa, exigidos pelas próprias condições ambientais e sociais.

6. A metodologia

Os dados apresentados e analisados neste trabalho, selecionados do corpus do Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira, uma das pesquisas em operacionalização no CEDAC/UFAC (Centro de Estudos Dialetológicos da Universidade Federal do Acre), tiveram como fontes principais: a) folhas cartográficas do Estado do Acre (2006) e da Amazônia Legal, disponibilizadas pelo IBGE/AC; b) dados do Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre (2000a, 2000b), fornecidos pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

(SECTMA).

Para a catalogação e a análise dos dados foram seguidas as orientações de Dick (1992, 1996), que leva em consideração dois critérios analíticos: o aspecto taxionômico (que envolve as 27 classificações taxionômicas) e o aspecto linguístico (que envolve o campo etnodialetológico e o histórico cultural). As categorias taxionômicas são distribuídas em dois grandes grupos: a) Taxes de natureza física e b) Taxes de natureza antropocultural – descritas e exemplificadas anteriormente (seções 3.1 e 3.2).

7. Análise de dados

Como o objetivo deste trabalho é mostrar reflexos da cultura nordestina na toponímia acreana, em especial nos designativos dos seringais, daremos enfoque aos topônimos incluídos nas taxionomias de natureza antropocultural. Na referida categoria destacaram-se as seguintes taxes: corotopônimos e hierotopônimos.

7.1. Os corotopônimos

Os topônimos selecionados do *corpus* e incluídos entre os corotopônimos deixam transparecer dois aspectos possíveis: o primeiro está relacionado à motivação sofrida pelo denominador (o seringueiro) no ato do batismo. Neste caso, transparece o sentimento de saudade da terra de origem (no caso dos topônimos destacados, as cidades localizadas no nordeste brasileiro) e, que, a partir dessa “home-nagem”, possibilitam a ele manter um vínculo com sua terra natal.

O segundo aspecto diz respeito ao processo de miscigenação étnica, que constitui a gênese da formação populacional acreana. Embora os topônimos apresentados a seguir sejam apenas os que fazem referência a cidades nordestinas, é válido esclarecer que outros topônimos foram encontrados no *corpus* referindo-se a cidades de outras regiões e até de outros países, como: Seringal Mato Grosso,

Seringal São Paulo, Seringal Bolívia, Seringal Venezuela. São esses os topônimos que fazem referência a cidades nordestinas: Altamira, Redenção, Morada Nova, Apudi, Cajazeiras, Canindé, Fortaleza, Lavras, Pernambuco, Quixadá, Viçosa.

7.2. Os hierotopônimos

Nesses topônimos há reflexos, talvez, de uma das maiores características culturais nordestinas: o misticismo religioso. Dadas as condições de vida dos seringueiros acreanos, solitários, na maioria das vezes, num meio florestal, sujeitos aos perigos advindos da própria natureza ou às doenças típicas desses meios, como a malária; é justificável o sentimento de fé e crença religiosa nos seringueiros e em seus familiares. Eis os topônimos desse grupo: Santa Ana, São José, São Filismino, Santa Cruz, Santa Fé, Santa Júlia, Santa Maria, Santa Quitéria, Santo Antônio, São Bento, São João da Barra, São Domingos, São João, São Pedro, São Raimundo.

Vale apresentar alguns topônimos incluídos na categoria taxionômica dirrematopônimos, mas que marcam a religiosidade dos seringueiros: Colocação Deus é Bom, Colocação Livre-nos-Deus.

8. Considerações finais

Na análise dos topônimos de Natureza Antropocultural (corotopônimos e hierotopônimos), foi perceptível a valorização dos aspectos socioculturais no ato de nomear as colocações e os seringais acreanos. O valor atribuído aos referidos aspectos pode ser justificado pela própria história do grupo humano que formou a população do lugar (e que não difere da dos outros seringais acreanos): famílias que migraram para o local fugindo da seca (no caso dos nordestinos), na esperança de uma vida melhor, para si próprios e para os descendentes, deparando-se com uma realidade físico-geográfica absolutamente diversa daquela de onde migraram, e não só isso, decepcionados com a realidade econômico-social a que estavam sujeitos, chegando quase à escravidão.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para os seringueiros, portanto, os espaços onde moravam eram uma espécie de prolongamento da região de onde tinham saído.

O perfil cultural da sociedade acreana, num sentido amplo e generalizante, constitui uma mescla de valores, atitudes, costumes, crenças, conhecimentos etc., que foi sendo construída (e ainda está) desde os primeiros contatos dos imigrantes com os índios que já ocupavam a região. E, em seguida, com o branco eurasiático e com os “paulistas”. A cultura acreana, em síntese, foi formada através das trocas de saberes, de práticas e de comportamentos entre esses referidos grupos humanos, especialmente.

Esse resultado confirma a tese sapiriana (1969) de que o ambiente (seja físico, seja social) reflete-se na língua. No caso do estudo aqui apresentado, o enunciador do topônimo, no ato do batismo dos acidentes analisados, condicionado por fatores físico-ambientais, transformou uma unidade da língua em um nome próprio, ou seja, de unidade virtual o signo adquiriu a estatuto de fato linguístico, condicionado por fatores extralinguísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. *Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente* – Documento final. Rio Branco: SECTMA, 2000, 2 v.

BORBA, F. da S. *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: Cultrix, 1984.

CALIXTO, V. de O. et al. *Acre uma história em construção*. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto / Secretaria de Educação, 1985.

COELHO, E. M. *Acre: o ciclo da borracha (1903 – 1975)*. Niterói: 1982. Dissertação (Mestrado) – UFF, 1982.

DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coleção de estudos*. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992.

_____. *Atlas toponímico: um estudo de caso*. Actas del XI Congre-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

so Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1996.

LIMA, M. F. O Acre – seus aspectos físicos e geográficos, sócio-econômicos, históricos e seus problemas. v. 1. Rio Branco, s/d.

RANCY, C. M. D. *Raízes do Acre* (1870 – 1912). Rio Branco: M. M. Paim, 1992.

SAPIR, E. Língua e ambiente. *Linguística e ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SOUSA, A. M. de. *Desbravando a Amazônia ocidental brasileira: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos acreanos*. Fortaleza, 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará.

SOUZA, C. A. A. de. *História do Acre: novos temas, nova abordagem*. Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza Editor, 2005.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE CONSCIENTIZAÇÃO DOS ALUNOS

Terezinha Toledo Melquíades de Melo (UFJF)

Lucia Furtado de Mendonça Cyranka (UFJF)

Maria Diomara da Silva (UFJF)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o nível de conscientização que os alunos do Ensino Fundamental têm em relação à diversidade linguística.

Os estudos sociolinguísticos (cf. BAGNO, 2002; BORTONI, 2004; FARACO, 2008), têm como princípio fundamental a heterogeneidade linguística. A língua é, pois, um fenômeno social que se constitui nos diferentes contextos das comunicações humanas. Desse modo, possui variáveis ligadas a fatores como gênero, idade, nível de escolaridade, região etc.

A ideia de erro linguístico tem como pressuposto a norma padrão, que compreende a língua como um sistema de formas fixas e estáveis, desconsiderando as pessoas que a falam.

Na escola, os trabalhos com a sociolinguística ainda são tímidos e, muitas vezes, inadequados. No entanto, o trabalho com a sociolinguística educacional é de extrema importância, pois, é a maneira de o aluno tomar consciência da variedade linguística e das relações de preconceito e exclusão que podem ser veiculadas pela língua.

Palavras-Chave: Sociolinguística. Variação. Conscientização.

1. Breve percurso histórico dos estudos linguísticos

Antes mesmo de surgir uma verdadeira ciência da linguagem, encontramos, em civilizações passadas, alguns registros de discussões sobre a linguagem verbal. Segundo Carboni (2008, p. 11), “[...] a antiguidade, geralmente, foram motivações práticas que levaram os seres humanos a refletir sobre a estrutura das línguas e o seu uso”.

Não existiam estudos específicos sobre a linguagem. De modo geral, desde a Grécia antiga, já se pensava na língua, porém, esses estudos baseavam-se principalmente em alguns aspectos gramaticais.

Autores como Câmara Jr. e Coseriu nos mostram como os estudos linguísticos remontam à antiguidade clássica, dividindo-os des-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sa forma, em dois tipos: os paralinguísticos que privilegiavam os interesses filosóficos, e os pré-linguísticos que deram origem à gramática, o primeiro objeto de estudo da língua, importante manifestação da cultura grega.

Em 1643, houve uma obra (*De Hellenistica*, 1643) publicada por Cláudio Salmásio, lançando uma teoria de que as línguas latina, grega, persa e germânica eram vindas de um mesmo ancestral. Isso gerou uma sucessão de estudos históricos e comparativos, dando origem à filologia. Esse estudo teve como pressuposto a comparação entre as línguas. Este período marca os estudos de base descritiva e comparativista.

Mas foi a partir de Ferdinand de Saussure e o desenvolvimento do estruturalismo que os estudos da língua tomaram outro rumo e a língua deixou de ser vista somente no eixo diacrônico e pode ser pensada no eixo sincrônico. Saussure é considerado um marco para a linguística, pois analisava a língua dentro de um sistema, em relação aos outros elementos. Saussure privilegiou a estrutura e estabeleceu, dessa forma, uma dicotomia presente entre a o sistema (*langue*) e a fala (*parole*), tendo se dedicado de forma exclusiva ao estudo da *langue*.

No entanto, somente a partir da segunda metade do século XX, na década de 1960, que se iniciaram os estudos sociolinguísticos por meio do linguista William Labov. Considerado o pai da sociolinguística, Labov viu na fala um dos aspectos fundamentais da construção do fenômeno da linguagem, estabelecendo, assim, a ligação desta com a sociedade.

2. A noção de erro linguístico

A sociolinguística é uma subárea da linguística, encontra-se no limite entre a língua e a sociedade. Seu objeto de estudo é a variação, portanto, a língua em uso.

A concepção de língua como algo vivo, dinâmico e que se constitui nas interações humanas pode ser compreendida a partir dos estudos de Bakhtin (2004). Para o autor, a língua não é um conjunto de formas abstratas como concebem os objetivistas, nem pode ser

vista como um ato individual, como propõem os subjetivistas; é, pois, produto das interações humanas. De acordo com Mar (*apud* BAKHTIN, *op. cit.*, p. 102), “A língua é uma criação da sociedade, oriunda de intercomunicações entre os povos provocada por imperativos econômicos; constitui um subproduto da comunicação social, que implica sempre populações numerosas”.

Uma vez constituída nos diferentes contextos da comunicação humana, conclui-se que a língua só poderá ser entendida como variável, visto a infinidade de relações que se estabelecem em nossas sociedades. Nesse sentido, irá possuir variáveis relacionadas a fatores como gênero, idade, nível de escolaridade, região etc. Se as comunidades e grupos são distintos, também serão diferentes seus modos de dizer.

Diante disso, de onde decorre a noção de erro linguístico?

A ideia de erro linguístico data tempos antigos. Em Portugal, a norma padrão foi fixada a partir do século XVI por uma elite intelectual que se inspirava nos critérios de correção e de bom gosto da Antiguidade clássica (BAGNO; STUBBS; GAGNÉ, 2002). Tendo como parâmetro a norma padrão, ou seja, a gramática normativa, desconsidera-se o uso social da língua e suas variedades. O preconceito linguístico relaciona-se, assim, à incompreensão da diferença entre língua e gramática normativa.

O fato de a língua ter sido ditada por uma única classe social pressupõe uma influência da estratificação social na noção de erro linguístico. Bagno, Stubbs e Gagné (2002) alertam que as regras “corretas” e “incorretas” são o resultado de um processo de seleção por um grupo social determinado. Isso significa que a classe mais prestigiada dita as regras para serem usadas e estigmatizam aqueles, que no uso de suas variantes, não seguem o padrão por ela estabelecido. Na realidade a estigmatização não se encontra na língua falada em si, mas naqueles que a falam. Pode-se também compreender essa ideia nas palavras de Bortoni (2004, p. 33)

Assim, as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, nada têm de intrinsecamente superior às demais.

Os diferentes falares dos vários grupos sociais são perfeitamente coerentes, coesos e subjazem a uma norma implícita; são, portanto legítimos, nada têm de errado ou ruim. Os falantes de uma língua nativa são perfeitamente competentes no uso que fazem dela. A língua não nos é dada como algo pronto e acabado, mas a adquirimos penetrando na corrente da comunicação humana (BAKHTIN, 2004).

Estas variações, portanto, são legítimas e merecem ser compreendidas e analisadas em sala de aula sob o ponto de vista das relações de poder.

3. A sociolinguística educacional

A proposta de um trabalho com a sociolinguística educacional está presente nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) documento oficial para o ensino de língua materna. De acordo com este documento, “O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença” (BRASIL, 1997, p. 31).

Nesse sentido, entende-se a importância da escola como instituição social responsável pela oportunidade dos saberes. No caso da sociolinguística, esses saberes relacionam-se ao desenvolvimento de práticas com os usos reais da língua; significa oferecer o domínio da norma de prestígio, sem com isso, estigmatizar a variedade dos alunos. Isto quer dizer que a norma padrão deve ser trabalhada na escola, mas ela não pode ser o ponto de partida.

Tendo como parâmetro a sociolinguística educacional é fundamental a conscientização dos alunos quanto à heterogeneidade linguística. Tal aspecto torna-se importante, pois é, a partir dele, que a noção de língua deve se estabelecer.

No entanto, na maioria das vezes, a escola toma como principal referência para o ensino da língua materna a norma padrão. Com isso, a língua é vista como algo inatingível, um objeto imutável, principalmente para aqueles alunos vindos de comunidades linguísticas que usam uma variedade menos prestigiada.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Segundo Cagliari (1991), o grande equívoco da escola é ensinar o português a falantes nativos como se fosse uma língua estrangeira. O objetivo, no entanto, do ensino deve ser o de mostrar quais são os usos e as modalidades da língua.

Assim, no que tange ao trabalho com a sociolinguística educacional, seria adequado que, num primeiro momento, o professor se proponha a situar os alunos como falantes competentes de sua língua materna, como forma de desmistificar a noção de erro linguístico. Um segundo momento seria a conscientização dos alunos sobre as variedades, levando-os a perceber que existem variantes mais prestigiadas e outras menos. E o terceiro, seria a proposta de ampliação da competência comunicativa dos alunos.

Este último aspecto aponta-nos para a proposta de Bortoni (2004) sobre os três contínuos utilizados para entendermos a variação linguística brasileira.

O primeiro contínuo é o da urbanização. Em um dos pólos, estão as variedades rurais usadas pelas comunidades mais afastadas. No pólo oposto, estão as variedades urbanas que receberam os processos de maior influência da língua padrão. No espaço entre eles temos uma zona rurbana. (BORTONI, 2004, p. 52).

O segundo contínuo é o de oralidade-letramento. Num dos pólos temos os domínios onde predominam as culturas mais letradas e no outro, as culturas de oralidade. (*Idem*, p. 61).

O contínuo da monitoração estilística é onde se situam as interações mais espontâneas até aquelas que são previamente planejadas e que exigem muita atenção do falante. (*Idem*, p. 62).

As proposições de Bortoni sobre os *contínuos* estão atreladas à compreensão de *gêneros do discurso* proposta por Bakhtin (2003). Segundo o autor, os enunciados são ditos pelos seres humanos de acordo com diferentes campos de atividade sendo os gêneros do discurso, produzidos nessas esferas de atividade.

A compreensão dessas perspectivas, *contínuos* e *gêneros* discursivos se faz necessária, pois, por meio delas, será possível usar mais adequadamente a língua diante dos nossos propósitos de comunicação. Para Bakhtin (3003, p. 285), “quanto melhor dominamos os

gêneros tanto mais livremente os empregamos [...] em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso projeto de discurso”.

Portanto, é através do contato e da apropriação dos diferentes gêneros, e do deslocamento pelo contínuo que os educandos poderão participar ativamente de seus eventos comunicativos.

4. Metodologia

A presente pesquisa foi realizada com alunos do 5º e do 9º ano de uma escola pública de Juiz de Fora – MG. A escolha das turmas deu-se devido ao fato de serem os últimos anos dos dois segmentos do Ensino Fundamental, ou seja, 5º ano último do primeiro segmento do e 9º ano último ano do segundo segmento.

Tendo como base a pesquisa qualitativa, nos propusemos a analisar o nível de conscientização dos alunos com relação à variedade linguística. Para tanto, realizou-se um questionário aberto com três questões:

1. Você se considera um bom falante da Língua Portuguesa? Por quê?
2. Você acha que algumas pessoas falam “errado”? Caso responda sim, dê um exemplo de fala “errada”.
3. Quais são as pessoas que você considera que falam “errado”?

Não pretendemos, neste trabalho, discutir e analisar todas as perguntas do questionário; selecionamos apenas a primeira por ser aquela que desencadeia todas as outras.

Na análise das respostas tivemos como foco somente aquelas que apresentaram os índices mais elevados.

Com o propósito de explicar e esclarecer dúvidas sobre o trabalho houve uma conversa precedente com os professores das turmas em questão e, a partir desta solicitamos a aplicação dos questionários. Pedimos ainda que, esclarecessem aos alunos, tratar-se de uma pesquisa, e que não seria necessária a identificação. Todos os alunos das duas turmas se dispuseram a colaborar.

5. *Nível de conscientização das variedades linguísticas*

Discutiremos, nesta sessão, o nível de conscientização dos alunos do 5º e do 9º ano em relação à variedade da língua. A proposta consistia em avaliar o julgamento dos alunos como falantes sua língua materna.

Observe-se na tabela 1 como foram as respostas dos alunos.

<i>Você se considera um bom falante do Português? (%)</i>			
	Sim	Não	Às vezes
5º Ano	71,4	28,5	-----
9º Ano	31,2	56,2	12,5

Tabela 1: referente à primeira pergunta feita aos alunos.

No 5º ano, pode-se notar que a maior parte dos alunos se considera um bom falante do português (71,4%) e apenas 28,5% não se diz bom falante do português.

O 9º ano apresentou um percentual de 31,2% de alunos que se consideram bons falantes e 56,2% que não se consideram. Tivemos, nas respostas desta turma um diferencial, pois alguns disseram que às vezes são bons falantes, outras não (12,5%).

A análise dos dados nos aponta para uma diferença significativa com relação ao índice de alunos dos dois anos que responderam *Sim, sou um bom falante do português*. Observe que, no 5º ano, temos 71,4% de alunos que se dizem falantes do bom português e, no 9º ano, apenas 31,2%.

O que se observa diante desses índices é que, com o passar dos anos de escolaridade, o número de alunos que não se considera bom falantes de sua língua materna, aumenta. Isso nos leva a perceber o pouco ou a falta de trabalho na escola com a sociolinguística.

No entanto, qual seria a justificativa para um aluno considerar-se ou não bom falante do português? O que tais explicações nos apontam?

Para responder essas perguntas e compreender as justificativas dos alunos, faz-se necessário retomar nossa pergunta inicial, ten-

do como base de análise agora, a segunda parte da questão. 1. Você se considera um bom falante do português? *Por quê?*

6. Justificativas dos alunos do 5º ano – Análise do maior índice: Sim

Para um grupo de alunos do 5º ano, ser um bom falante do português relaciona-se a questões referentes a valores ou padrões de comportamento social; não há indícios de percepções sociolinguísticas. Falar bem a língua materna significa não usar palavrões ou gírias. Verifique como isto se deu nas respostas dadas pelos alunos:

Sim. Porque eu quase não falo palavrão.

Sim. Porque eu não uso gírias.

Em outro grupo de respostas, identificamos indícios, inconscientes de percepções sociolinguísticas. Nesse sentido, verificamos que alguns alunos declaram-se ser brasileiros ou moradores de Juiz de Fora. Infere-se, nessas falas, um ponto importante que é a noção de falantes competentes de sua língua nativa, ou seja, os alunos, falantes nativos do português, possuem um conjunto de regras que lhes permitem produzir e compreender um número infinito de sentenças. (BORTONI, 2004).

Sim. Porque eu sou brasileiro e eu ouço várias pessoas falando certo e aí eu aprendo.

Sim. Porque eu nasci em Juiz de Fora.

Sim. Porque nós somos portugueses. (ou seja, brasileiros)

Outro indício observado foi a noção da monitoração da fala. Os indivíduos, ao circularem pelas diferentes instâncias de comunicação, fazem uso de diversas formas de linguagem. Em algumas interações nos deslocamos no contínuo e temos falas mais espontâneas ou mais planejadas e que, portanto, exigem maior atenção. (BORTONI, 2004). Assim, com amigos utilizamos uma linguagem diferente daquela que usamos, por exemplo, ao nos comunicar com uma autoridade.

Nas respostas dos alunos, percebe-se a preocupação com o interlocutor e com a monitoração do discurso. Observe como essas respostas se configuraram:

Sim. Porque eu penso muito antes de falar.

Sim. Porque eu entendo o que eu falo e me acho um bom explicador.

7. *Justificativas dos alunos do 9º ano- Análise do maior índice: não*

Discutiremos, a seguir, as justificativas dadas pelos alunos do 9º ano tendo como referência a segunda parte da questão: 1. Você se considera um “bom falante” do português? *Por quê?*

Em um grupo de alunos nota-se certo um distanciamento em relação à língua. Esta é pensada como algo superior, idealizado. Isso nos leva a perceber que a ideia de falante competente do português está atrelada ao ensino prescritivo da gramática, ou seja, à noção de erro linguístico.

Não. Porque eu não gosto de português.

Não. Porque não leio muito.

Observa-se em outro grupo de alunos do 9º ano insegurança diante da língua. Para eles usar a linguagem é algo que causa gagueira e ansiedade, ou seja, não é natural compreender-se como falante de diferentes variedades para os diferentes contextos. Pode-se dizer que tais respostas pautam-se na ideia de que somente a fala usada pelo professor é a correta, as outras são desconsideradas e incorretas.

Não. Porque fico ansiosa para falar e às vezes fico gaguejando.

Não. Porque quando vou falar uma palavra tenho ansiedade eu atropelo as palavras.

Não. Porque às vezes erramos muito ao se expressar falando ou até mesmo escrevendo e nem percebemos.

Podemos compreender a partir destes dados que não há estudos na escola que levem os alunos a se conscientizarem da variação linguística. Esta observação confirma-se pelo fato de que a estratégia utilizada para a pesquisa consistia numa pergunta em que a segunda parte era aberta, portanto, havia espaço para que os alunos respondessem mais livremente e não encontramos nenhuma resposta pautada na hipótese das diferenças linguísticas.

Ao comparar as respostas dos dois anos, observamos que os

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

alunos do 5º ano não perceberam o juízo de valores que subjaz a certas variedades linguísticas. Entretanto, no 9º ano constatamos que este juízo de valores já se encontra mais enraizado.

8. Considerações finais

Neste trabalho analisamos o nível de conscientização dos alunos diante da variedade linguística. Com base nos resultados e nas análises pretendemos fazer algumas considerações.

Percebemos, de um modo geral, que os alunos não têm consciência da variedade linguística como modos diferentes de dizer. O que se encontra por detrás das respostas dos alunos é a noção de que as variedades menos prestigiadas são formas erradas de falar e a forma correta é aquela que atende aos preceitos da norma padrão.

Observamos, ainda, que a escola não trabalha com um dos aspectos elementares da sociolinguística, ou seja, a percepção da diversidade linguística. Diferentemente disso, o que se verifica é um paradoxo, pois a escola, no decorrer dos anos de escolarização, contribui para aumentar o preconceito linguístico.

Ressaltamos por tudo isso, a importância e a necessidade da escola inserir-se nas propostas educacionais com a sociolinguística. É a partir deste passo inicial que perpassa pela conscientização da multiplicidade de falares, que os alunos poderão compreender-se como cidadãos capazes de transitar pelos contínuos (BORTONI, 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. São Paulo: Loyola, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua portuguesa*. Brasília, 1997.

CAGLIARI, Luís Carlos. *Alfabetização & linguística*. São Paulo: Scipione, 1991.

CARBONI, Florence. *Introdução à linguística*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo, Parábola, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO PORTUGUÊS

José Pereira da Silva (UERJ)



MATTOS, Geraldo; BOTELHO, José Mario. *Fundamentos históricos da língua portuguesa.* Incluem-se 3 dvds com 12 videoaulas. Curitiba: IESDE, 2009. 252 páginas. ISBN: 978-85-387-0601-4

<http://www.iesde.com.br>

Geraldo Mattos Gomes dos Santos é professor aposentado da Universidade Federal do Paraná e tem uma rica contribuição para a literatura científica da área de Letras, tendo sido um dos consultores do Ministério da Educação para opinar sobre o Acordo Ortográfico, com livros didáticos para o ensino de língua e literatura, assim como na área de lexicografia.

O seu livro que agora resenhamos foi produzido para servir de suporte à produção de material didático específico para o ensino superior a distância, sendo acompanhado de três dvds com doze videoaulas gravadas pelo professor José Mario Botelho, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, correspondentes aos doze capítulos do livro.

Nos doze capítulos, correspondentes às doze videoaulas, o professor Geraldo Mattos ensina sobre o conceito e a origem da filologia românica, os fatores de dialeção do latim vulgar, a origem e formação das línguas românicas, a fragmentação da língua românica, a língua portuguesa arcaica ou galego-português, sobre as línguas românicas contemporâneas, sobre as características específicas da língua portuguesa, sua história externa, a formação de seu léxico e a história de sua ortografia, além de tratar do contexto sócio-histórico e linguístico do Brasil no período colonial e do contexto social e linguístico posterior a sua independência.

Além de apresentar uma excelente síntese da matéria com uma linguagem acessível aos estudantes de hoje, que já não contam,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

há várias décadas, com as aulas de latim para lhes servir de suporte, apresenta um bom número de exercícios e respectivo gabarito, para servir de testes para a fixação da matéria estudada.

Além disso, todos os capítulos são seguidos de um bem selecionado texto teórico apresentado como Texto Complementar, que leva o aluno a refletir sobre a história da língua portuguesa de vários pontos de vista, ao invés de apresentar apenas a estrutura formatada pelo próprio autor.

As videoaulas do professor José Mario Botelho que acompanham o volume impresso não são réplicas do que está no livro de Geraldo Mattos, mas uma reapresentação da matéria, com outros recursos e com outros pontos de vista para ajudar o aluno a progredir na aprendizagem.

Os dois professores estão de parabéns pelo excelente material didático produzido.

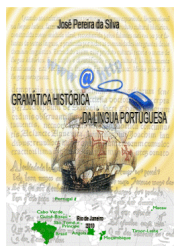
Como se trata da primeira edição, tanto o livro em suporte impresso quanto o que é apresentado em suporte digital deverão receber algumas revisões nas muitas edições que certamente terão.

Algumas universidades brasileiras que estão oferecendo o ensino de graduação em Letras na modalidade a distância já começaram a adotá-lo.

Entre os autores dos referidos textos suplementares estão Antônio Houaiss, Ismael de Lima Coutinho e Serafim da Silva Neto, entre outros que valem a pena serem lidos.

**UMA NOVA E ATUAL GRAMÁTICA HISTÓRICA
DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Marcela Cockell (UERJ)



SILVA, José Pereira da. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: O Autor, 2010. 200 p.

<http://www.filologia.org.br/livraria>

A atuação e o engajamento do Professor José Pereira aos estudos linguísticos e filológicos já são conhecidos. Notamos os reflexos e o esforço do seu trabalho em suas obras, publicações e eventos do CIFEFIL, indispensáveis a qualquer estudante de Letras. Tenho uma grande estima em dizer que presenciei suas aulas como aluna, e fui estimulada a frequentar seus eventos e também a pesquisar. Associo a sua figura como a de um verdadeiro mestre, que inspira e incentiva. Esta sua mais recente publicação me remete às suas aulas de História da Língua Portuguesa, aliás, o quanto elas me ajudaram a, de fato, entendê-la sem ser cansativa.

Sem dúvida, este livro preenche esta lacuna para qualquer estudante de Letras de graduação ou pós-graduação e se torna uma relevante contribuição aos estudos diacrônicos, demonstrando a evolução da língua de maneira simples e objetiva, sem dispensar os conceitos fundamentais de língua latina e românica.

Esta edição da *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* corresponde à versão adaptada e atualizada do material usado há mais de uma década nas aulas dos cursos de Letras ministradas pelo Professor, que tem observado mudanças de currículo e até mesmo a falta de motivação de seus alunos em relação aos estudos sobre a história da língua.

As ideias estão dispostas de forma didática, cada capítulo traz um resumo, quadros e gráficos, que colaboram muito para ilustrar os

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

conceitos, e questionários. A divisão destes capítulos também segue a perspectiva didática, e topicalizam diretamente o assunto a ser tratado. Apesar de manter o tradicionalismo de uma gramática relacionada à história da língua, o seu tratamento se mostra bem contemporâneo e atual, inclusive já adaptada à recente reforma ortográfica.

Em sua Introdução já encontramos esta tendência contemporânea, na apresentação dos conceitos de linguagem, língua, classificação das línguas, dialeto, dialeto brasileiro (levando em consideração o português falado) e o indo-europeu.

Seguindo os capítulos, encontramos abordagens sobre as origens do idioma, alterações de fonética histórica (em que encontramos a evolução ortográfica também), metaplasmos, morfossintaxe, lexicologia, formas divergentes e convergentes, fatos devidos à analogia, arcaísmos e da formação do léxico português. Além de textos arcaicos comentados e anexos relacionando palavras portuguesas de origem tupi e árabe.

Certamente esta obra do Professor José Pereira tem a sua marca, é didática e motivadora, sem abrir mão dos conceitos mais significativos concernentes à história da língua portuguesa. Trata-se de uma significativa contribuição aos estudos de gramática histórica e a todos os estudantes de Letras, e um estímulo àqueles mais interessados nos estudos diacrônicos.

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
 - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 páginas;
 - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 3.8. As citações devem ser seguidas da indicação resumida da fonte, entre parênteses, como em (BECHARA, 2009, p. 387).
 - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de 100 a 250 palavras, com indicação de três palavras-chave, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
 - 3.10. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto.
 - 3.11. Em casos de dúvida, siga-se a NBR 6022 da ABNT.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail (ou cd-rom, **com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

REVISTA PHILOLOGUS

A/C de José Pereira da Silva

Boulevard 28 de Setembro, 397/603

Vila Isabel

20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico pereira@filologia.org.br, pelo telefone (21) 2569-0276, ou através do portal www.filologia.org.br/revista